

UYGUACIARA VELOSO CASTELO BRANCO
ADRIANA VALÉRIA SANTOS DINIZ
(Organizadoras)

PARAIBA

MAPA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PARAIBA

 Editora
UFPB

MAPA
DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR
NA PARAÍBA





**UNIVERSIDADE FEDERAL
DA PARAÍBA**

GESTORES UFPB

Reitor

Valdiney Veloso Gouveia

Vice-Reitora

Liana Filgueira Albuquerque

EDITORA UFPB

Direção

Natanael Antônio dos Santos

Administrativo

Everton Silva do Nascimento (coord.)

Hugo Vinicius Gomes Firmino

Editoração

Ana Gabriella Carvalho

Emmanuel Luna Rodrigues

Gregório Ataíde Pereira Vasconcelos (coord.)

Jerfson Oliveira de Souza

Josué Paulo Santiago

Maria Alice Martins Brito

Michele de Oliveira Mourão Holanda

Mônica Câmara da Silva

Rildo Ferreira Coelho da Silva

Wellington Costa de Oliveira

Produção

Aires Antônio de Lima Silva

Eduardo Felix do Nascimento Filho

Hamilton Barbosa Cardoso

José Augusto dos Santos Filho

Vanderlucia da Silva Oliveira

Boletim de Serviço

Almir Correia de Vasconcellos Júnior

Periódicos

Alexandro Carlos de Borges Souza

Cassandra Virginia Santana Barbosa Campos

Estagiária

Maria Eduarda Ribeiro Donato da Silva

EQUIPE EDITORIAL DO E-BOOK

Projeto Gráfico (capa e miolo)

Michele Holanda

Imagem

br.freepik.com - Vetores utilizados
com modificação no projeto gráfico
da capa e miolo

Revisão, edição e normalização

Responsabilidade do(s) autor(es) da obra.

**Obra submetida ao conselho
editorial da UFPB composto por**

Cristiano das Neves Almeida

Ciências Exatas e da Natureza

José Humberto Vilar da Silva

Ciências Agrárias

Julio Afonso Sá de Pinho Neto

Ciências Sociais e Aplicadas

Márcio André Veras Machado

Ciências Sociais e Aplicadas

Maria de Fátima Alcântara Barros

Ciências da Saúde

Maria Patrícia Lopes Goldfarb

Ciências Humanas

Elaine Cristina Cintra

Linguística e das Letras

Regina Celi Mendes Pereira da Silva

Linguística e das Letras

Ulrich Vasconcelos da Rocha Gomes

Ciências Biológicas

Raphael Abrahão

Engenharias

UYGUACIARA VELOSO CASTELO BRANCO
ADRIANA VALÉRIA SANTOS DINIZ
(Organizadoras)

MAPA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PARAÍBA

Editora UFPB
João Pessoa, 2024

1ª Edição – 2024

© OS DIREITOS DE PROPRIEDADE DESTA EDIÇÃO SÃO RESERVADOS À EDITORA UFPB

- E-book aprovado para publicação através do Edital nº 01/2022 – Editora UFPB.
- É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou por qualquer meio.
- A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do código penal.
- **A edição do conteúdo desta publicação, seu teor, sua revisão e sua normalização são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).**
- **A Catalogação na fonte pela Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba é de acordo com o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2) e a elaboração de fichas catalográficas, em consonância com a NBR 14724, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).**

Ficha Catalográfica

M297 Mapa da educação superior na Paraíba [recurso eletrônico] / Uyguciara Veloso Castelo Branco, Adriana Valéria Santos Diniz (organizadoras). - Dados eletrônicos - João Pessoa : Editora UFPB, 2024.E-book

E-book.

Modo de acesso <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press/>
ISBN 978-65-5942-270-8

1. Educação superior - Paraíba. 2. Políticas públicas - Educação. 3. Ensino superior – Público e privado. I. Castelo Branco, Uyguciara Veloso. II. Diniz, Adriana Valéria Santos. III. Título.

UFPB/BC

CDU 378(813.3)



editora.ufpb.br | **E-mail** editora@ufpb.br | **Fone** (83) 3216.7147
Cidade Universitária, Campus I - Prédio da Editora Universitária, s/n,
João Pessoa/PB - CEP 58.051-970



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO6

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS DESAFIOS DA EXPANSÃO
DO ACESSO NA PARAÍBA..... 13

- » Edineide Jezine
- » Adriana Valéria Santos Diniz
- » Eder Dantas

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DO MAPA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
NO ESTADO DA PARAÍBA: FUNDAMENTOS TEÓRICO-
METODOLÓGICOS 53

- » Uguaciara Veloso Castelo Branco
- » Adriana Valéria Santos Diniz
- » Maria da Salete Barboza de Farias

CAPÍTULO 3

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA
DE CONSULTA DO MAPA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
NA PARAÍBA (SIMEPB) 94

- » Robson Lima Palmeira
- » Paulo Hideo Nakamura
- » Uguaciara Veloso Castelo Branco





CAPÍTULO 4

**ENSINO SUPERIOR NA PARAÍBA: EXPANSÃO
E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....127**

» Adriana Valéria Santos Diniz

CAPÍTULO 5

A CONDIÇÃO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PARAIBANO173

» Ana Paula Furtado Soares Pontes

» Damião de Lima

CAPÍTULO 6

**A DIMENSÃO DISCENTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
NO ESTADO DA PARAÍBA..... 218**

» Damião de Lima

» Mariana Lins de Oliveira

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS 254





APRESENTAÇÃO

A coletânea aqui apresentada é resultado da sistematização e conclusão dos dados da pesquisa realizada, nos anos de 2017 a 2021, intitulada **Mapa da educação superior da Paraíba: análise do setor público e privado**, aprovada na Chamada Universal MCTI/CNPq No. 01/2016, coordenada pelas Professoras Doutoras Adriana Valéria Santos Diniz e Maria da Salete Barboza de Farias.

O projeto teve a participação de professores/as pesquisadores/as da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), da Universidade de Pernambuco (UPE) e da Universidade de València (UV - Espanha). Pela UFPB, participaram os pesquisadores: Ana Paula Furtado Soares Pontes, Damião de Lima, Emília Maria da Trindade Prestes, Edineide Jezine Mesquita de Araújo, Eder da Silva Dantas, Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra, Mariana Lins de Oliveira, Paulo Hideo Nakamura, Swamy de Paula Lima Soares e Uyguciara Veloso Castelo Branco; pela UPE, Alcivam Paulo de Oliveira; e pela UV, Alicia Villar Aguilles, Francesc Jesús Hernández i Dobon e José Beltrán Llavador.

O projeto contou, ainda, com a participação de estudantes dos Programas de Pós-graduação em Políticas Públicas e Avaliação da Educação Superior (PPGAES) e em



Gestão das Organizações Aprendentes (PPGOA), além de estudantes de graduação, no PIBIC/UFPB/CNPq.

Os capítulos abordam, a partir das análises realizadas pelos autores, desde aspecto de natureza teórico-metodológica, até dados coletados no decorrer do projeto, que traduzem, em números, o panorama da Educação Superior, na Paraíba, a partir do enfoque docente ou discente.

No **primeiro capítulo**, Edineide Jezine e Éder Dantas apresentam uma abordagem teórica e histórica acerca dos cenários da Educação Superior, pós políticas públicas para expansão de vagas e ampliação do acesso, contextualizando-os na perspectiva de uma sociedade capitalista, globalizada, atendendo aos ditames da lógica neoliberal. Assim, situam, ao longo do tempo, as políticas públicas a partir da era FHC, adentrando nos governos Lula e Dilma, até os desmandos e dismantelos causados pelo impeachment golpista de 2016 e tomada do poder pela direita ultraliberal. Nesse cenário, são apresentados e discutidos os dados de expansão do acesso no Brasil e, em particular, na Paraíba, na esfera pública e privada, que mostram que crescimento da educação superior no país foi também identificado no contexto paraibano, apesar de ter tido uma expansão superior ao percentual identificado na região Nordeste. Porém, essa expansão se deu, sobretudo, através da rede privada, tendo o setor público um declínio em relação ao número de cursos e de vagas.

No **segundo capítulo**, Uyguaciara Veloso Castelo Branco, Adriana Valéria Santos Diniz e Maria da Salette Barboza de Farias analisam a construção do Mapa da Educação Superior na Paraíba, com foco no impacto social dos aspectos territoriais, e fundamentos teórico-metodológicos que envolveram a pesquisa. A metodologia consistiu na sistematização e análise descritiva de dados quantitativos e qualitativos do Censo da Educação Superior (2002-2018), da base de dados do MEC/INEP, para a construção de um mapa educacional e principalmente na Análise Exploratória de Dados Espaciais (ESDA), para comparação entre elementos geográficos com dados sociais territorializados. Da análise realizada, foi identificado que há uma conformação entre a distribuição territorial, a implantação de cursos superiores em regiões mais desenvolvidas, com a maior escolarização da população, dessa forma, atendendo às demandas locais e contribuindo para a ampliação do desenvolvimento regional. No Estado da Paraíba, verifica-se que a maior concentração de Campi e matrículas das IES públicas incidem nos municípios com maior IDHM-Educação e IDHRM (Renda), a exceção dos municípios das microrregiões do Litoral Norte, Brejo e Curimataú, indicando a continuidade do processo de expansão da educação superior pela via da interiorização, contribuindo, assim, para o desenvolvimento local.

No **terceiro capítulo**, Robson Palmeira, Paulo Hideo Nakamura e Uyguaciara Veloso Castelo Branco descrevem o processo de desenvolvimento do Sistema de Consulta do Mapa da Educação Superior na Paraíba (SIMEPB), uma ferramenta criada que objetivou permitir o acesso amigável e dinâmico, para o acompanhamento de uma série histórica de onze anos (2009-2019), dos Microdados do Censo da Educação Superior, com o recorte da Paraíba, disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC), através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). O SIMEPB foi desenvolvido, com a finalidade de transformar, em conhecimentos apropriados, os dados disponíveis sobre a Educação Superior paraibana, na base de dados do MEC/INEP, ampliando e democratizando o acesso à informação, possibilitando análises ricas e contextualizadas em múltiplas dimensões.

No **quarto capítulo**, Adriana Valéria Santos Diniz discute a expansão da Educação Superior na Paraíba, tendo como foco as relações entre o setor público e privado, buscando compreender a expansão e a organização institucional na Paraíba, tendo delimitado o levantamento de dados relativos ao número de instituições por tipo de organização administrativo e acadêmico (pública – privada, universidades – institutos federais – centros universitários – faculdades); dados acerca da oferta de cursos por área

de conhecimento; as formas de acesso, assim como dados de matrícula e conclusão de curso. A autora conclui que a expansão da educação superior é expressiva na Paraíba e na região Nordeste, sendo bastante superior ao crescimento no Brasil, no período estudado, com estratégias de expansão diferenciadas, comparativamente, entre o setor público e privado. Enquanto o setor público se expande, a partir da capacidade existente, tanto nos cursos como nas matrículas, conseguindo fazer uso da sua capacidade; o setor privado cria novas Instituições e, em consequência, cursos e matrículas, ainda que com expressiva capacidade ociosa, mesmo flexibilizando as formas de acesso. Mesmo com a expressiva expansão do setor privado, o melhor resultado na relação entre matrícula e concluinte está concentrada no setor público, em concreto nas Universidades. As tensões e disputas entre o público e o privado, na Paraíba, acompanham as tendências nacionais, demonstrando o crescimento acelerado do setor privado, no esteio de toda a discussão da relação entre Educação Superior, Estado, Sociedade e Mercado.

O **quinto capítulo**, de autoria de Ana Paula Furtado Soares Pontes e Damião de Lima, apresenta um recorte de pesquisa, com dados referentes aos docentes em exercício, no período de 2009 a 2018, considerando titulação, sexo e regime de trabalho, por organização administrativa - pública

e privada e tipos de instituições. Os dados paraibanos são discutidos, articulados com os dados na Região Nordeste e no país, buscando analisar as tensões e contradições entre o setor público e privado, se o aumento das funções docentes se concentrou no setor público ou privado, se houve mudanças importantes no regime de trabalho no cenário atual de diversificação das IES privadas. Em relação à formação dos docentes, foram analisados dados referentes à titulação docente (especialização, mestrado e doutorado), quando considerada a organização administrativa e tipos de instituições, avançando para o olhar sobre o regime de trabalho das funções docentes, considerando as três modalidades de contratação: Integral (40h semanais), Parcial (20h a 30h semanais) e Horistas. A discussão desses dados se articulou com os dados apresentados no cenário nacional e regional, lançando luzes sobre as especificidades e semelhanças da mudança do perfil dos docentes da Paraíba no contexto da expansão da educação superior no país, no período estudado.

No **sexto capítulo** e último, de autoria de Damião de Lima e Mariana Lins de Oliveira, os autores descrevem as mudanças no perfil discente, tendo como parâmetro as políticas públicas para a educação superior que foram implementadas no país, nas duas primeiras décadas do século XXI, e suas repercussões no Estado da Paraíba. Nesse

APRESENTAÇÃO

contexto de análise, discutem os dados do Estado, da região Nordeste e do país, relacionando-os com as políticas públicas implementadas pelo estado brasileiro. O estudo se baseou nos macro e os microdados extraídos da Sinopse Estatística da Educação Superior do Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP), utilizando, ainda, os documentos oficiais do governo acerca das políticas educacionais e a bibliografia acadêmica de autores que vem analisando essas políticas e suas repercussões, com destaque para Aprile e Barone (2008), Mancebo (2015) e Ristoff (2016). Foi mantido o mesmo recorte temporal do capítulo anterior (2009 a 2018), apresentando-se o quantitativo de estudantes, avançando-se com referências sobre o perfil discente, considerando as variáveis gênero, faixa etária, origem escolar e etnia. As conclusões apontam para o significativo impacto das políticas afirmativas na mudança do perfil discente, nos três níveis analisados e em todas as questões que envolvem a inclusão e a mudança de *status quo*, em que pese com pequenas distorções. Destacam-se essas mudanças como resultantes das políticas públicas que buscaram avançar no sentido da construção de uma educação e, conseqüentemente, de um país mais inclusivo, diverso e democrático.

João Pessoa, 26 de outubro, 2023.

Uyguaciara Veloso Castelo Branco

Adriana Valéria Santos Diniz



CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS DESAFIOS DA EXPANSÃO DO ACESSO NA PARAÍBA

- » Edineide Jezine
- » Adriana Valéria Santos Diniz
- » Eder Dantas

I. INTRODUÇÃO

O processo de expansão da educação superior no Brasil insere-se no contexto da sociedade capitalista da década de 1990, a partir do projeto mundial de amparar a economia em crise, gerada pela queda do bloco soviético em 1991 e o término da Guerra Fria., com a emersão de uma ordem mundial. A estratégia dos Estados Unidos da América para consolidar-se como potência hegemônica no Sistema Internacional de Capital (que agora vê surgir como rival, a China) adota o modelo neoliberal, que se espalhou pela América Latina, e colocar em crise o modelo



Welfare State, considerado pelos neoliberais rígido e atrasado, sem interlocução com as demandas do mercado, novas tecnologias e as formas de econômica internacional e multilaterais que passam a financiar o fundo público e a acumulação de capital.

O neoliberalismo, como modelo econômico e político, é definido por Apple, Au e Gandin (2011, p. 52) “[...] em termos de universalização da ética do empreendimento, da empresa”. Para os neoliberais da Escola de Chicago, o mercado é o centro da ação racional do capital, que age como organizador e regulador ao submeter o Estado a controlar o sistema social, ao tempo que os indivíduos são considerados empreendedores que se autogovernam racionalmente em riscos e benefícios de suas ações (APPLE, AU e GANDIN, 2011).

Nesse cenário, a reestruturação capitalista torna-se um fenômeno mundial e globalizado, a partir da ideia que o capital prescinde de uma dinâmica multidimensional, conectada às diversificações das esferas que compõem o nacional e internacional ou o global e o local (SANTOS, 2010). A ampliação da economia globalizada mundializou as estruturas do capital financeiro por meio de organismos multilaterais¹, em que um dos principais focos estratégicos

1 Como o Banco Mundial (BM), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO),

de ataque foi a educação, em especial, a de nível superior, como veículo de inovação para a formação qualificada da mão-de-obra para o mercado de trabalho e alavancar a como base na financeirização do capital², nas novas tecnologias de informação, constituindo-se o que se denomina o fenômeno da uberização da economia³.

E, para compreender o debate acerca dos desafios da expansão do acesso, busca-se apreender a governabilidade na formulação das políticas de educação superior no Brasil. Para tanto, recupera-se breve traços históricos dos governos brasileiros no período de 1995 a 2020, e das políticas governamentais que objetivam a expansão do acesso a cursos

-
- 2 Sobre a financeirização do capital, estamos nos referindo à predominância dos mercados e demais instituições financeiras como a forma de construção e gestão da riqueza fundamental no capitalismo contemporâneo. Sobre o tema, indica-se ler “A era do Capital Improdutivo: a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta”, de Ladislau Dowbor, e “A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências”, de Pierre Salama, Suzanne de Brunhoff e outros.
 - 3 Sobre a uberização, ela é definida como um processo no qual as relações de trabalho e produção são progressivamente fragmentadas, individualizadas e escamoteadas, para ganhar uma aparência de “prestação de serviços” ou de “colaboração”, omitindo as relações de trabalho assalariado e a exploração capitalista. Ela se desenvolve no contexto do avanço das plataformas digitais e da economia compartilhada ou colaborativa, promovendo, dentre outras coisas, a redução dos custos das empresas e um aumento da sujeição do trabalhador. Para um aprofundamento do tema, sugerimos a leitura de “Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0”, do Ricardo Antunes, e “Economia compartilhada: o fim do emprego e a ascensão do capitalismo de multidão”, de **Arun Sundararajan**.

de educação superior. Em especial, busca-se evidenciar a relação do crescimento do sistema na relação Brasil, Nordeste e Paraíba e ampliação da oferta de matrículas.

A análise da expansão processa-se a partir da relação público e privado em que se demonstra a consonância das políticas de expansão às indicações das políticas neoliberais e à reforma do estado brasileiro, na minimização da responsabilidade com bens e serviços públicos. A partir desse processo de recuperação histórica da expansão do acesso, buscar-se-á apreender a dinâmica das políticas de expansão da educação superior e como se materializam nesse *locus* institucional? Quais as principais transformações pelas quais passou a educação superior na Paraíba, especialmente nas últimas décadas? Estamos avançando rumo à sua efetiva democratização em nosso estado?

II. EXPANSÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: CENÁRIOS E POLÍTICAS NO BRASIL

A crise do Estado moderno afeta, diretamente, a sua relação com a sociedade, em que se coloca em xeque a capacidade do estado em resolver as questões relacionadas ao desenvolvimento econômico e social. Torres (2016) destaca que a crise do Estado foi diagnóstica em três dimensões, quais sejam: a crise fiscal, a crise de legitimidade e a crise

administrativa, que associadas colocam o Estado na condição de crescente incapacidade de resolver problemas demandados pela sociedade, o que se denominou de crise de governabilidade.

A crise administrativa e financeira do Estado resulta no questionamento de sua legitimidade e engendra diferentes ações e disputas de poder, constituindo-se este, o Estado, um elemento de mudança. O discurso da crise, ampara-se em referendar a condição e/ou capacidade do exercício da autoridade política para governar, ultrapassando, inclusive, o *modus operandi* das políticas e estendendo-se às relações sociais. A emergência de novos modelos de governabilidade fortalece o modelo do neoliberalismo a partir da ideia de reordenamento sistemático das prioridades do Estado, pois “O neoliberalismo não apenas redefine as relações políticas e econômicas, mas também opera decisivamente por meio da cultura” (APPLE, AU e GANDIN, 2011, p. 53).

Sob a perspectiva a crise de governabilidade e a efetivação da lógica neoliberal, a condição da ação estatal é afetada, no sentido de implementar políticas, metas e objetivos que possam atingir a coletividade, ou mesmo reduzir os conflitos de interesses, fortalecer os mecanismos para a garantia do alcance dos direitos sociais e garantir a responsabilidade pública na defesa da equidade social. Diante da ausência de um Estado forte que controle as demandas

da sociedade, as agências de financiamento recomendam a minimização e a descentralização das responsabilidades do estado a outros níveis do governo e da sociedade civil.

A concepção teórica e prática de um Estado regulador do sistema, subordinado ao mercado econômico interfere, de modo sistemático, nas reformas educacionais que caminham para fomentar a relação educação e desenvolvimento econômico, em consonância com práticas educativas descontextualizadas e despolitizada, emitindo a perspectiva tecnicista e neoconservadora aos processos de formação, de modo que o indivíduo é concebido como empreendedor, com muitas habilidades capaz de responder às demandas de mobilidade e inovação criadas pelo mercado de bens e serviços (APPLE, AU e GANDIN, 2011).

Sob a lógica neoliberal⁴, a flexibilização da relação Estado e sociedade, intensifica as ações de valorização do setor privado, mercadorização dos serviços públicos e redução da oferta de bens e serviços em que a educação passa a ser um setor estratégico para o alcance das metas de produtividade e competitividade. No Brasil, o fio condu-

4 Gentili (1996) considera o neoliberalismo como um projeto hegemônico do capitalismo que se expressa como estratégias políticas, econômicas e jurídicas frente à crise capitalista que se manifesta nos anos 1970 e um projeto de reforma ideológica para a difusão de um novo senso comum que legitima as propostas de reforma do bloco dominante.

tor desta lógica é a Reforma do Estado brasileiro⁵, iniciada no Governo Fernando Collor Mello – (1990-1992), firmada no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995-2001) tendo, de certa maneira, continuidade nos governos progressistas de Luís Inácio Lula da Silva (LULA, 2002-2010) e Dilma Vana Rousseff (2012-2016) e retomada sob o viés neoconservador nos governos Temer (2016 – 2019) e Bolsonaro (2019-2022). Importante frisar que no período compreendido entre 1995 e 2020, o Brasil passou por crises de governabilidade, apresentando avanços e retrocessos que se expressam nas políticas públicas e na perda da garantia dos direitos sociais.

No que concerne às políticas para a educação superior, o marco para o ajuste ao capitalismo pautado em mercados livres e economia globalizada; privatizações e retenção de investimentos para a área da educação é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), que norteia a esfera educacional e aponta mudanças no processo de estruturação da educação superior, ao estabelecer princípios organizacionais tais como: a **flexibilidade**, atrelada a expansão do mercado educacional, na legalização de variadas instituições da educação superior; a **avaliação**, que apoia-se nos

5 O Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE) elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) coloca a educação dentro do que intitularam *serviços não-exclusivos* do Estado,

processos avaliativos que define parâmetros, instrumentos e indicadores classificatórios a fim de constituir *rankings* nacionais e internacionais entre instituições e cursos de educação superior, estabelecidos a partir do desempenho de alunos em exames nacionais e instituições, sob a lógica da competitividade de mercado e a ***diversificação*** institucional⁶ que possibilitou a expansão do sistema a partir do setor privado e a constituição de um sistema dual (JEZINE e PRESTES, 2011), com universidades de excelência, em sua maioria pública, responsáveis pela pesquisa e produção do conhecimento destinadas a alguns poucos privilegiados, e uma vasta rede de ensino superior privada acrescida de algumas instituições de ensino superior públicas, para o atendimento de outras demandas em consonância ao modelo pragmático e mercantilista.

O Governo do Presidente FHC mantém-se fiel à aceitação dos princípios do projeto econômico e político do neoliberalismo, ao favorecer a mercadorização dos serviços públicos, privatização dos serviços do estado e minimização da responsabilidade social, ao mesmo tempo que nega os direitos sociais como o financiamento às Instituições Públicas de Educação Superior (IES). Sob a lógica mercan-

6 O Decreto Lei nº 3.860, de 09/Julho/2001, no Art. 7º que estabelece a organização para as Instituições de Ensino Superior (IES): Universidades; Centros Universitários e Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos ou Escolas Superiores.

tilista, amplia a oferta de vagas do setor privado a partir da dinamização do Programa de Financiamento Estudantil (FIES) a estudantes que possam comprovar baixa renda e queiram frequentar cursos em instituições do setor privado. Cunha (2003) chama atenção para o Governo de FHC, no que considera uma das principais políticas interventoras no âmbito educacional, com intuito de potencializar o desenvolvimento econômico, articulado à configuração mercadológica da educação.

Após uma década de gestão de grandes privatizações de empresas estatais e sucateamento das universidades públicas, o governo do Partido dos Trabalhadores, alça o poder e busca coadunar uma política que possa alinhar as demandas da sociedade civil às exigências do mercado privatista. Sob essa ótica destaca três estratégias interligadas de ações para o acesso à educação superior, quais sejam: políticas de expansão, democratização do acesso e as ações afirmativas.

Assim, o Governo Lula da Silva dá continuidade à expansão do sistema de educação superior pela vertente do setor privado, com a incorporação da expansão do setor público. Neste contexto, ganha relevância o Programa de “Expansão com Interiorização” (Expandir, 2003 - 2006), que objetiva a expansão por meio do fortalecimento de campi no interior dos estados brasileiros, e o Plano de Reestrutu-

ração e Expansão das Universidades Federais (REUNI, 2007 – 2012), que se estrutura em três dimensões: estrutura física, acadêmica e pedagógica (BRASIL/MEC, 2010). O Reuni, ao objetivar a continuidade ao projeto anterior, enfoca o aumento da taxa de ingresso e da relação professor-aluno e a diminuição da taxa de evasão. O projeto busca também minimizar a distância entre os dois setores público e privado ao promover processos de democratização do acesso, com a instalação de novos campi e cursos, distribuídos espacialmente pelas diversas regiões, com a adoção das políticas afirmativas de cotas para o sistema federal de ensino.

E, para o setor privado, também sob o discurso da democratização do acesso, cria o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que oferece bolsas de estudos, em cursos de graduação em instituições privadas aos estudantes de baixa renda, constituindo a tutela do financiamento do setor privado como recursos do fundo público.

A democratização do acesso à educação superior se constituiu em um pilar do Plano de Metas do Governo Lula, ampliando as possibilidades de acesso à grupos, historicamente, excluídos desse nível de ensino. A instituição do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) como um banco de em que os interessados podem se candidatar às vagas de qualquer instituição pública do país, por meio das notas

obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)⁷, favoreceu a mobilidade estudantil e ampliou as possibilidades de escolha dos estudantes. E, por sua vez, a institucionalidade das políticas de ações afirmativas, como políticas focalizadas, inicialmente, à população negra e posteriormente a sujeitos como processos de escolarização realizado em escolas públicas buscou minimizar as desigualdades de oportunidades sociais e educacionais a sujeitos excluídos do direito ao acesso à cursos superiores.

Na sequência do governo de esquerda, a Presidente Dilma Rousseff dá continuidade às políticas de desenvolvimento social e às concessões ao ideário neoliberal. Duas ações que ganham destaque, são: as Políticas de Cotas Raciais e Sociais (Lei nº 12.711 de 2012), que destina 50% das vagas a sujeitos oriundos de escola pública, grupo étnicos raciais e pessoa com deficiência, oportunizando o ingresso de sujeitos em situação de vulnerabilidade social no sistema federal de educação. E, o Programa Ciência sem Fronteiras (Decreto nº 7.642/2011) que abre a oportunidade de formação e intercâmbio internacional a docentes e discentes do país.

Para o setor privado cria o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de

7 O ENEM foi criado em novembro de 2009, porém, concretizado no segundo semestre de 2010, posteriormente regulamentado através da Portaria Normativa de nº 21, de 05 de novembro de 2012.

Ensino Superior (Proies - Lei nº 12.688/2012) que estabelece critérios para que as instituições particulares renegociem suas dívidas tributárias com o governo federal, convertendo até 90% das dívidas em oferta de bolsas de estudo, ao longo de 15 anos, e assim reduzir o pagamento em espécie a 10% do total devido. A democratização da oferta de vagas à educação superior, nesse sentido, pode ser entendida como ampliação e manutenção do lucro do setor privado.

Após o golpe parlamentar-midiático, que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, iniciou-se em maio de 2016 um processo de retração de políticas de desenvolvimento social com Michel Temer (MDB). No que concerne à educação superior, ganha destaque a Lei nº 13.409/2016, que alterou a Lei 12.711/2012 e reservou vagas para pessoas com deficiência em cursos técnico e de nível superior na rede federal de ensino; a Portaria Normativa nº 20, de 13 de outubro de 2016, que tratou do procedimento de redução de vagas de cursos de graduação, ofertados por IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, e a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que implantou o Novo Regime Fiscal no país, iniciando um período de sucateamento das Instituições de Educação Superior Federal.

Das orientações fundamentais que marcaram a política dos governos FHC, Lula, Dilma e Temer é possível inferir

que a mão invisível do capitalismo continuou a operar na mudança do sistema de ensino superior, o modelo de expansão do acesso que se implanta imprime uma dualidade entre os setores público e privado e não consegue frear a expansão do setor privado na oferta de matrículas (CHAVES, 2010; OTRANTO, 2006; CARVALHO, 2011).

Todavia, ressalta-se a importância de aprofundar as discussões acerca das políticas de acesso à educação superior, que acabam por incentivar e priorizar o setor privado de ensino, que detém mais de 75% das matrículas do sistema. Desta feita, é possível questionar, como fica a expansão do acesso no contexto da crise de governabilidade? E quais as desigualdades sociais geradas a partir do sistema dual de ensino superior?

III. EXPANSÃO DO ACESSO NA RELAÇÃO BRASIL, NORDESTE E PARAÍBA.

Do processo de expansão da educação superior brasileira, constata-se a perspectiva neoliberal e mercadológica que se implanta em atendimento às exigências de um Estado mínimo que se regula pela oferta de serviços no mercado em que se destaca o aumento do número de instituições privadas. Segundo dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, INEP; 2015), o número de instituições

CAPÍTULO 1

privadas, em 2008, era de 2.016 e 236 instituições públicas. Em 2019 esse número passou para 2.306 de IES privadas e 302 públicas, decrescendo e totalizando 2.608 instituições de ensino superior.

Pelos dados apresentados, percebe-se que o número de instituições do setor privado, mantém-se em constante crescimento. Uma tendência percebida nos últimos 12 anos, quando comparado ao setor público, conforme ilustrado na tabela 01.

TABELA 01. NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) NO BRASIL - (2008 – 2019)

Ano	Brasil		
	Público	Privado	Total
2008	236	2016	2252
2009	245	2069	2314
2010	278	2100	2378
2011	284	2081	2365
2012	304	2112	2416
2013	301	2090	2391
2014	298	2070	2368
2015	295	2069	2364
2016	296	2.111	2407
2017	296	2.152	2448
2018	299	2.238	2537
2019	302	2.306	2608

FONTE: Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior: 2010 a 2019.

CAPÍTULO 1

A expansão institucional implica no aumento do número de matrículas em instituições públicas e privadas do país, com destaque para o setor privado, consolidando a tendência mercadológica dominante que se instala no contexto do processo de reestruturação capitalista. De acordo com Santos (2010), esse processo se configura como um fenômeno inserido no contexto da globalização, em que, sua estrutura necessita de sustentação, uma dinamicidade multidimensional, conectada às diversificadas das esferas que compõem o nacional e internacional ou o global e o local. Como se pode observar na tabela 02, o setor privado ganha proporções quatro vezes maior que o setor público.

TABELA 02. EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E LOCALIZAÇÃO (CAPITAL E INTERIOR), DE 1999 A 2019.

Ano	Brasil		Nordeste		Paraíba	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
1999	832.022	1.537.923	243.062	114.773	32.517	7.200
2000	887.026	1.807.219	271.795	141.914	33.486	9.150
2001	939.225	2.091.529	285.646	174.669	30.822	11.124
2002	1.051.655	2.428.258	316.645	225.764	33.618	13.882
2003	1.136.370	2.750.652	339.536	285.156	36.240	16.418
2004	1.178.328	2.985.405	345.508	334.521	36.044	16.589
2005	1.192.189	3.260.967	352.757	385.505	37.816	19.799
2006	1.209.304	3.467.342	356.278	439.862	38.788	23.480

CAPÍTULO 1

2007	1.240.968	3.639.413	367.735	485.584	42.763	26.916
2008	1.273.965	3.806.091	383.539	529.154	45.282	30.733
2009	1.351.168	3.764.728	409.393	556.109	44.834	32.995
2010	1.461.696	3.987.424	438.090	614.071	53.036	35.870
2011	1.595.391	4.151.371	471.209	667.749	62.328	39.319
2012	1.715.752	4.208.086	499.721	713.798	64.885	42.724
2013	1.777.974	4.374.431	511.825	775.727	65.770	51.333
2014	1.821.629	4.664.542	527.984	850.936	68.789	59.056
2015	1.823.752	4.809.793	539.359	894.047	70.469	65.861
2016	1.867.477	4.686.806	546.473	897.895	69.974	66.242
2017	1.879.784	4.649.897	546.760	900.488	67.426	68.661
2018	1.904.554	4.489.690	560.396	890.636	65.920	67.107
2019	1.922.489	4.231.071	560.462	854.781	68.231	64.362
Cresc. %	131,1%	175,1%	130,6%	644,8%	109,8%	793,9%

FONTE: Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior: 2010 a 2019.

Os dados da tabela 02 possibilitam observar o aumento das matrículas, por setores, considerando o final do governo FHC e o todo o governo do Presidente Lula da Silva, o crescimento do setor privado e de 175,1%, enquanto o setor público registra 131,1%, de crescimento em que pese as políticas de expansão com os Programas Expandir e Reuni para o setor público.

É importante notar que o crescimento do setor privado no Brasil é acompanhado como tendência pela região Nordeste, que apresenta um considerável aumento

no período dos dois governos do Presidente Lula da Silva, atingindo 130,6% nas instituições públicas e 644,8%, no setor privado, de onde se observa a concentração de matrículas. O Estado da Paraíba, segue a tendência nacional e regional e, registra o crescimento 109,8% das matrículas em instituições públicas, e o crescimento no período de 793,9% das matrículas no setor privado. Todavia, ao se comparar os números, o setor público é o maior detentor de matrículas em que pese o crescimento do setor privado.

Observa-se a reafirmação da supremacia do setor privado sobre o público, acompanhando a lógica do projeto neoliberal, no sentido da flexibilização e diversificação institucional. Todavia, ao considerar o período da governabilidade em que se encontra no centro do poder, um partido de esquerda, as concessões são peculiares a um modelo de políticas que busca a conciliação de classe, havendo políticas compensatórias, a exemplo as políticas afirmativas de reserva de vagas, que oportunizam o ingresso de diferentes sujeitos, exigindo que as instituições públicas de ensino superior possam ter um olhar diferenciado a uma população excluída socialmente, que recebe reparação social.

Nesse sentido, questiona-se: como os ingressos, que apresentam vulnerabilidade social (baixa renda, pais com baixa escolaridade, negros, pardos e indígenas), historicamente excluídos dessa modalidade de ensino estão na

universidade, considerada uma instituição elitista pela sua origem? As instituições vêm fomentando políticas que possam garantir a permanência desses sujeitos na instituição?

As questões apontadas, não são objeto deste texto, todavia, são pertinentes para compreender o aumento do número de vagas no contexto da polarização ensino público e ensino privado, pois em processo de evolução das matrículas no sistema de educação superior, as desigualdades entre grupos sociais, historicamente marginalizados não foram sanadas (ZAGO, 2006).

A lógica da reestruturação capitalista sob a perspectiva ideológica do neoliberalismo apesar de fundamentar os governos de esquerda, estes buscam formulação de políticas de recuperação do sistema de público de educação superior, que em crise financeira e sucateado se amplia a partir das políticas de expansão para a democratização do acesso e reparação social. De forma que a tendência de crescimento do governo Lula, tem sua continuidade no governo da Dilma Rousseff, em que o setor privado cresce mais que o setor público, com evidência para o Estado da Paraíba, conforme se pode observar pela Tabela 04.

CAPÍTULO 1

TABELA 03. EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E LOCALIZAÇÃO (CAPITAL E INTERIOR) - (2010 - 2019)

Ano	Brasil		Nordeste		Paraíba	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
2010	1.461.696	3.987.424	438.090	614.071	53.036	35.870
2011	1.773.315	4.966.374	514.212	812.444	67.256	44.653
2012	1.875.195	5.140.312	553.508	881.317	70.163	49.636
2013	1.932.527	5.373.450	561.175	960.531	71.366	59.767
2014	1.961.002	5.867.011	582.852	1.064.031	74.412	69.777
2015	1.952.145	6.075.152	590.489	1.104.191	75.880	77.736
2016	1.990.078	6.058.623	588.670	1.115.008	74.297	79.195
2017	2.045.356	6.241.307	601.423	1.145.233	72.234	83.354
2018	2.077.481	6.373.274	610.110	1.189.499	70.535	86.299
2019	2.080.146	6.523.678	602.518	1.264.336	71.827	91.497
Crescimento %	42%	64%	38%	106%	35%	155%
Total Geral	75.755.546		15.793.708		1.378.790	

FONTE: Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior: 2010 a 2019.

Em relação à Região Nordeste, o crescimento das matrículas, considerando o período do governo Dilma, registra o percentual de 38% nas instituições públicas, e 106% nas instituições privadas. Destaca-se a tendência de maior crescimento no setor privado, mantendo-se a governabilidade ideológica neoliberal, associada ao processo de mercantilização do ensino superior. No tocante ao Estado da Paraíba, o crescimento das matrículas no setor público de ensino atingiu a marca do percentual de crescimento de 35%, já o setor privado aponta 155% de crescimento. Mas, ao comparar os quantitativos, o setor público de ensino superior da Paraíba, continua sendo o maior detentor de matrículas, mesmo com crescimento do setor privado sendo exorbitante, no período analisado.

CAPÍTULO 1

TABELA 04. NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS, CANDIDATOS INSCRITOS E INGRESSOS POR VES-TIBULAR E OUTROS PROCESSOS SELETIVOS, NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DE IES DO BRASIL (2010 – 2019)

Brasil						
Ano	Vagas Oferecidas		Candidatos Inscritos		Ingressos	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
2010	445.337	2.674.855	3.364.843	3.334.059	408.562	1.181.650
2011	484.943	2.743.728	5.138.136	4.028.451	426.597	1.260.257
2012	539.648	2.784.759	6.577.483	4.350.292	462.097	1.508.295
2013	525.933	2.903.782	7.232.646	4.712.433	457.206	1.494.490
2014	533.018	3.012.276	8.157.989	5.087.807	452.416	1.658.350
2015	530.552	3.223.732	8.517.232	5.508.890	451.174	1.493.004
2016	529.239	3.407.890	7.904.621	5.731.131	457.288	1.400.818
2017	526.169	3.331.403	7.458.391	6.234.832	456.947	1.419.679
2018	540.925	3.471.838	6.228.296	6.173.822	463.084	1.316.996
2019	548.625	3.411.906	5.914.273	5.846.789	471.114	1.280.008
Total	5.204.389	30.966.169	66.493.910	51.008.506	4.506.485	14.013.547
Vagas não preenchidas	Público: 697.904			Privado: 16.952.622		
Destaque 2015	1.810.106 = 48% de vagas não preenchidas					

FONTE: Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior: 2010 a 2019.

Em paralelo ao crescimento de matrículas, identifica-se também, um aumento crescente do número de vagas ociosas no sistema. De acordo com as informações do Censo da Educação Superior (INEP, 2015), no ano de 2015 foram oferecidas mais de 3,7 milhões de vagas em cursos de graduação, dessas novas vagas, apenas 1.944.178 foram preenchidas. Isso significa que o número de vagas não preenchidas quando comparadas ao número de ingressos, chegaram ao número de 1.810.106 de vagas que não foram ocupadas, o que corresponde a 48%, quase metade das vagas ofertadas no ano correspondente.

Observa-se, na tabela 04, que o número de vagas não preenchidas no setor privado constitui-se um quantitativo significativo de vagas ociosas. Trata-se, inegavelmente, de um fenômeno que emerge a partir da expansão do sistema focalizado no setor privado, uma vez que o público em condições reais de cursar o ensino superior em instituições privadas de ensino apresenta-se em processo de contenção, em função da condição econômica da população e as disparidades das desigualdades sociais entre ricos e pobres. A tendência provoca um duplo processo de exclusão social, o direito e as condições de acesso ao ensino de qualidade. Tendo em vista que a renda média da população brasileira é inferior a

um salário mínimo, havendo uma impossibilidade do cidadão se manter em uma instituição privada de ensino⁸. (Tabela 04).

TABELA 05. NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS, CANDIDATOS INSCRITOS E INGRESSOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DO NORDESTE (2010 - 2019)

Instituições Federais/Nordeste				
Ano	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Relação Candidatos Inscritos/ Vagas Oferecidas	Ingressos
2010	78.148	757.857	9,70	87.105
2011	83.221	1.214.630	14,60	86.622
2012	86.926	1.727.800	19,90	89.390
2013	90.096	1.747.293	19,40	91.253
2014	93.533	2.212.354	23,70	94.250
2015	96.853	2.249.302	23,20	95.782
2016	95.847	2.186.189	22,81	87.081
2017	98.877	1.949.297	19,71	90.313
2018	100.734	1.592.624	15,81	91.809
2019	105.255	1.560.037	14,82	94.331
Total	929.490	17.197.383	183,66	907.936
Crescimento %	35%	106%	53%	8%
Destaque 2015	1.071 = 1% de vagas não preenchidas			

FONTE: Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior: 2010 a 2019.

8 Disponível em: [Renda média de mais da metade dos brasileiros é inferior a um salário mínimo - Época Negócios | Brasil \(globo.com\)](https://www.globo.com/brasil/noticia/2021/12/08/renda-media-de-mais-da-metade-dos-brasileiros-e-inferior-a-um-salario-minimo-epoca-negocios-brasil-globo-com-1-dez-2021.html). Acesso em: 01 dez. 2021.

Ao delimitarmos as análises sobre as Instituições Federais do Nordeste, entre os anos de 2010 a 2015, os dados apresentam um quadro positivo quanto ao número de vagas oferecidas e a quantidade de ingressantes nas instituições federais. Em relação ao número de vagas ofertadas, constava 78.148 vagas em 2010 e em 2019 o número chegou a 105.255, ou seja, houve um crescimento de 35% nos períodos analisados (2010 – 2015). Em consonância a isso, o número de ingressantes manteve-se acima do quantitativo de vagas ofertadas em todos os anos analisados, em 2010, por exemplo, haviam ingressado 87.105 estudantes, em 2019 ingressaram 94.331, representando um crescimento sutil de 8% nos últimos cinco anos, conforme dados da tabela 05.

Contudo, nota-se a partir dos dados apresentados um quantitativo expressivo do número de candidatos inscritos que procuraram adentrar às instituições federais nos anos analisados. No ano de 2010 totalizavam 757.857 candidatos inscritos, em 2019 este número ampliou o quantitativo, atingindo a marca de 1.560.037, totalizando um crescimento de 106%. Dos dados supracitados, destaca-se também um quantitativo de 1.071 vagas não preenchidas no ano de 2015, o que reafirma as constatações do fenômeno da ociosidade de vagas, identificadas anteriormente a nível nacional.

Diante do exposto, importa frisar que a compreensão acerca das mudanças na educação superior brasileira requer a análise do contexto político, social e econômico do país (MANCEBO, 2013), pois a concepção teórica e ideológica de cada governança implica nas proposições políticas, interferindo e/ou aumentando o fosso das desigualdades sociais entre classe e sujeitos. Não se pode deixar de admitir que as políticas de cotas se constituíram em estratégias de ampliação do acesso à sujeitos historicamente excluídos do direito à educação. Como também, que os governos de esquerda tiveram que abrir concessões e realizar acordos para se manter na liderança política no período de 14 anos.

3.1. Paraíba: breve percurso histórico da Expansão do Acesso à Educação Superior

O Estado da Paraíba tem uma área de 56.469 km², dividida em 223 municípios; população total de 3.766.528 habitantes e densidade demográfica (hab/km²) de 66,7, em que 75% corresponde à população residente urbana. A Paraíba é um dos estados mais pobres da Região Nordeste, concentrando um dos maiores índices de miséria do país, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH⁹) 0,718. Distancia-se dos cinco estados com maiores IDH no Brasil

9 O IDH varia de 0 a 1; quanto mais se aproxima de 1, maior o IDH de um local.

que são, respectivamente, Distrito Federal (0,874); Santa Catarina (0,840); São Paulo (0,833); Rio de Janeiro (0,832) e Rio Grande do Sul (0,832), únicos que se situam na faixa de alto desenvolvimento humano. Neste quadro, a Paraíba fica à frente apenas de Piauí (0,703); Maranhão (0,683) e Alagoas (0,677). O estado apresenta, ainda, alta taxa de mortalidade infantil (antes de completar 1 ano de idade): 35,2% (2009) por mil habitantes. Seu Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 28,7 bilhões (2009) e a renda média é R\$ 412,00 (2010), tendo como principais atividades econômicas a agricultura, a pecuária, serviços e turismo.¹⁰

A Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira (IBGE, 2010) registra a média de anos de estudo de pessoas de 25 anos ou mais de idade por quintos de rendimento mensal familiar e revela as diferenças regionais: a média nacional é 7,1, ao passo que a nordestina é 5,8 e a paraibana, 5,6. No quinto inferior de rendimento, a média nacional é 4,5, a nordestina, 3,6% e a paraibana, 3,5%; no quinto superior, a média nacional é 10,4, enquanto a nordestina e a paraibana ficam em 9 anos. Os dados podem, talvez, explicar por que o Estado possui maior concentração das matrículas no setor público, pois as condições sociais e educacionais não permitem que sua po-

10 Dados disponíveis em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pb>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

pulação tenha acesso e permanência no ensino privado, em cursos de alto prestígio social e maiores custos financeiros.

As primeiras instituições de Ensino Superior foram implantadas, no Brasil, no início do século XIX, em virtude do advento da vinda da família Real portuguesa para a colônia, em 1808. Na ocasião, o Príncipe Regente, D. João VI, criou os primeiros cursos superiores na Colônia, que ascendeu ao status de Reino Unido à Portugal. Antes, a criação de faculdades na América Portuguesa era expressamente proibida.

Na Paraíba, o ensino superior remonta, em um primeiro momento, aos mosteiros e conventos, em um contexto em que os jesuítas eram os responsáveis pela formação colegial de portugueses e nativos, até sua expulsão do Brasil em 1759.

As primeiras tentativas no sentido de instalar uma instituição de ensino superior no estado datam apenas do Império, no âmbito das discussões da Assembleia Geral Constituinte de 1823. No entanto, havia muitos obstáculos para que isso acontecesse, que iam desde a falta de edificações adequadas, passando pela falta de recursos para custear a sua implantação, até o perfil da população paraibana, predominantemente analfabeta, de origem agrária. Não havia, portanto, demanda suficiente para esse fim, em uma província dominada por elites agrárias atrasadas. Em 1894, porém, foi criado um seminário, ligado à diocese católica,

com cursos superiores de filosofia e teologia, sendo o único curso superior à época no Estado da Paraíba.

Na Primeira República, houve a tentativa de implantação do Ensino Superior no estado, com a criação da Universidade Popular, muito em moda na Europa. Em 1934, foi instalada a Escola de Agronomia da Nordeste - EAN, na cidade de Areia, na região do Brejo, em um contexto de criação de outras universidades pioneiras no país. Ela começa a funcionar em 1937, sustentada pelo governo paraibano, impulsionada pelo surto desenvolvimentista do governo Getúlio Vargas e mostra a força política das oligarquias locais, “uma vez que na cidade de Areia, localizada na microrregião do Brejo Paraibano, encontrava-se um forte reduto dos coronéis da política paraibana” (BEZERRA, 2007, 29).

A expansão do ensino superior, propriamente dito, somente ganharia novo fôlego, efetivamente, a partir dos anos 1950, no contexto do nacional-desenvolvimentismo e do estado populista, quando foram instituídas várias faculdades, além de escolas isoladas, com destaque para a Faculdade de Filosofia da Paraíba (FAFI).

A Faculdade de Ciências Econômicas, a mais antiga instituição de Ensino Superior da capital, foi criada em 1947, por docentes oriundos da Academia do Comércio Epitácio Pessoa - ACEP, contendo os cursos de Economia, Ciências Contábeis e Administração, de caráter privado. Já

a Faculdade de Filosofia da Paraíba foi instituída pelo governo estadual no ano de 1949, com sede em João Pessoa, composta pelos cursos de História e Geografia, Pedagogia e Letras Neolatinas. A Faculdade de Direito foi instalada em 1951, com recurso de particulares. Na sequência, vieram as Faculdades de Medicina, de Odontologia e de Farmácia (1950), A Escola de Engenharia da Paraíba foi fundada no ano de 1952.

Em Campina Grande, foi criada a Escola Politécnica da Paraíba, em 1952, e a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, fundada pela Diocese daquela cidade, em 1954. A Escola Politécnica da Paraíba se expandiu nos anos 1960, tendo como “objetivo principal dar sustentação a novos cursos de Engenharia na Escola, sendo eles Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica. Junto com os novos cursos, Lynaldo Cavalcanti surgiu também a pós-graduação em nível de mestrado em Engenharia Civil” (2017, 03). Através da nova orientação política do governo federal, à época, para a educação superior, com a chamada reforma cêntrica em 1976, a Escola Politécnica tornou-se *Campus II* da UFPB.

Em 1955, foi criada a Universidade da Paraíba, reunindo cerca de 11 faculdades, de João Pessoa e Campina Grande. Em 1960, a instituição foi federalizada, através da Lei N. 3.835 de 13 de dezembro de 1960, reunindo as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, Odontologia, Di-

reito, Medicina e Escola Anexa de Enfermagem, Faculdade de Ciências Econômicas, Escola de Engenharia, Escola de Serviço Social da Universidade da Paraíba, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande e Escola Politécnica da mesma cidade.

Com o tempo, a UFPB se expandiu, adotando uma estrutura *multicampi*, implantando dezenas de cursos de graduação e pós-graduação e atuando nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão. Em 2002, ela foi dividida, dando origem à Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, com sede no município do mesmo nome.

No ano de 1966 foi criada a Universidade Regional do Nordeste – FURNE, em Campina Grande. Segundo o pesquisador Luciano Albino, impulsionada pelos debates sobre projetos de desenvolvimento nacional e regional, favorecidos com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Na sua fundação, a linha de orientação do então prefeito Williams Arruda pautou-se em associar “ensino superior e desenvolvimento” (2017, 05).

A FURNE, depois URNE, foi posteriormente estadualizada, surgindo aí a Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, fruto da Lei nº 4.977, de 11 de outubro de 1987. A instituição conseguiria, então, superar uma longa crise financeira e, mais adiante, passaria por um processo de expansão, que a levaria a outros municípios do estado, incluindo a capital.

Uma outra instituição pública a ofertar cursos de nível superior na Paraíba é o Instituto Federal da Paraíba – IFPB, que compõe a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que oferece cursos da área de educação superior tecnológica, nos seus diversos *campi*. A instituição conta com 21 unidades espalhadas em todo o Estado, entre Campus e Campus Avançado. Juntas, a UFPB, a UFCG, a UEPB e o IFPB formam a base fundamental da rede de educação superior do estado, constituindo-se em peças estratégicas para o nosso desenvolvimento. Públicas e gratuitas, elas possuem uma estrutura multicampi, com presença nas diferentes regiões, do litoral e sertão, e atuam nas áreas da pesquisa, ensino e extensão.

No âmbito do ensino privado, a primeira grande iniciativa tomada foi, em 1971, com a fundação dos Institutos Paraibanos de Educação – IPÊ, a maior instituição superior de ensino privado da Paraíba, de importante presença na vida da sociedade paraibana. Em 1994, o Ipê foi reestruturado, denominado Unidades de Ensino Superior dos Institutos Paraibanos de Educação. No ano de 1997, constituiu-se o Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ, através de Decreto Presidencial, conferindo autonomia administrativa, didática e científica à Instituição.

As décadas de 1980, 1990 e 2000 foram profundamente marcadas pelo crescimento do ensino privado, como

parte de uma tendência de expansão, privatização e mercantilização do setor. Além disso, há uma maior diversificação da oferta de cursos, com a implantação de muitos cursos na modalidade de Educação a Distância – EAD e outros de curta duração, de caráter tecnológico.

Na Paraíba, o processo foi marcado pelo surgimento de novos grupos locais como a criação da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FACISA, em Campina Grande, e das Faculdades Integradas de Patos - FIP e pela chegada de grandes grupos educacionais nacionais, a exemplo da Universidade Paulista – UNIP, Universidade Maurício de Nassau – UNINASSAU, o Grupo Estácio de Sá, Anhanguera e o Grupo Cruzeiro do Sul Educacional, de São Paulo, que, em 2018, adquiriu o Centro Universitário UNIPE, no contexto da expansão em nosso estado das chamadas “universidades S.A.”, empresas de capital aberto com ações em bolsas de valores, um novo modelo de gestão universitária, no âmbito privado, que compõem a rede privado-mercantil de educação superior, que se constitui de instituições claramente com fins lucrativos, mantidas por empresas de capital aberto e envolvidas no mercado de ações, com um dos maiores índices de rentabilidade.

De acordo com Mancebo, Silva Júnior & e Oliveira (2018, 07), a “nova dinâmica empresarial do setor privado mercantil – com a abertura para o mercado de ações, que

possibilita o aumento de seu capital e a compra de outras instituições menores, espalhadas no País – tem possibilitado a oligopolização desse setor, transformando a educação superior de direito em mercadoria”.

Para tanto, torna-se imperioso traçar um breve quadro, em termos da relação vagas/candidatos, considerando a população em idade ideal para o ingresso no ensino superior. De acordo com dados do IBGE (2010), em 1991, a população paraibana na faixa etária de 18 a 24 anos era de 410.745 pessoas, ou seja, 12,8% da população residente (3.201.114 milhões); desta população, apenas 26,1% possuía escolaridade de oito anos de estudo ou mais.

Em 2000, a população dessa faixa etária era de 475.828, representando 13,8% da população (3.443.825 milhões); deste total de indivíduos, 34,6% possuíam oito anos de estudo ou mais.

É possível inferir, a partir de tais dados, que cresceu consideravelmente a população paraibana nessa faixa etária com oito anos de estudo ou mais, de modo que a procura pelo ensino superior se intensifica, à medida que cresce a oferta de instituições, cursos e vagas. Como se pode observar na tabela seguinte.

CAPÍTULO 1

TABELA 05. VAGAS OFERTADAS, CANDIDATOS INSCRITOS E INGRESSOS POR VESTIBULAR E OUTROS PROCESSOS SELETIVOS, NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DE IES NA PARAÍBA-PB (2010 – 2019)

Paraíba						
Ano	Vagas Oferecidas		Candidatos Inscritos		Ingressos	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
2010	17.315	19.890	142.527	23.562	16.153	11.458
2011	19.242	22.200	169.993	30.857	17.707	13.372
2012	19.698	24.111	67.844	37.347	19.783	14.555
2013	20.700	29.287	340.594	59.788	20.100	17.738
2014	20.354	34.186	302.743	64.325	19.079	22.467
2015	17.982	37.670	340.935	60.307	17.955	20.961
2016	20.921	40.710	286.156	78.351	17.789	18.269
2017	18.377	42.980	261.595	96.787	16.712	20.726
2018	18.197	56.325	214.283	73.338	16.356	18.994
2019	21.338	50.179	274.264	58.904	19.337	18.417
Total	194.124	357.538	2.600.934	583.566	180.971	176.957
Cresc. %	23	152	92	150	20	61
Vagas não preenchidas	Público: 13.153			Privado: 180.581		

FONTE: Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior: 2010 a 2019.

Conforme se observa na tabela 05 acima, há um crescimento gradativo na oferta de vagas no setor público quanto no privado, fruto da oferta de vagas do Programa Reuni que realizou o financiamento para a rede pública federal de ensino. Todavia, se observa no período pós-Reuni, queda no número de oferta de vagas e de ingressos. Vale notar que do início do período até pelo menos o ano de 2012, tanto as vagas ofertadas no público quanto no privado estavam crescendo num ritmo de relativa igualdade. É exatamente a partir de 2013 que se constata ampliação vertiginosa das vagas na esfera privada, em detrimento de uma relativa estagnação (e, em alguns anos, até redução) das vagas oferecidas pelas IES públicas no Estado da Paraíba. Tal processo fica evidente quando se observa que a taxa de crescimento das vagas ofertadas, entre 2010 e 2019, é de 23% no público e de 152% na privada. O mesmo pode ser dito para a taxa de crescimento dos indicadores de candidatos inscritos, sendo 92% no setor público e 150% no setor privado, com relação aos ingressos, constata-se maior crescimento de ingressos no setor privado com 61%, enquanto o setor público teve o crescimento de 20%.

IV. CONCLUSÃO

A globalização, como um fenômeno multifacetado, uma ação que transcende as fronteiras da nação a partir, no primeiro momento, da liderança das indústrias multinacionais e, na sequência, do capital financeiro, seguido agora pelas chamadas *big techs* do segmento de informação e comunicação, e principalmente, com o advento da abertura de mercados, passa a gerar novas necessidades de formação e profissionalização exigidas pelas ressignificações da relação trabalho e produção e, sob este prisma, a educação superior passa para a centralidade da agenda de reforma estado e do ensino superior. De formas que o processo de expansão e democratização do acesso à educação superior precisa ser analisado no cenário político, econômico e de desenvolvimento do capitalismo.

No Brasil, houve um amplo crescimento quanto à quantidade de instituições de ensino superior, de cursos e do número de matrículas, ocorrido, principalmente, no âmbito das instituições privadas.

Em linhas gerais, o crescimento da educação superior no Brasil se reproduziu na Paraíba, tendo este estado maior expansão em relação ao percentual de crescimento da própria região. Confirma-se o processo de expansão e diversificação da rede privada com menor participação do setor público no total de instituições de ensino superior do

Estado, havendo inclusive um declínio do número de cursos e vagas. Os novos negócios do ensino superior são geridos com base em ativos mobilizados em bolsas de valores e incorporando, em larga escala, a educação à distância e as tecnologias de informação e de comunicação.

As políticas de expansão do acesso, diferenciadas para os setores público e privado materializam as desigualdades sociais e educacionais, pois à medida que o campo da diversidade da oferta de ensino se amplia, outros processos de exclusão são gerados, exclusões internas que envolve o *status* social e o prestígio do curso expressando desafios para a permanência e conclusão do curso.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Luciano. Ensino superior e desenvolvimento regional: o exemplo da Universidade Estadual da Paraíba. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, BLUMENAU, 5(2),P. 5-24, 2017. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/6553/3845>. Acesso em: 30 out. 2021.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

APPLE, Michael W.; AU, Wayne; GANDIN, Luís Armando. **Educação Crítica**. Análise Internacional. Tradução Vinicius Figueira. Porto Alegre. Artmed, 2011.

BEZERRA, Francisco Chaves. **O Ensino Superior de História na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais**. João Pessoa,

UFPB, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6030>. Acesso em: 02 dez. 2021.

BRASIL. INEP. **Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior: 2010 a 2019**. Brasília: Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. **Lei N. 3.835 de 13 de dezembro de 1960**. Federaliza a Universidade da Paraíba e dá outras providências. Disponível em: <https://www.ufpb.br/aci/contents/documentos/documentos-ufpb/lei-de-federalizacao-da-ufpb-1960.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [L9394 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 02 dez. 2021.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **A política pública para a educação superior no Brasil (1995-2008): ruptura ou continuidade?** Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

CHAVES, V. J. Expansão da privatização/mercantilização da Educação Superior **brasileiro**: a formação dos oligopólios. **Revista Educação e Sociedade**, n. 111, v. 31, abr. jun, 2010. Disponível em: [SciELO - Brasil - Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios](#) **Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios**. Acesso em: 02 dez. 2021.

CUNHA, L. A. A Educação Superior no octênio FHC. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, n. 82, abr. 2003. Disponível em: [SciELO - Brasil - O ensino superior no octênio FHC](#) **O ensino superior no octênio FHC**. Acesso em: 02 dez. 2021.

DOWBOR, Ladislau. **A era do Capital Improdutivo**: a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. 2ª edição. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

GENTILI, Pablo. **Escola S. A.** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, 1996.

IBGE. A Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2010. Disponível em: [Síntese de Indicadores Sociais | IBGE](#). Acesso em: 02 dez. 2021.

INEP. BRASIL. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior**. 2015. Disponível em: Sinopses Estatísticas — Inep (www.gov.br). Acesso em: 02 dez. 2021.

JEZINE, E; PRESTES, E. M. T. Democratização do acesso à educação superior no Brasil. In. RAMALHO, B. L.; LLAVADOR, J. B.; CARVALHO, M. E. P.; DINIZ, A. V. S. (Coords.). **Reformas Educativas, Educación Superior e Globalización en Brasil, Portugal e España**. Valência: Editorial Germania, 2011.

MANCEBO, Deise; SILVA JUNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, João F. de. Políticas, Gestão e Direito a Educação Superior: Novos Modos de Regulação e Tendências em Construção. **Revista Acta Scientiarum. Education**, v. 40(1), e37669, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/acta>. Acesso em: 02 dez. 2021.

OTRANTO, Celia Regina. A reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XVI, nº 38, p. 18-29, jun. 2006.

PARAÌBA. **Lei N. 4.977 de 11 de Outubro de 1987**. Cria a Universidade Estadual da Paraíba e dá outras providências. Disponível em: [Lei_4.977-1987-lei-de-criacao-da-UEPB-Estadualizacao-OCR](#). Acesso em: 30 nov.2021.

RIBEIRO, Rafael Porto; TORRES, José Valmir Oliveira. **O início do ensino superior em Campina Grande PB: Uma possibilidade de história de elites (1945-1952)**. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548953097_a661840a23fb17a75d0ea-b8163a404cc.pdf. Acesso em: 30 nov.2021.

TORRES, Roberto Dutra. Governabilidade, governança e poder informal. Um problema central de sociologia política. **Civitas**, Porto Alegre, v.

CAPÍTULO 1

16, n. 1, p. 153-171, jan.-mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/MzgKjtyLw33kM6fMzDb5yt/?lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2021.

SALAMA, Pierre et al. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SANTOS, B. S. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2010. (Coleção Questões da Nossa Época, v.11)

SUNDARARAJAN, Arun. **Economia compartilhada: o fim do emprego e a ascensão do capitalismo de multidão**. Senac: São Paulo, 2018,

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista brasileira de educação**, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021.



CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DO MAPA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DA PARAÍBA: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

- » Uyguciara Veloso Castelo Branco;
- » Adriana Valéria Santos Diniz;
- » Maria da Salete Barboza de Farias

I. INTRODUÇÃO

A utilização de mapas e técnicas de análise espacial é frequentemente associada a algumas áreas de pesquisa e apresentação de dados de investigação, a exemplo dos mapeamentos eleitorais, dos estudos de demografia, de sociologia econômica e de várias outras áreas das ciências sociais, tendo a Geografia, a Antropologia e a Sociologia como algumas ciências que utilizam esse recurso na demonstração e análise de dados.



Em Educação, surge uma necessidade contemporânea em georreferenciar os estudos, ampliando o aparato teórico-metodológico, acrescentando o impacto social de elementos geográficos importantes que podem contribuir como elementos para análises mais profundas de problemas de investigação e, indo além, por meio dessa cartografia, promover um planejamento educacional, considerando a variável territorial.

Para melhor compreensão, apreensão e demonstração de suas pesquisas, os pesquisadores das ciências humanas e sociais começam a utilizar elementos cartográficos importantes. Na busca por ampliar os recursos de análise dos dados coletados, observa-se que os trabalhos com os mapas têm acrescentado diferentes layout, símbolos e cores que são úteis como elemento de classificação e organização de dados em classes ou intervalos para melhor interpretação, estratégia própria de documentos cartográficos. Há, ainda, a adaptação para os estudos educacionais de mapas de pontos ou de direção, que permitem a localização de eventos, a análise de densidade de elementos da infraestrutura ou equipamentos urbanos como escolas, universidades, centros culturais, instituições de comércio etc. Esses acréscimos ainda permitem relacionar características socioeconômicas como o nível de escolaridade, de renda, utilização de serviços públicos, etc. com o espaço.

Nesse sentido, alguns autores (SLOCUM, 1999; DENT, 1999; BREWER, 2005) recomendam a utilização de mapas disponíveis, adequando-os às unidades de análise, em lugar de sua criação, que se torna oneroso além de exigir habilitação técnica para sua feitura. Esses mapas são, inclusive, acessíveis nos sites abertos, sem custo. O acesso a uma possibilidade de representação de dados socioespaciais em plataformas de cartografia e produção por mapas se configura, no tempo presente, em uma estratégia democrática e didática de exposição de dados, que são coletados e analisados, considerando a realidade dos lugares. Ou seja, tal possibilidade, configura-se como uma alternativa de apresentação de resultados de pesquisa por meio de mapas e, ao mesmo tempo, constituem em poderoso instrumento de planejamento socioterritorial, considerando que essa atividade pode ser elaborada com distintas informações coletadas.

Por isso, a Análise Exploratória dos Dados (ESDA) é fundamental para a comparação entre elementos geográficos com dados sociais de caráter não-espacial, identificando padrões compartilhados e permitindo a formulação de hipóteses de investigação. Esses elementos geográficos de análise espacial, tais como os disponíveis em Sistemas de Informação Geográficos (SIG), podem ser facilmente integrados, confrontados e somados a outros dados socio-

culturais, econômicos, biológicos, em um mesmo ambiente de trabalho, através de Pacotes Estatísticos robustos e sofisticados, a exemplo do Pacote R (BIVAND ET AL., 2008) que, por ser gratuito e de código aberto, permite atualizações constantes e é acessível em multiplataformas (Windows®, Mac® e Linux®)¹¹.

Nos tempos atuais, pesquisadores podem e devem se apropriar, em seus problemas de investigação, de dados amplos e profundos oriundos de bases de dados robustas, a exemplo dos censos demográficos¹² e econômicos¹³, além de uma grande variedade de mapas de diversos países, em níveis diversos de governo ou áreas (estadual, municipal, federal, zonas urbanas, zona rural, metrópoles e pequenas cidades, etc.), utilizando-se de plataformas abertas e de fácil acesso público como o Google Earth e Google Maps.

Com o objetivo de melhor compreender essas novas ferramentas de uso para as Ciências Sociais, em particular para as Ciências da Educação, com recorte na Educação Superior do Estado da Paraíba, o presente artigo abordará os principais elementos teórico-metodológicos necessários

11 Para maiores detalhes, consultar: <<http://rspatial.r-forge.r-project.org/>> ou <<http://addictedtor.free.fr/graphiques/>>.

12 Referenciamos os microdados do Censo da Educação Superior, disponíveis em: <<http://inep.gov.br/microdados#>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

13 Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), disponíveis em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

aos estudos que necessitam articular dados estatísticos. Para isso, é utilizada a ferramenta cartográfica, envolvendo a distribuição territorial municipal dos estudantes matriculados, dos cursos ofertados, do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Dimensão Educação (IDHM-Educação), da Renda Per Capita e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Dimensão Renda (IDHRM).

II. CATEGORIAS TEÓRICAS DE INTERESSE

O desenvolvimento de uma pesquisa, que busca apresentar um conjunto de informações levantadas, a partir de coleta de dados, e que tem intenção de construir uma estratégia de representação dos dados e de promover acesso aos seus resultados, requer uma discussão que fundamente os principais conceitos mobilizados no desenvolvimento do trabalho.

Amorim (2010) argumenta que, devido à relação estabelecida entre a sociedade e o seu espaço e, ainda, à sobredeterminação assinalada da dimensão espacial dos fenômenos, inclusive os educacionais, o espaço pode ser tratado também com uma “instância” (SANTOS, 1978, p. 152), isto é, como um modo específico de avaliar a própria dinâmica social. Tais dinâmicas podem e devem ser representadas por um conjunto de mapas, produzindo

uma cartografia, o que contribui para o entendimento das dinâmicas territoriais da educação.

Rodrigues-Silveira (2013, p. 12) discute que os mapas se constituem em ferramentas conceituais e metodológicas necessárias para interpretar, conceituar e investigar a dimensão espacial dos fenômenos sociais, atendendo às necessidades da comunidade acadêmica e dos profissionais interessados na formulação de políticas públicas e de governo.

Para melhor entendê-los, são necessários alguns conceitos geográficos fundamentais – território, espaço, fronteira, escala, lugar e região – que, juntos, formam

[...] um instrumental teórico poderoso no momento de perguntar e interpretar o efeito do espaço sobre os fenômenos sociais. De fato, resultam especialmente úteis para conhecer os limites e questionar os pressupostos empregados na maior parte dos estudos sociais sobre como afetam e influenciam a organização do espaço nas dinâmicas ou as estruturas sociais. (RODRIGUES-SILVEIRA, 2013, p. 15-16).

As dimensões espaciais dos diferentes fenômenos permitem uma análise mais profunda e atual do que acontece no mundo e seu conjunto de lugares. Santos (2002, p. 112) salienta que “os lugares realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado, isto é, empiricizado”. Amorim (2010), a partir dessa compreensão, acrescenta que, na interpretação geográfica, a partir das especificidades

locais – da totalização histórica dada nos lugares –, essas conceituações remetem à necessidade de também levar em consideração os processos mais gerais que incidem sobre elas: processos provenientes das escalas regionais, nacionais ou mundiais. Nessa perspectiva, apresentamos conceitos fundantes e importantes para a apresentação da cartografia produzida.

2.1. Compreendendo alguns conceitos geográficos

Inicialmente, o conceito de **território** surge como fruto de uma tentativa de estabelecer um vínculo entre sociedade = estado = território, traduzido como nacionalismo metodológico, por autores como Beck (2007) e Chernilo (2007). As perspectivas nacionalistas passam a ser duramente criticadas por sua restrição conceitual, exacerbando a importância do estado, sem a devida reflexão crítica sobre a relação entre estado e geografia, enquanto fenômeno historicamente determinado. Nesse sentido, a organização territorial passa a ser vista como um produto histórico e, portanto, as relações entre política e espaço são entendidas como suscetíveis às transformações em seu tempo histórico (RODRIGUES-SILVEIRA, 2013, p. 16).

Segundo Sack (1986, p. 5), territorialidade é entendida como a intervenção consciente sobre pessoas e coisas, com o objetivo de estabelecer controle em uma **determina-**

da área ou **espaço**, afinal o poder se estabelece a partir de critérios espaciais, de acordo com os condicionantes sociais e culturais em um dado momento histórico, conferindo-lhe características diferentes e peculiares. Nesse sentido, “saber determinar o tipo de territorialidade de cada sociedade e época constitui, portanto, uma tarefa básica para entender como se pode influenciar o espaço nas práticas sociais” (RODRIGUES-SILVEIRA, 2013, p. 16).¹⁴

Esse tipo de territorialidade pode-se dar a partir do conceito de Estado-Nação, como fator que possui peso determinante na sociedade e constitui uma referência objetiva na organização social e política, mas que não pode ser visto como a-histórico ou natural, como enfatiza o nacionalismo metodológico. Portanto, “[...] não existe um único território, senão territórios e territorialidades em que os agentes ou processos competem entre si pelo controle ou hegemonia sobre a organização do espaço.” (RODRIGUES-SILVEIRA, 2013, p. 17).

Em síntese, o conceito de território passa a ser visto dentro de uma perspectiva ampla, que considera os processos históricos de interação entre múltiplos atores sociais, tomando-o como um espaço submetido a delimitação legal (COX, 2002), que pode ser organizado em diferentes escalas (KEATING, 1998), porém que não precisa estar vinculado,

¹⁴ Tradução livre das autoras.

necessariamente, a uma organização política estatal (SANTOS, 1986). A concepção de território nacional se mantém, porém deverá buscar o diálogo com regiões subnacionais ou mesmo blocos internacionais, dialogando com os vários agentes sociais e processos territoriais, antagônicos ou cooperativos, discutindo, inclusive, a definição de **fronteiras**, a partir dessa visão mais ampla e complexa, que leva em conta não apenas aspectos políticos e geográficos, mas contempla as novas divisões de poder, espaço e território, de maneira dialética (SACK, 2011).

Outro aspecto fundamental para compreensão dos fenômenos geoespaciais e sua importância para a análise dos fenômenos sociais é a percepção de sua dimensão **multiescalar**, em que os diferentes níveis da organização social exercem mútua influência e se superpõem. Conforme Howitt (2003, *apud* Rodrigues-Silveira, 2013, p. 18),

Em uma formulação mais simples, a escala pode ser definida como a magnitude relativa de um fenômeno e apresenta três propriedades fundamentais: o tamanho, o nível (local, nacional, global etc.) e a relação com outras escalas.

De acordo com o nível ou detalhamento da informação que o pesquisador necessita, há a definição da **escala** cartográfica, ou seja, do nível de resolução geográfica, da densidade da representação visual, com informações contidas no mapa e seu consequente tamanho (AGNEW, 1997, p. 100).

Seguindo, há dois outros conceitos importantes para a compreensão da utilização de mapas pelas ciências humanas e sociais: o **lugar** e o **contexto**.

De acordo com Therborn (2006), as ações sociais têm sua existência em um ponto preciso no tempo e no espaço. A esse ponto ou unidade de área denomina-se de **lugar**, configurando-se como o espaço fixo, de natureza física, que é compartilhado pelos indivíduos, a partir de critérios social e historicamente definidos. Nesse sentido, Rodrigues-Silveira (2013, p. 19) afirma:

Os indivíduos vivem em uma área específica caracterizada por determinados elementos que conferem uma identidade física e simbólica, que abriga uma série de processos repetidos cotidianamente e enquadrados dentro de uma trajetória histórica própria.

O lugar pode ser entendido como um espaço físico, cultural ou social; como um **contexto** ou conjunto de características físicas, sociais, político-econômicas que agem sobre a ação individual ou coletiva; ou mesmo como resultante de uma ação social ou fruto de uma construção histórica (STAEHELI, 2003, p. 166). Podemos considerar, concordando com Amorim (2010), que os lugares são sinônimos de subespaços ou frações do espaço, frações articuladas, como acumuladores de escalas de tempos múltiplos. Esses recortes favorecem, ainda, a compreensão de que as formas, funções e conteúdos, associados aos lugares, representam

a geografação da sociedade, isto é, a face espaço-temporal da divisão do trabalho. Como espaços contíguos, é, portanto, através das interações ou disputas políticas pelo espaço que os lugares são constituídos e se mantêm ativos e intercomunicantes, estabelecendo vínculos e redes de oposição ou complementariedade com outros lugares.

2.2. Elementos cartográficos

Dentre os elementos ou instrumentos utilizados pelos pesquisadores para entender e/ou comunicar as dinâmicas espaciais de um dado fenômeno investigado, destaca-se os chamados **Sistemas de Informação Geográfica (SIG)**, que nada mais são do que representações visuais, em forma de mapas ou cartogramas, com identificação de características geográficas – como distância entre lugares ou regiões, tipo de solo ou diferenças de altitude, clima etc. –, ou a distribuição espacial de indicadores sociais, econômicos, culturais, educacionais etc (CRAMPTON, 2010). Segundo Fazal (2008), esses sistemas tem como objetivo apresentar processos ou métodos que possam ser armazenados ou analisados mais facilmente, em uma mesma plataforma, planilha ou disposição, que permita a compilação desses dados, a conversão e tratamento, por agrupamento, classificação categórica e cálculo de indicadores, e a organização sistemática e modelagem das informações, com a finalidade de

encontrar padrões nos fenômenos observados, elementos de comparação entre modelos, correlações entre variáveis ou relações de causa e efeito, quando possível.

Além dos SIGs, pode-se fazer uso também da **análise espacial**, ou seja, uma representação gráfica e estatística pode ser utilizada para investigar as relações ou correlações entre características do espaço geográfico e elementos da realidade social, educacional, cultural, econômica etc., buscando-se padrões geográficos para os dados encontrados e a construção de uma análise socioespacial mais robusta e que traga mais contribuições a diferentes setores da sociedade.

A análise espacial pode ser realizada através da exploração espacial de dados (ESDA), que investiga a ocorrência de uma distribuição de dados de maneira segundo uma ordenação espacial, determinando o grau de associação espacial entre variáveis, gerando conglomerados (ou *clusters*), segundo características espaciais semelhantes, que podem ser representados através de gráficos (histogramas, *boxplots*, *scatterplots*), combinados com mapas, para representar a associação entre elementos espaciais e os indicadores selecionados nos dados da investigação.

Outra forma utilizada para análise espacial é a geoes-tatística (estatística espacial), em que se busca avaliar o peso do espaço geográfico na análise social, por meio de autocorrelação espacial, medindo o grau de associação ou

efeito de localização espacial entre duas ou mais variáveis em relação a sua vizinhança (ou às observações realizadas), através de modelos de regressão espacial (SARM). Essa técnica permite avaliar o efeito espacial das variáveis em relação aos fatores explicativos de um dado fenômeno social.

2.3. Projeções cartográficas

As projeções cartográficas dizem respeito ao sistema de representação gráfica da superfície global, sob a forma plana (bidimensional), através de um mapa, tendo por atributos obrigatórios a equidistância (conservação das distâncias reais entre pontos representados), a equivalência (conservação das dimensões reais das superfícies) e a conformidade (reprodução fidedigna das formas reais dos objetos ou áreas geográficas representadas).

Para fins didáticos, os mapas são tipificados em **raster** (ou mapas quadriculados, que utilizam imagens de satélites com alta resolução), utilizados em estudos de topografia, meio ambiente etc., e **vetoriais**, com modelo simbólico ou geométrico, relacionando características físicas ou sociais ao espaço geográfico. Os mapas vetoriais, muito utilizados nas Ciências Sociais, razão de maior discussão no presente artigo, podem ser apresentados sob a forma de *polígonos* (simbolizando áreas, como países, regiões, bairros etc.), de *linhas* (simbolizando trajetórias, redes de comunicação,

fluxos etc.) e *pontos* (simbolizando a quantidade ou localização de um fenômeno no espaço, como cidades, capitais, quantidade de instituições, alunos etc.).

Em síntese, as representações geográficas são divididas em: mapas, capas e vistas. As **capas** (layers) são representações visuais de alguma característica do espaço físico ou de algum elemento da realidade espacial, em escala média ou grande; ao conjunto de capas em um mesmo mapa dá-se o nome de **vista**, sendo importante por trazer, em uma mesma representação cartográfica, várias informações de quantidade e natureza diferentes.

III. UMA CARTOGRAFIA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DA PARAÍBA

Ao nos depararmos com um conjunto significativo de dados a respeito da Educação Superior no Estado da Paraíba, um dos desafios colocados na pesquisa era a organização dos dados levantados e, posteriormente, a criação de um conjunto de mapas que pudessem expressar, territorialmente, o fenômeno socioespacial da presença de IES no Estado. A partir daí, desdobram-se outras iniciativas de produção cartográfica que nos permite contribuir com a reflexão teórico-analítica desse significativo e importante fenômeno.

A utilização de cartografia foi feita, enquanto ferramenta de análise e apresentação de dados, para o estudo desenvolvido pela Universidade Federal da Paraíba, no projeto Mapa da Educação Superior, a partir do uso de **mapas temáticos**. Estes dizem respeito a representações espaciais, contemplando uma característica física, social ou educacional específica, que determinará a temática a ser representada, tendo a capacidade tornar compreensível e visualizável os achados da pesquisa realizada, de maneira mais didática, demonstrando padrões de comportamento dos fenômenos ou categorias observadas, através da localização e disposição espacial (GALATI, 2006).

Optou-se pelos **mapas temáticos de densidade de pontos**, que representam a concentração da incidência de uma variável no espaço, sem alteração do tamanho das unidades dessa variável ou fenômeno (LANGFORD e UNWIN, 1994).

Como ferramenta cartográfica, utilizou-se o software profissional livre *Philcarto*¹⁵, que possui interface amigável e simples, permitindo o uso de 16 métodos de cartografia temática, com aceitação de vários formatos não apenas de mapas de base mas também da base de dados, para sua

15 Disponível em: <http://philcarto.free.fr/02_telecharger_logiciels/02_1_telecharger_philcarto/02_1_telecharger_philcartoEN.html>.

representação cartográfica. A seguir, serão discutidos alguns achados importantes da pesquisa.

3.1 Distribuição territorial dos alunos matriculados e dos cursos ofertados na Educação Superior paraibana

De acordo com os dados pesquisados, no Censo da Educação Superior, em 2019, percebe-se, inicialmente que, dentre as 47 Instituições de Ensino Superior (IES) existentes na Paraíba, a imensa maioria dos alunos está matriculada nas três principais instituições públicas do Estado da Paraíba: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Essas instituições concentram, respectivamente, 18,9% (UFPB), 14,3% (UEPB) e 12,2% (UFCG). Cabe destacar, ainda, o Instituto Federal da Paraíba (IFPB) concentrando 6,1%. Essas instituições mantêm, atualmente, 51,5% do total das matrículas na Educação Superior no Estado. O total de matrículas no setor privado agrupa 48,5% do total, com destaque para instituições que se configuram como Centros Universitários. Dentre as instituições privadas, destacam-se o Centro Universitário de João Pessoa (9,1%) e o Centro Universitário UNIESP (4,5%), ambas localizadas na Região Metropolitana de João Pessoa. Para maiores detalhes, ver tabela 1, a seguir.

CAPÍTULO 2

TABELA 1. NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS PRESENCIAIS EM INSTITUIÇÕES DA PARAÍBA

INSTITUIÇÃO	Freq.	%
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)	25.057	18,9
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)	19.025	14,3
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)	16.132	12,2
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA	12.062	9,1
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB)	8.044	6,1
CENTRO UNIVERSITÁRIO - UNIESP	6.028	4,5
FACULDADE INTERNACIONAL DA PARAÍBA	5.816	4,4
CENTRO UNIVERSITÁRIO FACISA	5.777	4,4
FACULDADE UNINASSAU JOÃO PESSOA	5.653	4,3
CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU DE CAMPINA GRANDE	5.349	4,0
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS	4.532	3,4
FACULDADE SANTA MARIA	3.045	2,3
FACULDADE SÃO FRANCISCO DA PARAÍBA	1.522	1,1
FACULDADE DE CAMPINA GRANDE	1.500	1,1
FACULDADE DE ENFERMAGEM NOVA ESPERANÇA	1.439	1,1
FACULDADE DE MEDICINA NOVA ESPERANÇA	1.349	1,0

CAPÍTULO 2

INSTITUIÇÃO	Freq.	%
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE CAJAZEIRAS	983	,7
INSTITUTO PARAIBANO DE ENSINO RENOVADO	938	,7
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA PARAÍBA	931	,7
FACULDADE DE JOÃO PESSOA (SANTA EMÍLIA DE RODAT)	846	,6
FACULDADE DE TECNOLOGIA DA PARAÍBA	770	,6
FACULDADE REINALDO RAMOS	642	,5
FACULDADE REBOUÇAS DE CAMPINA GRANDE	614	,5
FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA PARAÍBA	589	,4
FACULDADE ESTÁCIO DA PARAÍBA	542	,4
FACULDADE PITÁGORAS DA PARAÍBA	467	,4
FACULDADE TRÊS MARIAS	448	,3
FACULDADE BRASILEIRA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	417	,3
ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR DO AGRESTE PARAIBANO	335	,3
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE CAJAZEIRAS	299	,2
FACULDADE PITÁGORAS DE JOÃO PESSOA	195	,1
FACULDADES INTEGRADAS DO BRASIL UNIFUTURO	186	,1
FACULDADE DE ENFERMAGEM SÃO VICENTE DE PAULA	177	,1

CAPÍTULO 2

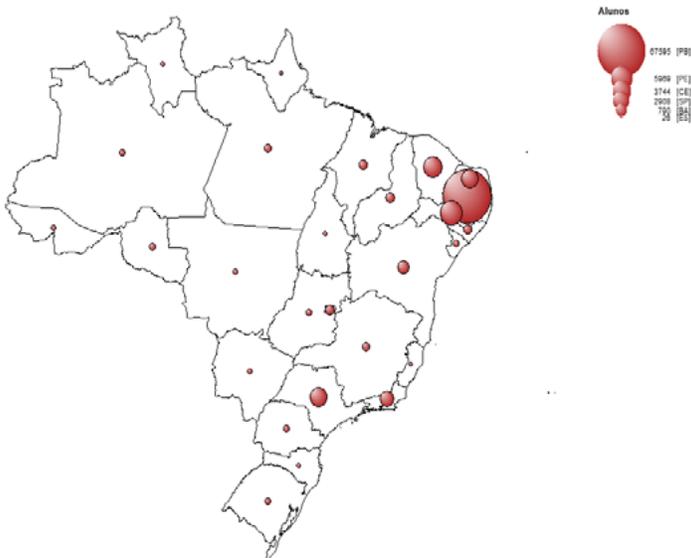
INSTITUIÇÃO	Freq.	%
FACULDADE ESTÁCIO DE JOÃO PESSOA - ESTÁCIO DE JOÃO PESSOA	143	,1
FACULDADES INTEGRADAS DE PATOS	133	,1
ESCOLA SUPERIOR DE AVIAÇÃO CIVIL	90	,1
FACULDADE PARAIBANA	89	,1
FACULDADE SENAI DA PARAÍBA	87	,1
FACULDADE INTERNACIONAL CIDADE VIVA	86	,1
FACULDADE DO CARIRI PARAIBANO	72	,1
FACULDADE ANGLO-AMERICANO DE JOÃO PESSOA	61	,0
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE CAMPINA GRANDE	60	,0
FACULDADE PITÁGORAS DE CAMPINA GRANDE	45	,0
FACULDADE DE TECNOLOGIA COESP	25	,0
FACULDADE GIL GAL	18	,0
FACULDADE PARAIBANA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1	,0
FACULDADE UNINABUCO JOÃO PESSOA	1	,0
TOTAL	132.620	100,0

Fonte: Censo da Educação Superior, 2019 (MEC/INEP).

CAPÍTULO 2

Com base nesses dados, foi elaborado um minucioso levantamento buscando o município de origem, de registro de nascimento dos alunos matriculados na Educação Superior da Paraíba. Os dados estão representados nos mapas temáticos elaborados com a técnica de densidade de pontos, a seguir.

FIGURA 1. ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS PRESENCIAIS NO ESTADO DA PARAÍBA, POR UF DE NASCIMENTO



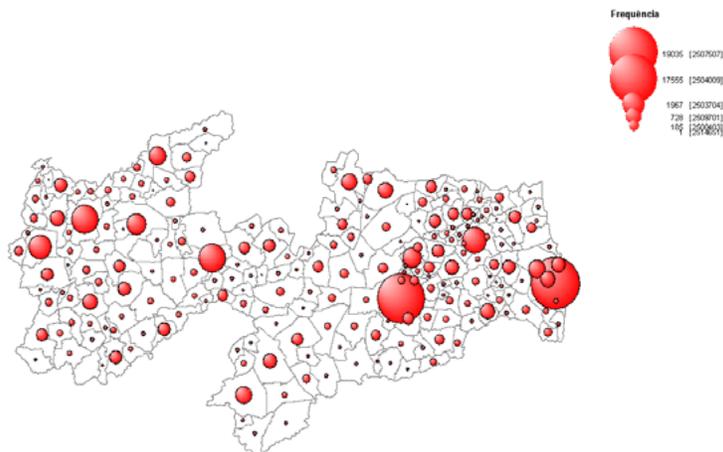
Fonte: Censo da Educação Superior, 2019 (MEC/INEP).

A análise do **Mapa 1**, permite afirmar que há uma alta concentração de alunos oriundos da Paraíba (76,4%) e de estados vizinhos como Pernambuco (6,7%), Ceará (4,2%) e Rio Grande do Norte (3,5%). Esses dados, também permitem afirmar uma característica regional de atratividade das instituições presentes no Estado. Cabe destacar também que há 3,3% nascidos no Estado de São Paulo e 1,6% nascidos no Rio de Janeiro. Os demais estados constantes no mapa apresentam frequência inferior a 1%, configurando pulverização de dados pelo território nacional. Esses dados mostram uma procura das vagas por estudantes nascidos/as no Estado ou em Estados vizinhos, o que atende à formação gerada pelas IES para o desenvolvimento local e regional, após a conclusão de estudos pelos/as estudantes que, em tese, permanecem em seus estados de origem.

Para aprofundar a análise, foi representado, na **Figura 2**, a seguir, os alunos matriculados em cursos presenciais da Educação Superior paraibana, nascidos no Estado da Paraíba, por município de nascimento.

CAPÍTULO 2

FIGURA 2. ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS PRESENCIAIS NO ESTADO DA PARAÍBA, POR MUNICÍPIO DE NASCIMENTO DA PARAÍBA



Fonte: Censo da Educação Superior, 2019 (MEC/INEP).

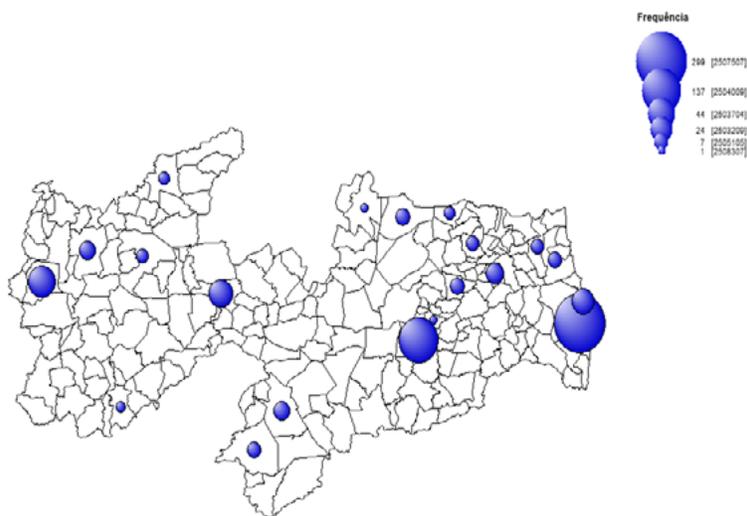
No mapa 2 apresentado acima, percebe-se, a maior concentração de alunos nascidos nos municípios de João Pessoa (capital do Estado, com 28,2%), Campina Grande (segunda maior cidade do Estado, com 26,0%), Sousa e Patos (ambas com 4,5%), Guarabira (3,6%), Cajazeiras (2,9%), Pombal (1,8%), Esperança (1,5%), Santa Rita e Catolé do Rocha (1,2%) e Monteiro (1,1%). Os demais municípios não atingem 1% de alunos matriculados em cursos presenciais da Paraíba.

Aprofundando a análise, elaborou-se um mapa temático (**Figura 3**) com os cursos ofertados por Instituições de Ensino Superior da Paraíba. Constata-se que os mapas pa-

CAPÍTULO 2

recem superpostos, dada a coincidência entre os municípios de nascimentos dos alunos matriculados e a localização dos cursos ofertados nos municípios paraibanos. Dessa forma, há uma afluência de registros de nascimento e matrículas nos seguintes municípios: João Pessoa (com 299 cursos de graduação); Campina Grande (com 137 cursos); Cajazeiras (com 44 cursos); Patos (com 32 cursos); Cabedelo (com 24 cursos), Guarabira (com 13 cursos); Sousa (com 10 cursos). Os demais municípios apresentam menos de 10 cursos de graduação em seu território.

FIGURA 3. CURSOS PRESENCIAIS NO ESTADO DA PARAÍBA, POR MUNICÍPIO (CAMPUS) DE OFERTA



Fonte: Censo da Educação Superior, 2019 (MEC/INEP).

Esses elementos mostram que a distribuição territorial dos cursos ofertados pelas IES paraibanas contempla a demanda de alunos matriculados, exigindo-lhes deslocamentos menores de suas localidades para acesso à educação superior, embora também demonstra uma concentração desses cursos em torno de algumas cidades-polo. Essas cidades apresentam importância econômica e política reconhecida, o que provoca maior esforço para estudantes de localidades mais distantes desses municípios, exigindo-lhes investimento econômico, o que pode se configurar num fator de maior exclusão na educação superior.

3.2 Distribuição territorial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – Educação e Renda Per Capita

Uma das estratégias de análise territorial, a partir da produção cartográfica dos fenômenos educacionais, é associar mais de uma variável analítica, possibilitando a construção de reflexões mais profundas do fenômeno estudado. Dessa forma, optou-se por elaborar uma relação entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos Municípios com os índices de Educação e Renda Per Capita. A associação desses indicadores tem se mostrado uma importante estratégia que pode apoiar o direcionamento de políticas públicas capazes

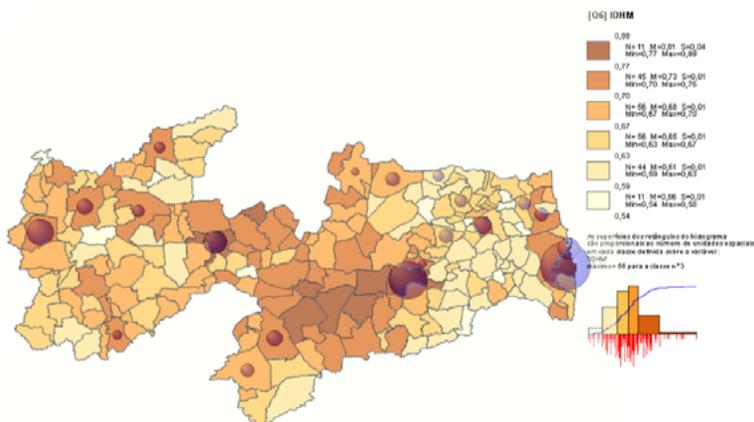
de promover o progresso e aumentar a qualidade de vida das populações, em diferentes contextos geográficos.

Para maior reflexão sobre esses elementos, buscou-se, inicialmente, fazer uma superposição entre os dados da distribuição territorial dos cursos ofertados pelas IES paraibanas (apresentados na **Figura 3**) com a base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), relacionada à distribuição territorial do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), na dimensão educação, conforme apresentada na **Figura 4**, a seguir. É importante observar a presença dos círculos correspondentes aos cursos de graduação presencial ofertados na Paraíba, pela superposição dos mapas, conforme citado.

Ressalta-se que o IDHM - Educação é calculado como a **média geométrica entre a escolaridade da população adulta** (percentual de pessoas de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo), com peso 1; e o **fluxo escolar da população jovem** (média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo), com peso 2 (ÍNDICE..., 2013, p. 29).

CAPÍTULO 2

FIGURA 4. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – DIMENSÃO EDUCAÇÃO – ESTADO DA PARAÍBA, 2000, MALHA MUNICÍPIOS.



Fontes: Ipeadata, 2000. Censo da Educação Superior, 2019 (MEC/INEP).

Conforme pode-se observar no mapa apresentada na **Figura 4**, há uma concentração de maior IDHM-Educação (ano 2000) exatamente nas regiões em torno de João Pessoa (0,885), Campina Grande (0,844), Patos (0,768), Cajazeiras (0,755) e Sousa (0,742), com municípios em seu entorno apresentando IDHM – Educação acima de 0,700, considerado **alto** (0,700 até 0,799) e **muito alto** (0,800 ou mais), de acordo com a classificação apresentada pelo IPEA (ÍNDICE..., 2013, p. 27).

Interessante observar que, mesmo com IDHM baixo, os municípios que compõem a região do Brejo paraibano (Areia e Bananeiras) são atendidos por uma quantidade expressiva de cursos superiores, ofertados por IES públicas. Essa constatação permite destacar a importância do acompanhamento dessa realidade, ao longo do tempo, verificando se os estudantes das instituições presentes na região supracitada têm fixado residência no local que estudam e se há impacto na mudança do IDHM ao longo do tempo, devido ao aumento de pessoas com curso superior na região, possibilitando transferência de conhecimento e renda ao território.

Os IDHM – Educação dos municípios paraibanos com valores acima de 0,700 estão apresentados na **Tabela 2**, a seguir, para maiores detalhes. Observando-se essa tabela, vê-se em destaque os municípios de João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Várzea e Cabaceiras, todos com IDHM muito alto, segundo a classificação do IPEA (ÍNDICE..., 2013, p. 29). Nesses municípios, verificam-se, também, maior concentração de matrículas, como já destacado anteriormente.

CAPÍTULO 2

TABELA 2. IDHM – EDUCAÇÃO ALTO E MUITO ALTO DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS, ANO-BASE 2000.

MUNICÍPIO	IDHM-EDUCAÇÃO
João Pessoa	0,885
Campina Grande	0,844
Cabedelo	0,838
Várzea	0,835
Cabaceiras	0,821
Bayeux	0,798
São João do Cariri	0,793
Boa Vista	0,780
Patos	0,768
Serra Branca	0,767
Parari	0,767
Gurjão	0,759
Santa Luzia	0,755
Cajazeiras	0,755
Coxixola	0,752
Santo André	0,743
Ouro Velho	0,743

CAPÍTULO 2

MUNICÍPIO	IDHM-EDUCAÇÃO
Nova Palmeira	0,743
Sousa	0,742
São José do Sabugi	0,740
Sumé	0,739
Puxinanã	0,738
São Domingos do Cariri	0,737
Caturité	0,736
Soledade	0,735
Nova Floresta	0,735
Guarabira	0,734
Santa Cruz	0,733
Caraúbas	0,731
Pombal	0,730
Olivedos	0,729
Catolé do Rocha	0,728
Teixeira	0,727
São Mamede	0,727
Princesa Isabel	0,727

CAPÍTULO 2

MUNICÍPIO	IDHM-EDUCAÇÃO
Pedra Branca	0,727
Itaporanga	0,725
Barra de São Miguel	0,724
Areial	0,724
Santa Rita	0,722
São José dos Cordeiros	0,719
Livramento	0,718
Junco do Seridó	0,718
Rio Tinto	0,717
Caaporã	0,717
Assunção	0,717
Alcantil	0,715
Passagem	0,713
Frei Martinho	0,713
Boqueirão	0,708
Lagoa Seca	0,707
Uiraúna	0,706
Quixabá	0,704

CAPÍTULO 2

MUNICÍPIO	IDHM-EDUCAÇÃO
São José de Espinharas	0,702
Taperoá	0,701
São Bentinho	0,701

Fonte: Ipeadata, 2000.

LEGENDA

	MUITO ALTO
	ALTO

Para dar continuidade à análise, seguiu-se com a análise da renda familiar per capita, definida como:

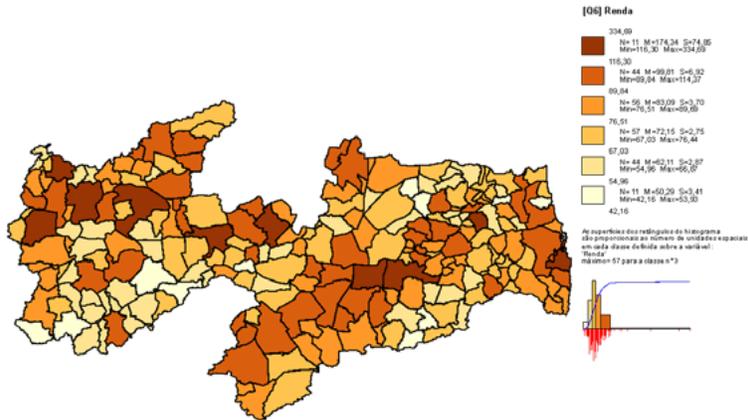
razão entre o somatório da renda familiar per capita de todos os domicílios e o número total de domicílios no município. A renda familiar per capita de cada domicílio é definida como a razão entre a soma da renda mensal de todos os indivíduos da família residentes no domicílio e o número dos mesmos. (Informação disponível em: <http://ipeadata.gov.br/Default.aspx>)¹⁶

Os dados disponíveis são referenciais entre 1991 e 2000, de acordo com a tabela de municípios do Estado da Paraíba definida pelo IBGE, e estão apresentados na figura 5, a seguir. Os valores são expostos em reais (R\$), com refe-

16 Para obter mais informações metodológicas, acessar: <www.undp.org.br>.

rência ao ano 2000, quando o salário-mínimo correspondia a R\$ 151,00, de acordo com a Lei 9.971/2000¹⁷.

FIGURA 5. RENDA PER CAPITA – ESTADO DA PARAÍBA, 2000, MALHA MUNICÍPIOS.



Fonte: Ipeadata, 2000.

Conforme pode-se observar no mapa apresentado na **Figura 5**, há uma concentração de maior renda per capita (ano 2000) exatamente nas regiões em torno de João Pessoa (incluindo o município de Cabedelo que integra a grande João Pessoa, Campina Grande, Patos, Cajazeiras e Sousa, com municípios em seu entorno apresentando renda per capita acima de R\$ 140,00. Outra evidência territorial

17 Informação disponível em: < <https://fragacontabilidade.com.br/salario-minimo-em-2018-veja-o-valor/>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

expressa na cartografia apresentada é a concentração da renda em municípios com o maior número de IES.

A renda per capita dos municípios paraibanos com valores acima de R\$ 100,00 estão apresentados na **Tabela 3**, a seguir, para maiores detalhamentos. Observando-se essa tabela, vê-se em destaque os municípios de João Pessoa, Cabedelo, Campina Grande e Patos, todos com renda per capita superior a 1 salário-mínimo.

TABELA 3. RENDA PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS, ANO-BASE 2000.

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA
João Pessoa	334,69
Cabedelo	302,76
Campina Grande	226,09
Patos	163,21
Cajazeiras	148,40
Sousa	144,25
Guarabira	128,76
Uiraúna	119,49
Santa Luzia	117,54
Pombal	116,30

CAPÍTULO 2

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA
Boa Vista	116,30
Bayeux	114,37
Monteiro	113,57
São Bento	112,25
Serra Branca	111,66
Catolé do Rocha	111,39
Lagoa Seca	110,09
São Mamede	108,45
Itaporanga	106,13
Esperança	105,47
Várzea	105,15
Santa Rita	105,07
São Sebastião de Lagoa de Roça	104,83
Itabaiana	103,69
Brejo do Cruz	102,57
Piancó	102,47
São João do Cariri	102,01

CAPÍTULO 2

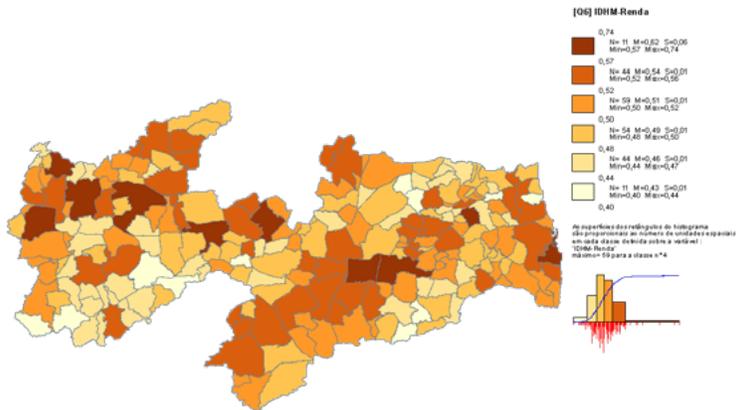
MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA
Soledade	101,82
Sumé	101,39
Solânea	100,59
Malta	100,56
Cabaceiras	100,45

Fonte: Ipeadata, 2000.

Para seguir à análise, foi também coletado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Renda – IDHRM, em que os municípios são classificados como “Muito Baixo” (de 0 a 0,499), “Baixo” (de 0,500 a 0,599), “Médio” (de 0,600 a 0,699), “Alto” (de 0,700 a 0,799) e “Muito Alto” (0,800 a 0,899), segundo a classificação do IPEA (ÍNDICE..., 2013, p. 39), permitindo a comparação com os dados observados no IDHM – Educação, conforme **Figura 4** e **Tabela 2**. O IDHRM é um sub-índice do IDH relativo à dimensão Renda e é obtido a partir do indicador renda familiar per capita média, através da fórmula: $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{limite inferior})] / [\ln(\text{limite superior}) - \ln(\text{limite inferior})]$. Dessa forma, os dados do IDHRM estão apresentados na Figura 6, a seguir.

CAPÍTULO 2

FIGURA 6. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – DIMENSÃO RENDA (IDHRM) – ESTADO DA PARAÍBA, 2000, MALHA MUNICÍPIOS.



Fonte: Ipeadata, 2000.

Com base nos dados, somente dois municípios da Paraíba apresentam IDHRM alto – João Pessoa e Cabedelo, enquanto outros quatro – Campina Grande, Patos, Cajazeiras e Sousa – apresentam IDHRM médio. Os demais municípios situam-se entre IDHRM baixo (99 municípios) e muito baixo (118 municípios). Novamente, as regiões com maior IDHRM do estado são aquelas que são atendidas pela maioria de cursos e campi das IES, agregando a maior concentração de alunos matriculados, a exceção dos municípios que compõem as microrregiões do Litoral Norte, Brejo e Curimataú que, mesmo com IDHRM baixo e muito baixo são atendidos por quantitativo importante

de cursos superiores o que, certamente, aponta para um investimento na qualificação profissional que terá repercussões importantes para o desenvolvimento do Estado da Paraíba. Cabe analisar se nos municípios de menor renda existem também Instituições públicas de ensino superior. A concentração de oferta de vagas no ensino superior público em cidades de maior porte no interior e, também, na capital configura-se como um dificultador ao acesso e permanência de estudantes cujas famílias concentram-se nas faixas mais baixas de renda da população.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados e analisados no presente artigo permitem discutir com mais amplitude a afirmação de que as instituições de ensino superior seriam responsáveis por propiciar o desenvolvimento local e regional. Conforme a distribuição territorial, os cursos superiores são implantados em regiões mais desenvolvidas, com maior escolarização da população, atendendo a demandas locais e regionais, contribuindo para manter e ampliar o desenvolvimento existente.

Por outro lado, a presença de IES, principalmente as públicas, em lugares que ainda não são cobertos pela oferta de vagas públicas no Ensino Superior, pode servir

de indutoras ao desenvolvimento, considerando que há investimentos em infraestrutura, pagamento de salários, formação de profissionais, sem contar a transferência em tecnologia propiciada por programas de pesquisa, inovação e cultura, somando-se a isso toda a economia vinculada a esse setor.

Destaca-se que os municípios com maior IDHM-Educação e IDHRM (Renda) são os que possuem ampla concentração de campi das IES públicas, responsáveis pela matrícula do maior percentual de estudantes do estado da Paraíba.

Outro aspecto a ser discutido diz respeito ao atendimento territorial pela educação superior, mesmo tendo maior concentração na capital do Estado e na segunda maior cidade, a distribuição espacial abrange todo o território estadual, atendendo à população local.

Entretanto, há uma constatação de que grande parte dos municípios com menor IDHRM não recebem atendimento pela Educação Superior, seja pública ou privada, a exceção dos municípios de Areia, Catolé do Rocha, Cuité, Guarabira, Mamanguape, Monteiro, Picuí, Pombal, Princesa Isabel, Rio Tinto e Sumé, classificados como baixo e Baneiras, classificados como muito baixo, mas que possuem campi de IES públicas, com oferta significativa de cursos, o que tem contribuído para estimular o desenvolvimento local.

Tal afirmativa encontra respaldo, inclusive, em recente matéria jornalística, noticiada em 15 de novembro último, em que são apresentados dados do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), relativos ao número de patentes apresentadas pela UFCG, em 2020, com um total de 96 invenções, elevando-se a categoria de maior inventora do país, superando empresas e demais universidades. A matéria ressalta, em seu título, que a UFCG está situada no agreste paraibano e se tornou a maior inventora do país.¹⁸

Finalizando, reforça-se, assim, a importância da continuidade do processo de expansão da oferta de cursos e vagas com interiorização, contemplando municípios com baixo IDHM e IDHRM, contribuindo para o desenvolvimento sociocultural e econômico do território brasileiro e, particularmente, paraibano.

18 A matéria foi noticiada pelo Portal UOL, em 15 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/11/15/universidade-publica-no-agreste-paraibano-virou-a-maior-inventora-do-brasil.htm>>. Acesso em 15 nov. 2021.

REFERÊNCIAS

AGNEW, John. The Dramaturgy of Horizons: Geographical Scale in the 'Reconstruction of Italy' by the New Italian Political Parties, 1992-95. *Political Geography*, 16(2): 99-121, 1997.

AMORIM, C. C. O Uso do território brasileiro e as Instituições de Ensino Superior. São Paulo. USP, Tese. 2010.

BECK, Ulrich. Beyond Class and Nation: Reframing Social Inequalities in a Globalizing World. *British Journal of Sociology*, 58: 679-705, 2007.

BIVAND, Roger S.; PEBESMA, Edzer J.; GÓMEZ-RUBIO, Virgilio. *Applied Spatial Data Analysis with R*. New York: Springer, 2008.

BREWER, Cynthia. *Designing Better Maps: A Guide for GIS Users*. New York: ESRI Press, 2005.

CHERNILO, Daniel. *A Social Theory of the Nation State: The Political Forms of Modernity Beyond Methodological Nationalism*. London and New York: Routledge, 2007.

COX, Kevin R. *Political Geography: Territory, State and Society*. Malden, MS: Blackwell Publishers, 2002.

CRAMPTON, Jeremy W. *Mapping: A Critical Introduction to Cartography and GIS*. Oxford: Willey-Blackwell, 2010.

DENT, Borden D. *Cartography: Thematic Map Design*. Boston: WCB/McGraw-Hill, 1999.

FAZAL, Shahab. Spatial Data Structures and Models. In: *GIS Basics*. New Dehli: New Age International, 2008.

GALATI, Stephen R. Thematic Mapping. In: GALATI, Stephen R. (Ed.) *Geographic Information Systems Demystified*. Boston/London: Artech House, 2006.

ÍNDICE de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

2013). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf.

KEATING, Michael. *The New Regionalism in Western Europe: Territorial Restructuring and Political Change*. Cheltenham, UK: Northampton, MA; USA: Edward Elgar, 1998.

LANGFORD, Michael; UNWIN, David John. Generating and Mapping Population Density Surfaces Within a Geographical Information System. *The Cartographic Journal*. 31(1):21-26, 1994.

RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo. *Representación espacial y mapas*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2013. (Colección Cuadernos Metodológicos, n. 50).

SACK, Robert David. *Human Territoriality. Its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). *Territorialidades Humanas e Redes Sociais*. Florianópolis, Insular, 2011.

SLOCUM, Terry. *Thematic Cartography and Visualization*. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1999.

SANTOS, Milton, *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 3 ed., São Paulo: HUCITEC, 1986.

STAEHELI, Lynn A. Place. In: *A Companion to Political Geography*. Malden, USA; Oxford, UK; Victoria, Australia: Blackwell Publishing, 2003.

THERBORN, Göran, Why and How Place Matters. In: *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

UOL. Inovação. Como universidade no agreste paraibano virou maior inventora do Brasil. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/11/15/universidade-publica-no-agreste-paraiba-no-virou-a-maior-inventora-do-brasil.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2021.



CAPÍTULO 3

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE CONSULTA DO MAPA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PARAÍBA (SIMEPB)

- » Robson Lima Palmeira
- » Paulo Hideo Nakamura
- » Uyguciara Veloso Castelo Branco

I. INTRODUÇÃO

A gestão da informação na Educação e, em particular na Educação Superior, tem sido objeto de interesse do grupo de pesquisadores que desenvolve o Projeto de Investigação “Mapa da Educação Superior na Paraíba” (CHAMADA UNIVERSAL MCTI/CNPq N° 01/2016), sendo vista como dependente diretamente dos dados e informações disponíveis, com vistas a possibilitar discussões e estratégias para ações, intervenções e a formulação de políticas públicas, repercutindo, sobremaneira, sobre o financiamento e a



execução orçamentária, seja em nível municipal, estadual ou federal. Segundo Brooke; Cunha (2011), López (2007), Bonamino; Sousa (2012), Pasian; Veltrone; Caetano (2012), a gestão da informação traz possibilidades e consequências positivas para a reformulação das políticas públicas e para a qualidade do ensino, compreendendo que as mudanças tecnológicas, características do processo de globalização, colocam na ordem do dia algumas urgências para os processos de gestão, em busca de melhorias no atendimento e na agilidade das informações disponíveis, com vistas à resolução de problemas e à geração de produtos, ações e políticas ajustadas às necessidades identificadas, a partir dos dados disponíveis.

Norteando as políticas públicas estão os Planos Estaduais de Educação e, no caso da Paraíba, o primeiro Plano Estadual de Educação foi editado somente em 2006, sendo elaborado, naquele momento, pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), de acordo com a Constituição Estadual. A partir de então, ganhou dimensões mais democráticas quando passou a ser elaborado pelo Fórum Estadual de Educação (Decreto nº 23.962/2003), com a participação representativa de escolas estaduais, das gerências regionais de ensino e dos órgãos da Secretaria de Educação, dos representantes do CEE e de entidades da sociedade civil que atuam na educação (PARAÍBA, 2006). Os Planos Estaduais

de Educação contêm um capítulo específico dedicado à Educação Superior, trazendo um diagnóstico da educação superior na Paraíba, merecendo destaque as referências às Instituições de Ensino Superior (IES) públicas.

O Plano Estadual de Educação (PEE) em vigor (2015 – 2025) foi estabelecido através da Lei nº 10.488/2015, e foi construído sob a coordenação do CEE, tendo expressiva participação de representantes de sindicatos, conselhos, universidades, escolas, instituições públicas e privadas de ensino e dos movimentos sociais. O documento final foi apresentado e submetido à análise e validação pública, através de várias audiências.

Apresentando dados de 2013 sobre a Educação Superior, o PEE 2015-2025 aponta que o Estado da Paraíba possui 36 IES, sendo 32 privadas e 4 públicas, sendo 21 IES localizadas na Capital do Estado (58,3%) e 15 (41,7%), no interior. Nessas IES, estão matriculados em cursos de graduação presenciais e a distância um total de 131.133 estudantes, dentre os quais 71.366 estão matriculados em IES públicas, o que corresponde a 54,4% e 59.767 (45,6%), em instituições privadas. Dentre os 71.366 estudantes das IES públicas, 73,75% pertencem à categoria administrativa pública federal e os 26,15% restantes integram a categoria administrativa pública estadual.

Como se observa, os dados acima apontam que o processo de expansão da Educação Superior deu-se, sobretudo, na capital do Estado (58%), enquanto o interior recebeu somente 42% dos cursos superiores, apesar de o Estado possuir 81% de sua população residindo no interior. Mesmo assim, destaca-se que o Estado da Paraíba representa o quarto maior estado em relação à interiorização no país.

Ainda segundo o PEE 2015-2025, o maior percentual de matrículas na Educação Superior encontra-se na faixa etária de 18 anos (ou menos) aos 24 anos, com um quantitativo de 71.409 de estudantes matriculados (54,46%), enquanto as demais faixas etárias atingem um percentual de 45,54%. Com base nesses dados, a Taxa Bruta de Matrículas, na faixa etária entre 18 e 24 anos é 33.7%, o que representa um percentual superior à taxa nacional (30.3%) e à regional (24.5%). A Taxa de Escolarização Líquida é de 20.2%, também acima da taxa nacional (20.1%) e regional (14.2%).

No PEE da Paraíba, há referência a três metas e trinta e duas estratégias relacionadas à Educação Superior, sendo destaque os processos de expansão da graduação e da pós-graduação, tanto presencial quanto a distância; a elevação da taxa de conclusão média da graduação presencial; a ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil; a articulação entre formação, currículo, pesquisa e o mundo do trabalho, considerando as necessidades

econômicas, sociais e culturais paraibanas; e a atuação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) prioritariamente para a formação de professores/as para a educação básica.

Os dados apresentados no PEE em vigor mostram, claramente, a preocupação com a formulação de políticas públicas na Educação Superior, para o Estado da Paraíba, baseadas em dados, embora apontem para a clara necessidade de articulação entre os dados disponíveis, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), com as bases do Censo da Educação Superior, que exigem acompanhamento anual e articulação analítica em séries históricas que alimentem os Planos Estaduais de Educação ao longo de seus dez anos de construção e implementação.

Para tanto, a pesquisa intitulada “Mapa da Educação Superior na Paraíba” buscou construir uma ferramenta amigável e dinâmica que permitisse o acompanhamento de uma série histórica, apresentando dados disponibilizados pelo INEP, com fácil apropriação por Gestores/as, Docentes, Pesquisadores/as e demais interessados/as.

Nesse sentido, optou-se por analisar o contexto educacional paraibano, com ênfase na Educação Superior, apresentando o passo-a-passo para a construção dessa ferramenta de trabalho, com suas características, possibilidades de interação e de uso para fins de pesquisa e de gestão.

II. A CONSTRUÇÃO DO MAPA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR O ESTADO DA PARAÍBA

De acordo com Rodrigues-Silveira (2013, p. 12), **mapa** é definido como uma ferramenta conceitual e metodológica, utilizada para interpretar, conceituar e investigar a dimensão espacial de fenômenos sociais, atendendo às necessidades de pesquisadores/as e de gestores interessados/as, com o objetivo de possibilitar a formulação de políticas públicas para a educação.

Nesse sentido, o presente artigo apresenta a compilação e apropriação de dados amplos e profundos, oriundos dos Microdados do Censo da Educação Superior (INEP)¹⁹, que possibilitou a construção de um **Sistema de Consulta do Mapa da Educação Superior na Paraíba (SIMEPB)**, visando atender à necessidade de pesquisadores/as envolvidos no Projeto em acessar informações disponíveis sobre a Educação Superior paraibana, além daquelas compiladas e dispostas nas Sinopses do Censo da Educação Superior, através do acesso irrestrito aos dados do Censo, que exigem, entretanto, a apropriação de competências técnicas para acesso e uso de dados quantitativos, com necessário domínio do Excel®

19 São referenciados os Microdados do Censo da Educação Superior, disponíveis em: <<http://inep.gov.br/microdados#>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

e de programas estatísticos como o *Statistical Package for Social Science* (SPSS) ou da *Linguagem R*, aberta e gratuita.

Nesse sentido, deve-se considerar as fragilidades na formação de pesquisadores/as na área de ciências humanas e sociais, com o uso destes Programas assim como com as rotinas por eles produzidas, o que levou a buscar, como opção metodológica, a construção de um sistema de consulta aberto a todo e qualquer pesquisador/a ou interessado/a que intencione estudar a Educação Superior na Paraíba. Assim, as dificuldades enfrentadas pela equipe multidisciplinar que compunha o Projeto que repercutiram em grandes obstáculos a serem superados para o desenvolvimento da pesquisa, possibilitou a geração de um produto inovador, não apenas para a pesquisa em foco como para atendimento à demanda de pesquisadores em nível local e nacional, servindo de suporte para se superar obstáculos em pesquisas educacionais envolvendo a realidade da Educação Superior pública e privada, bem como de outros níveis de ensino.

Portanto, o objetivo da construção deste sistema de consulta (**SIMEPB**), no contexto do desenvolvimento de um Mapa da Educação da Educação Superior, é a sua disponibilização em um *site* aberto e gratuito, alojado em um servidor *WEB* do Centro de Educação (CE), da Universi-

dade Federal da Paraíba (UFPB), constituindo-se em uma ferramenta metodológica para acesso às informações.

2.1. O Censo da Educação Superior: categorias e variáveis selecionadas, para o Sistema de Consulta do SIMEPB

Foram organizadas as informações sobre a Educação Superior, no recorte temporal de 2009 a 2019, referentes ao Estado da Paraíba, disponíveis no Censo da Educação Superior (MEC/INEP), por ser uma fonte de dados primários, robustos, que permite a comparação entre as IES públicas e privadas em todo o território nacional. Esses dados se apresentam sob duas formas: a **Sinopse**, que traz um resumo, em forma de tabelas feitas INEP, com resultados sintéticos e compilados em nível nacional e estadual; e os **Microdados**, que são dados brutos, onde se encontram os registros individuais e todas as suas variáveis cujo acesso permite análises além daquelas contidas na Sinopse. Os Microdados, portanto,

[...] se constituem no menor nível de desagregação de dados recolhidos por pesquisas, avaliações e exames realizados. As informações podem ser obtidas via download nos links abaixo, em formato ASCII, e contém inputs (canais de entrada) para leitura por meio dos softwares SAS e SPSS. Para abrir os arquivos, que estão

em formato de compressão específico (.zip), é necessário o uso de algum programa descompactador.²⁰

Os Microdados foram escolhidos para constituírem a base de dados para a geração do sistema de consultas devido à sua possibilidade em atender aos pesquisadores, gestores e docentes interessados, através de consultas simples e diretas, permitindo comparações entre instituições, entre público e privado, entre regiões geográficas, entre Unidades da Federação etc., atendendo aos interesses e necessidades dos investigadores, sem necessitar de computadores robustos ou de expertise no tratamento dos dados quantitativos, não requerendo domínio de Pacotes Estatísticos para análise.

O Censo da Educação Superior²¹ é realizado anualmente e consiste no instrumento de pesquisa mais completo, contendo informações, coletadas em uma mesma base, sobre as IES públicas e privadas, que ofertam cursos de graduação e sequencias, na modalidade presencial e/ou a distância, apresentando dados institucionais, cursos, corpo docente e discente. Os dados são públicos e abertos e objetivam fornecer aos interessados uma gama de infor-

20 Texto disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior> >. Acesso em: 22 abr. 2020.

21 Informações coletadas no site do Inep disponíveis em:<<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>>

mações que vão desde aspectos mais institucionais, como quantitativo e elenco de cursos de graduação presencial ou a distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, demandas, matrículas, ingressantes e concluintes, número de docentes, qualificação, regime de trabalho etc., nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa.

Os dados do Censo são coletados, através do preenchimento, pelos pesquisadores institucionais (PIs) de cada uma das IES brasileiras, a um questionário padronizado, além da importação de dados do **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior** (Cadastro e-MEC)²². As informações coletadas podem ser alteradas ou incluídas pelos PIs durante o período do preenchimento dos questionários. Após esse período, há uma verificação, pelo INEP, da consistência das informações coletadas e o sistema do Censo é reaberto para conferência e validação dos dados pelas IES. Terminado os ajustes, o Inep continua a realizar análise na base de dados do Censo, conferindo as informações e, quando cessa essa conferência, o Censo é finalizado, não podendo mais haver alteração das informa-

22 O **Cadastro e-MEC** é “[...] regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017, base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior - IES, independentemente de Sistema de Ensino. Os dados do Cadastro e-MEC devem guardar conformidade com os atos autorizativos dos cursos e das IES, editados pelo Poder Público ou órgão competente das instituições nos limites do exercício de sua autonomia.” (Informação disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>). Acesso em: 22 abr. 2020.

ções prestadas, seus dados são divulgados como estatísticas oficiais, inclusive com a publicação da Sinopse Estatística.

Os dados disponíveis no Censo trazem informações sobre ingressos, matrículas, conclusão, vagas, financiamento estudantil, recursos de tecnologia assistiva disponíveis às pessoas com deficiência, informações sobre cotistas e não cotistas, entre outros, além de contribuir para o cálculo de indicadores de qualidade como o Cálculo Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC), subsidiando Políticas Públicas na Educação Superior.

As Sinopses Estatísticas reúnem dados tabulados por tema: estabelecimentos de ensino, cursos, matrículas, vagas, concluintes e docentes, consolidados para o país, por unidades da Federação e por municípios.

O preenchimento dos dados do Censo é feito diretamente *on line*, através do sistema CenSup, composto pelos módulos IES, Curso, Docente e Aluno. Há, ainda, os módulos Fechamento, Migração, Segurança e Relatórios para as demais funcionalidades do sistema. A partir das informações disponíveis no Censo da Educação Superior, descritas na sua página de internet, foram selecionadas as variáveis que passariam a compor três dimensões do **SIMEPB** a ser construído: a institucional, a docente e a discente, com a seleção das seguintes variáveis:

QUADRO 1. VARIÁVEIS SELECIONADAS, POR DIMENSÃO, PARA O SIMEPB

DIMENSÃO	VARIÁVEL
Dimensão institucional	Categoria administrativa, organização acadêmica, cursos, grau acadêmico conferido ao aluno pela conclusão dos requisitos exigidos pelo curso e modalidade de ensino do curso.
Dimensão discente	Etnia/raça do aluno, pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, tipo de situação de vínculo do aluno no curso e formas de ingresso no ensino superior.
Dimensão docente	Situação do docente na IES, nível de escolaridade do docente e regime de trabalho do docente.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

2.2. Sistema de Consulta do Mapa da Educação Superior na Paraíba (SIMEPB)

O SIMEPB foi desenvolvido com o objetivo possibilitar a disponibilização e apropriação de informações sobre a educação superior, no Estado da Paraíba, para o recorte temporal de 2009 a 2019, tendo por base de dados os Microdados do Censo da Educação Superior (MEC/INEP). O seu *design* possui uma interface pública de fácil acesso para investigadores docentes, discentes, gestores e demais interessados, apresentando como proposta metodológica o conceito de mapa entendido como ferramenta que permitirá o acesso e a apropriação de informações rela-

tivas à Educação Superior no território paraibano. Para a execução do projeto, inicialmente, foi feita a importação, ano a ano, dos dados do Censo da Educação Superior, disponíveis na página *WEB* do INEP, conforme exemplifica a figura 1, a seguir.

FIGURA 1. TELA DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (MICRODADOS) (MEC/INEP), COM IMPORTAÇÃO DAS ABAS IES, CURSO, LOCAL DE OFERTA, ALUNO E DOCENTE



Fonte: Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/acao-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 22 abr. 2020.

Após esse acesso e importação de dados, iniciou-se o trabalho de sistematização para a construção do SIMEPB, seguindo a metodologia descrita na Figura 2, a seguir:

CAPÍTULO 3

FIGURA 2. MODELO ADOTADO PARA IMPORTAÇÃO DOS MICRODADOS DO CENSO INEP, ANO A ANO



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Após essa sistematização metodológica a ser feita ano a ano, no período estudado, foi iniciado o desenvolvimento do SIMEPB, utilizando-se as seguintes tecnologias de programação e feitura do sistema de consulta Figura 3.

FIGURA 3. TECNOLOGIAS UTILIZADAS NO DESENVOLVIMENTO DO SIMEPB



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Como resultado preliminar, teve-se a tela inicialmente desenvolvida para o SIMEPB, visualizada na figura 4, a seguir:

FIGURA 4. TELA INICIAL DO SIMEPB NA FASE DE TESTES

The screenshot shows the SIMEPB application interface with the following filters and options:

- Ano Censo:** 2017
- Nível Acadêmico:** Tabela
- Grau Acadêmico:** Tabela
- Modalidade Ensino:** 1 - Presencial
- Categoria Administrativa:** 1 - Física Federal
- Organização Acadêmica:** 1 - Universidade
- Instituição:** UFPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
- Formas de Ingresso:** Selecionar uma opção
- Tipo Situação:** 1 - Matrícula
- Cor / Raça:** Selecionar uma opção
- Deficiência:** Selecionar uma opção
- Cotas:** Selecionar uma opção
- Financiamento:** Selecionar uma opção
- Apoio Social:** Selecionar uma opção

Buttons: Limpar (red), Filtros (green)

Footer: Categoria Administrativa | Organização Acadêmica | Nível | Grau Acadêmico | Modalidade Ensino | Instituição | Tipo Situação | Código do Aluno

Fonte: Print screen da aplicação do SIMEPB, 2020.

Para testagem inicial do SIMEPB, foram utilizados os dados do Censo da Educação Superior 2017, em um protótipo. De acordo com as rotinas disponíveis, o SIMEPB possibilitará a exportação dos dados filtrados pelos investigadores, conforme as variáveis de interesse selecionadas de acordo com seus objetivos de pesquisa, em planilhas do **Microsoft Excel**[®], podendo ser acessados e tratados no próprio software ou em Pacotes Estatísticos mais robustos como o IBM/SPSS ou Pacote R.

A partir do protótipo desenvolvido, foram enxertados os dados dos últimos onze anos (2009-2019), permitindo aos investigadores interessados realizar múltiplos filtros e trabalharem de maneira fácil e relativamente simples, sem necessidade de acesso aos Microdados (MEC/INEP). Essa ferramenta também supera o principal entrave aos investigadores que se constitui nas diferenciações entre os *layouts*, ano a ano, tornando a comparação e o tratamento dos dados

extremamente complicados. Por isso, foi necessária uma demorada compatibilização das múltiplas bases de dados, para sua inserção ano a ano no SIMEPB, em conformidade com o fluxograma apresentado na figura 5.

FIGURA 5. FLUXOGRAMA DE TRABALHO PARA EXECUÇÃO DO SIMEPB, ANO A ANO



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Nesse sentido, para a consulta em cada um dos anos, no período compreendido entre 2009 a 2019, foi necessária a importação das tabelas DM_IES, DM_ALUNO, DM_CURSO, DM_DISCENTE e DM_LOCAL_OFERTA, cujos layouts sofreram modificações significativas, tornando a operação mais complexa e delicada, exigindo maior tempo de dedicação, cuidado, checagens para obtenção de dados confiáveis e fidedignos, que permitam comparação e sistematização adequadas. Em síntese, foram necessárias as seguintes etapas descritas na tabela 1.

TABELA 1. ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DO SIMEPB

Etapa	Desenvolvimento do SIMEPB
<i>a</i>	(<i>FrontEnd</i>) Desenvolvimento das interfaces do sistema
<i>b</i>	(<i>Backend</i>) Desenvolvimento do sistema
<i>c</i>	Modelagem do banco de dados
<i>d</i>	Importação de arquivos Microdados da Educação Superior, dos anos de 2009 a 2019, referentes ao estado da Paraíba. Tabelas: aluno, docente, curso, IES, no formato CSV para um banco de dados <i>PostgreSQL</i>
<i>e</i>	Testes.
<i>f</i>	Publicação e entrega do projeto.

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Para melhor entendimento, será apresentada uma breve explanação sobre as etapas de desenvolvimento representadas na tabela anterior:

- a.** *FrontEnd* – Pode-se classificar como a parte visual de um site, aquilo que propicia a interação, é basicamente tudo que foi desenvolvido por meio de código, como uma interface gráfica, normalmente com as tecnologias base da Web (**HTML, CSS e JavaScript**)²³. Já o *Back End*, como o próprio nome

²³ Disponível em: <<https://www.alura.com.br/artigos/o-que-e-front-end-e-back-end>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

sugere, surge da ideia do que funciona por trás da aplicação Web, no caso específico do SIMEPB, foi utilizada a linguagem de programação *PHP*.

- b.** Na modelagem de banco de dados²⁴, foi feito o levantamento, análise, categorização e exploração de todos os dados e tipos de informações que irão sustentar uma aplicação, bem como o armazenamento destas informações.
- c.** Considerada principal etapa no processo de desenvolvimento do SISMEPB, foi feita a importação dos Microdados do Censo da Educação Superior (MEC/INEP), respeitando as diferenças de variáveis e especificidades adotadas nas tabelas no decorrer dos anos. Foram importadas as tabelas aluno, docente, curso e IES, totalizando 44 tabelas que correspondem aos anos de 2009 a 2019, no formato *comma-separated-values* ou *CSV*, para um Sistema Gerenciador de Bancos de Dados, *PostgreSQL*. Desta forma, foram extraídos os dados do Censo referentes ao estado da Paraíba, tanto do setor público quanto do setor privado, sendo organizada a base de dados adotada no SIMEPB.

24 Disponível em: <<https://esr.rnp.br/governanca-de-ti/o-que-e-a-modelagem-de-banco-de-dados-e-quais-os-seus-principais-conceitos/>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

- d. Na etapa de testes do desenvolvimento de softwares, foram identificados possíveis erros, *bugs* e/ou defeitos. A ideia da testagem é exaurir todas as possibilidades de uso do programa, bem como avaliar a sua usabilidade, isto é, se suas interfaces e funções são intuitivas para os usuários, ou se estes terão que enfrentar dificuldades na hora de utilizarem a aplicação.
- e. A publicação e entrega do projeto é realizada quando o sistema é hospedado no servidor *WEB* e disponibilizado para todos os usuários acessarem o SIMEPB, via *Internet*.

2.2.1. TUTORIAL DE UTILIZAÇÃO DO SIMEPB

Nas figuras 6 a 11, está representada a sequência de passos para utilização do SIMEPB. Como exemplo, foram utilizadas a opção aluno e o ano do Censo 2018, lembrando que este procedimento pode ser realizado da mesma forma com Docente, IES e Curso, e também para os demais anos do Censo (período 2009-2019). Na figura 6, tem-se a tela inicial do SIMEPB, quando digitado no navegador de internet o endereço eletrônico.

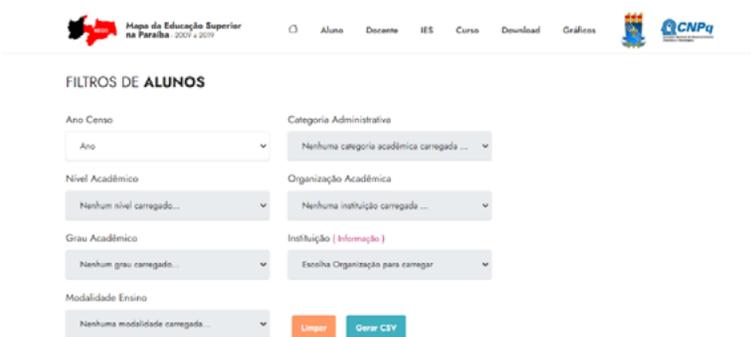
FIGURA 6. CAPTURA DE TELA INICIAL



Fonte: Print screen da aplicação do sistema de consulta- SIMEPB, 2021.

Na figura 7, tem-se um exemplo da primeira opção no menu horizontal em que, no exemplo, será feita uma pesquisa por aluno.

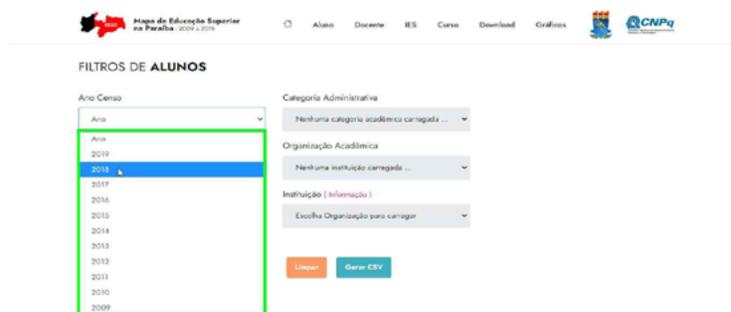
FIGURA 7. CAPTURA DE TELA DE OPÇÃO ALUNOS



Fonte: Print screen da aplicação do sistema de consulta- SIMEPB, 2021.

Na figura 8, o usuário deve escolher o ano do Censo, para que sejam habilitadas as outras opções do filtro de pesquisa selecionado.

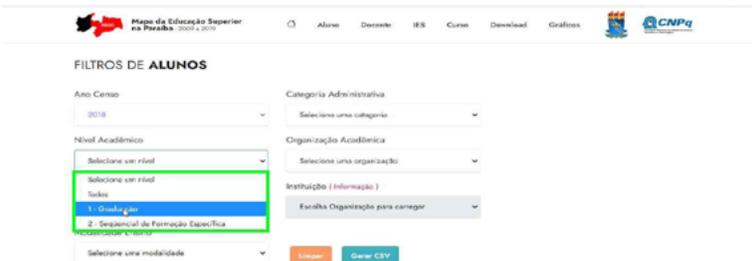
FIGURA 8. CAPTURA DE TELA CENSO ANO 2018



Fonte: Print screen da aplicação do sistema de consulta- SIMEPB, 2021.

Após a escolha do ano do Censo, o usuário pode escolher o nível acadêmico com duas opções: graduação ou sequencial de formação específica, como demonstrado na figura 9, a seguir.

FIGURA 9. CAPTURA DE TELA NÍVEL ACADÊMICO



Fonte: Print screen da aplicação do sistema de consulta- SIMEPB, 2021.

CAPÍTULO 3

Na figura 10, depois de escolhido o nível acadêmico, pode-se selecionar o grau acadêmico, onde existem as opções: Bacharelado, Licenciatura, Tecnológico e Bacharelado e Licenciatura.

FIGURA 10. CAPTURA DE TELA GRAU ACADÊMICO

Mapa da Educação Superior na Paraíba - 2007 a 2019

Aluno Docente IES Curso Download Gráficos

CNPq

FILTROS DE ALUNOS

Ano Censo: 2018

Nível Acadêmico: 1 - Graduação

Grau Acadêmico: Seleção um grau

- Seleção um grau
- Todos
- 1 - Bacharelado
- 2 - Licenciatura
- 3 - Tecnológico
- 4 - Bacharelado e Licenciatura

Categoria Administrativa: Seleção uma categoria

Organização Acadêmica: Seleção uma organização

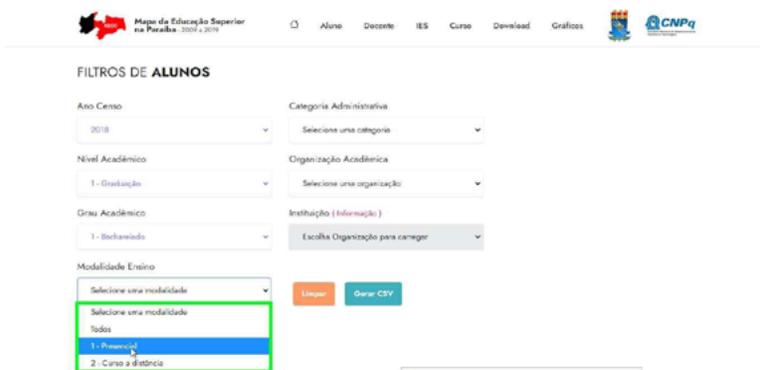
Instituição (Informação): Escolha Organização para carregar

Limpar Gerar CSV

Fonte: Print screen da aplicação do sistema de consulta- SIMEPB, 2021.

Para a modalidade de ensino, na figura 11, as opções de escolha são: Presencial e Curso a Distância.

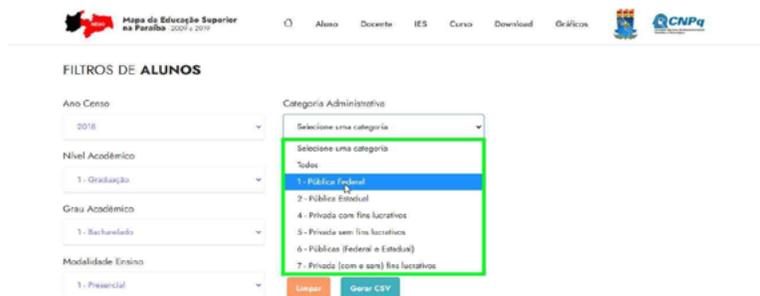
FIGURA 11. CAPTURA DE TELA MODALIDADE DE ENSINO



Fonte: Print screen da aplicação do sistema de consulta- SIMEPB, 2021.

Para a seleção de categoria administrativa, na figura 12, podem ser escolhidas: Pública Federal, Pública Estadual, privada com fins lucrativos e privada sem fins lucrativos.

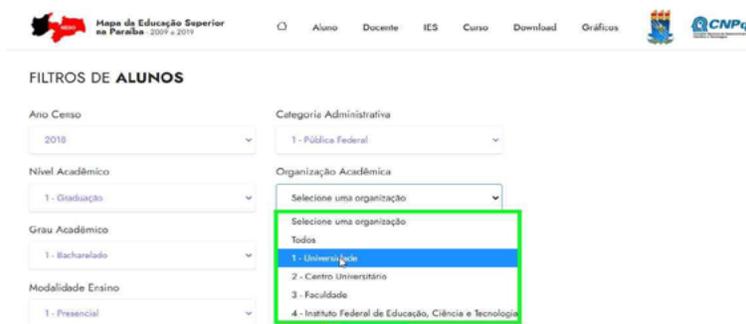
FIGURA 12. CAPTURA DE TELA CATEGORIA ADMINISTRATIVA



Fonte: Print screen da aplicação do sistema de consulta- SIMEPB, 2021.

Na figura 13, foi selecionado o tipo de organização acadêmica: Universidade, Centro Universitário, Faculdade e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

FIGURA 13. CAPTURA DE TELA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

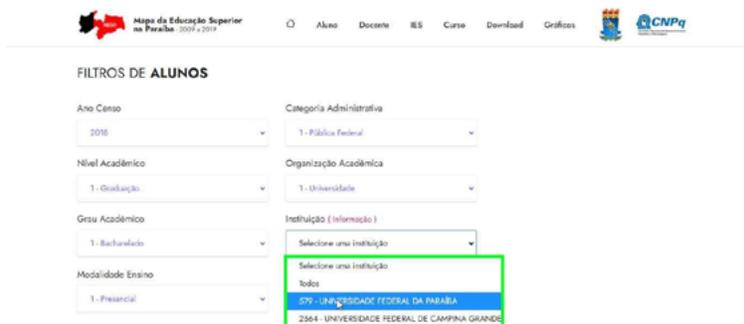


Fonte: Print screen da aplicação do sistema de consulta- SIMEPB, 2021.

Na figura 14, foi selecionado o tipo de instituição desejada, em que aparece a lista de instituições e seu código único de identificação da instituição mantenedora, isso de acordo com o tipo de organização acadêmica selecionado anteriormente.

CAPÍTULO 3

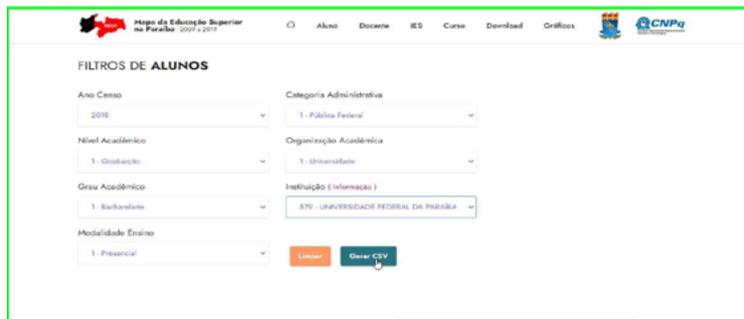
FIGURA 14. CAPTURA DE TELA INSTITUIÇÃO



Fonte: Print screen da aplicação do sistema de consulta- SIMEPB, 2021.

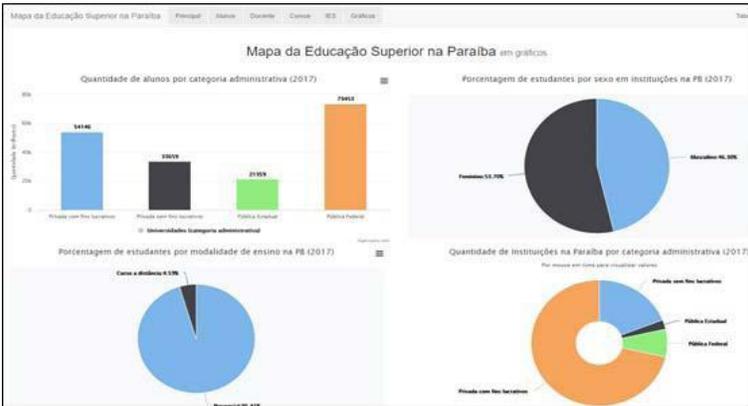
E, na figura 15, está representado o botão de Gerar CSV, em que será gerado uma planilha com o resultado de todas as opções de filtros selecionados pelo usuário.

FIGURA 15. CAPTURA DE TELA GERAR CSV



Fonte: Print screen da aplicação do sistema de consulta- SIMEPB, 2021.

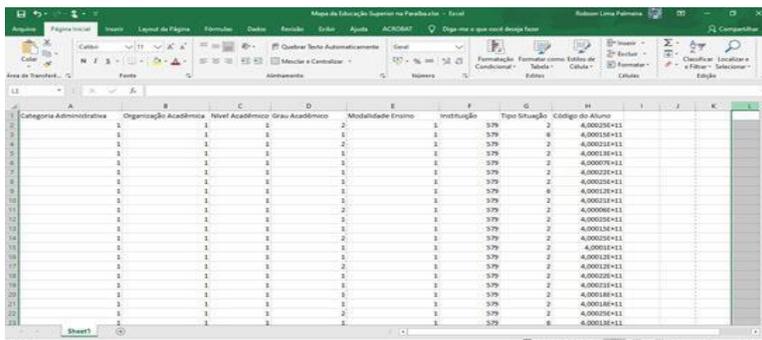
FIGURA 17. SIMEPB COM RESULTADOS EM FORMATO GRÁFICO



Fonte: Print screen da aplicação do sistema de consulta- SIMEPB, 2021.

Na figura 18 está a tela, de *download* dos Microdados com resultados totais, sem utilização dos filtros para aluno, discente, curso e IES, distribuídos entre os anos de 2009 a 2019, acompanhados, respectivamente, do seu dicionário de dados, facilitador na leitura das variáveis que sofreram mudanças de nomenclaturas ou mesmo de agregação, nos anos seguintes ao Censo da Educação Superior no Brasil.

FIGURA 18. CAPTURA DE TELA FORMATO CSV NO EXCEL



Fonte: Print screen da aplicação do sistema de consulta- SIMEPB, 2021.

O SIMEPB ficará hospedado na página do Centro de Educação da UFPB e, quando liberado para acesso público, sua disponibilização se dará através do link: www.ce.ufpb.br/simepb.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção e disponibilização do SIMEPB, aos investigadores interessados na temática Educação Superior na Paraíba, apresenta enorme relevância não apenas por possibilitar acesso rápido, simples e completo à base de dados do Censo da Educação Superior, como possibilita acompanhar a série história de 2009 a 2019, suprimindo todos os problemas de mudança de layout que tornam essa comparação bem mais difícil, trabalhosa e mesmo passível de erros, uma vez que exige cuidados bastante importantes

na identificação das diferenças, ano a ano, em tamanho das variáveis, nomes, disposição no banco de dados e mesmo a supressão de algumas variáveis que passam a figurar em um ano e não em outro. Todos esses complicadores foram devidamente analisados, equacionados e resolvidos pelo SIMEPB, apresentando dados comparáveis entre IES e entre anos, dentro do recorte temporal realizado.

Além dessas facilidades, o sistema ainda pode servir de importante exemplo para outros estados da federação, ou mesmo para uma futura ampliação do projeto de pesquisa que possibilitou o desenvolvimento do SIMEPB, abrangendo um mapeamento da Educação Superior brasileira, com a extensão do que foi desenvolvido em nível local (na Paraíba) para todo o território nacional.

Essa tendência em tornar público o acesso a dados educacionais não apenas com seu amparo legal (Lei de Acesso à Informação - LAI²⁵), requer a disponibilização desses dados em sistemas com maior usabilidade, tornando possível o acesso e a apropriação da informação, através de seu uso em diferentes objetivos de pesquisas. Esse foi o propósito maior do Projeto “Mapa da Educação Superior na Paraíba”, ou seja, transformar em conhecimentos apropriados os dados disponíveis sobre a Educação Superior

25 Lei nº 12.527 - Lei de Acesso à Informação (LAI) - foi promulgada em 18 de novembro de 2011 e regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio 2012.

paraibana, na base de dados do MEC/INEP, ampliando e democratizando o seu acesso, possibilitando análises ricas e contextualizadas em múltiplas dimensões.

Acrescenta-se, ainda, que o uso do sistema por diversos pesquisadores, certamente, irá gerar demandas por ajustes, atualizações e inovações, inclusive com a incorporação de novas rotinas e continuidade da série histórica, a medida em que os dados passam a ser disponibilizados pelo MEC/INEP.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

PARAIBA. **Plano Estadual de Educação**. 2015 – 2015. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/07/Lei-nº-10.488-Plano-Estadual-de-Educação-ANEXO-DO-PLANO-ESTADUAL-1-3-1.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

RAMOS, Marília Patta. Métodos Quantitativos e Pesquisa em Ciências Sociais: Lógica e utilidade do uso da Quantificação nas Explicações dos Fenômenos Sociais. **Revista Mediações**. Londrina, V. 18 N. 1, P. 55-65, JAN./JUN. 2013.

RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo. *Representación espacial y mapas*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2013. (Colección Cuadernos Metodológicos, n. 50).

RISTOFF, Dilvo. Vinte e um anos de educação superior expansão e democratização. FLASCO/BRASIL. **Cadernos do GEA**, n. 3, jan.-jun. 2013

CAPÍTULO 3

(en línea): Disponível em; http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Caderno_GEA_N3.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Sites e Documentos consultados em 15/04/2020:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>

<http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>



CAPÍTULO 4

ENSINO SUPERIOR NA PARAÍBA: EXPANSÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

» Adriana Valéria Santos Diniz

I. INTRODUÇÃO²⁶

A discussão referente à educação superior brasileira e, particularmente no Estado da Paraíba, se reveste de importância em decorrência, principalmente, do visível processo de sua expansão nas duas últimas décadas, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9304/1996), no conjunto de políticas e programas elaborados pelo go-

26 O texto integrou o Relatório Final de PIBIC – CNPQ (IC), do Projeto: Ensino Superior na Paraíba: expansão e organização institucional - Edital 02/2019/PROPEQ, seleção de Projetos de Iniciação Científica 2019/2020 PID10436-2019, coordenado pelas Profas. Dras. Adriana Valéria Santos Diniz e Maria da Salete Barboza de Farias. O projeto teve, como colaboradoras, as Profas. Dras. Ana Paula Furtado Soares, Mariana Lins de Oliveira, além das mestrandas Roseli Agapito da Silva e Mirtila Maria Wood Gouveia, e das bolsistas PIBIC Bianca Ribeiro Lima Marques e Gislânia Cecília Sampaio Severiano.



verno federal, se configurando de forma diversificada, em todo o território nacional, tanto no âmbito público como no privado – expansão do número de instituições, cursos, matrículas e concluintes –, investidos dos processos globais de inclusão e de democratização da educação.

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um elemento organizador das políticas educacionais e norteador do planejamento educacional de longo prazo. O atual PNE, editado por meio da Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014, prevê seis (06) metas destinadas à educação superior. Destaca-se o fato de que as estratégias traçadas para o alcance das metas demonstram uma assimetria na relação entre públicas e privadas, uma vez que apesar do segmento do ensino superior encontrar-se majoritariamente no âmbito da rede privada de ensino, a maior parte das estratégias estão destinadas à educação superior pública.

De acordo com o PNE (2014-2024), em seu art. 8º, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação ou adequar os já aprovados em Lei. No caso da Paraíba, o Plano Estadual de Educação em vigor, para o período 2015 – 2025 - Lei nº 10.488, de 23 de junho de 2015 - dedica três (03) metas à Educação Superior, e trinta e duas (32) estratégias, dentre as quais destacamos as que se referem aos processos de expansão da graduação, presencial e à distância, com a

elevação da taxa de conclusão média da graduação presencial, à ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil. A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) é vista prioritariamente voltada para a formação de professores(as) para a educação básica.

O processo de expansão da educação superior e seus desdobramentos vem sendo marcado por tensões e contradições na relação entre o público e o privado com incidência para as instituições, os docentes e os discentes, e toda a sociedade. No entanto, constata-se a falta de informação sistematizada sobre a educação superior na Paraíba, o que confere importância à produção de conhecimento que reúna dados e informações, tanto do âmbito público como do âmbito privado. Esse fato, associado à produção de um 'Mapa da Educação Superior' em nosso Estado, envolvendo pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade de Valencia (Espanha), com o apoio do CNPQ, Chamada Universal MCTI/CNPq No. 01/2016, nos motivou a compreender de forma mais aprofundada a expansão da educação superior na Paraíba.

Nesse contexto, foram traçados como objetivos:

1. Levantar dados relativos ao número de instituições por tipo de organização administrativo e acadêmico (pública – privada; universidades –

institutos federais - centros universitários – faculdades);

2. Levantar informações acerca das formas de acesso em cursos superiores presenciais no Estado da Paraíba, nos setores público e privado
3. Levantar dados sobre a oferta de cursos por área de conhecimento por tipo de Instituição (pública – privada; universidades – institutos federais - centros universitários – faculdades) relacionando com dados relativo às demandas reprimidas de ensino superior na Paraíba;
4. Identificar dados de matrícula e conclusão de curso, buscando estabelecer relações e possíveis indicadores para a gestão das instituições de ensino superior.

II. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, esta pesquisa foi organizada em duas fases. Na primeira fase, vivenciamos encontros periódicos para estudos teóricos e aprofundamento das técnicas metodológicas. Esses encontros permitiram a identificação das categorias de análise e as fontes documentais de dispositivos legais a serem consultadas.

Para a segunda fase, foi realizado levantamento e análise de dados em fontes pertinentes aos objetivos da pesquisa, como a base do INEP, CAPES e do MEC. Como fruto deste período, conhecemos e estudamos a base de dados do INEP, em particular o Censo da Educação Superior, e realizamos um estudo das variáveis constantes nesse banco de dados e, a partir daí, selecionamos as que deram sustentação a esta pesquisa.

Adotou-se como fonte de dados o Censo da Educação Superior com foco na Educação superior presencial. Segundo a página do INEP/MEC, o Censo da Educação Superior, realizado anualmente, é o instrumento de pesquisa mais completo do Brasil sobre as instituições de educação superior (IES). Essa coleta tem como objetivo oferecer à comunidade acadêmica e à sociedade em geral informações detalhadas sobre a situação e as grandes tendências do setor. Além disso, reúne informações sobre as instituições de ensino superior, seus cursos de graduação presencial ou a distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes e informações sobre docentes nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa.

O Censo é uma potente fonte de dados primários, que se apresenta de duas formas: a Sinopse, com um resumo em forma de tabelas que trazem resultados sintéticos e

compilados do Brasil e dos Estados; e os Microdados, dados brutos em números absolutos, que permitem comparar os dados do Censo da Educação Superior em programas estatísticos. Segundo o Inep, os microdados “[...] se constituem no menor nível de desagregação de dados recolhidos por pesquisas, avaliações e exames realizados”. No nosso caso, escolhemos os Microdados como ferramenta de pesquisa.

Adotou-se como referência os anos 2009 a 2017. O estudo começa no ano de 2009, em função do processo de implementação do Programa de Re-estruturação e Expansão das Universidades, associadas a outras políticas públicas implantadas, como o Programa Universidade para Todos – PROUNI - e a política de cotas. E perdura até o ano de 2017, em função dos dados disponíveis quando da apresentação desta proposta de pesquisa.

Foram trabalhos dados relativos à expansão do ensino superior em dois aspectos: primeiro, a expansão institucional, por organização acadêmica (Universidades, Centros Universitários, Faculdades e Institutos) e por categoria administrativa (federal, estadual, municipal), e as formas de acesso.

Segundo a Enciclopédia do Ensino Superior (2006), as universidades, considerando a LDB, no seu Art. 52, são definidas como instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa,

de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, caracterizadas pela produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional; contando com um corpo docente qualificado (um terço, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado) e em regime de tempo integral. As universidades federais são criadas por iniciativa do Poder Executivo, mediante projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional; e a criação de universidades privadas se dá por transformação de instituições de ensino superior já existentes e que atendam ao disposto na legislação pertinente.

Os centros universitários, de acordo com o Portal do MEC, são “instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar”. Os centros universitários credenciados têm autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior. Podem usufruir outras atribuições da autonomia universitária, desde que observados os limites definidos no plano de Desenvolvimento da Instituição, aprovado quando do seu credenciamento e reconhecimento.

A faculdade, de acordo com Morosini (2006), é entendida como uma unidade de uma instituição universitária que oferece curso(s) e desenvolve atividades próprias da Educação Superior, congregando departamento(s). Os Institutos são autarquias federais destinadas a oferecer cursos de nível básico, técnico e tecnológico de Ensino médio visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica, oferecendo ainda formação pedagógica em nível superior para professores e especialistas.

Quanto às formas de acesso ao ensino superior, a partir dos estudos, mapeou-se as seguintes formas de acesso:

- Vestibular: Processo seletivo de novos estudantes que se desenvolve em um ou mais dias, por meio da aplicação de provas objetivas, podendo ou não ter questões discursivas e prova de redação.
- Enem: Exame Nacional do Ensino Médio, criado em 1998 pelo Ministério da Educação para avaliar os conhecimentos dos estudantes que estão concluindo (ou já concluíram) o Ensino Médio. A partir de 2009, o Enem tornou-se também uma avaliação que seleciona estudantes de todo o país para instituições federais de ensino superior e para programas do Governo Federal, como o Sisu, Prouni e Fies.

- Processo Seletivo Seriado (PSS), exame seriado ou avaliação seriada é mais uma alternativa - além do vestibular tradicional - para ingressar na universidade. O estudante não precisa fazer o vestibular tradicional, as provas são sequenciais, realizadas a cada ano, envolvendo o conteúdo de cada série do ensino médio, além de, pelo menos, uma redação.
- Vagas remanescentes: decorre do preenchimento de vagas restantes do processo seletivo principal da instituição, por meio de duas formas principais: Programa seletivo de transferência voluntária (PSTV) e ingresso de graduado.
- Programas especiais: Vagas ofertadas para cursos de graduação que não são naturais de determinada universidade, sendo oferecido por programas financiados pelo governo federal.
- Transferência Ex ofício: ingresso de estudante transferido de outra Instituição de Ensino Superior em mesmo curso de duração plena, independentemente de vaga no curso, de prazo e de classificação em processo seletivo.

- Decisão Judicial: Forma de ingresso resultante de uma decisão judicial favorável, que determina a vinculação do candidato à IES.
- Programa especial para estudantes estrangeiros: ingresso de estudantes estrangeiros em curso de graduação mediante programa especial de ingresso.

De posse das informações e dos dados, desenvolveu-se de um estudo com uma abordagem quantitativa, com a utilização de técnicas de análise descritiva, uma vez que os dados obtidos foram relacionados a variáveis categóricas. As variáveis foram organizadas por categoria administrativa e por organização acadêmica, segundo os setores público e privados. Os dados foram organizados considerando as mesorregiões do Estado da Paraíba: zona da mata, agreste, Borborema e sertão paraibano. Essa informação nos ajuda a ver a distribuição territorial da educação superior no Estado.

Foi realizada a análise estatística a fim de descrever as variáveis. Destaca-se que todos os procedimentos foram realizados por meio do Excel, com a criação de planilhas e elaboração dos gráficos, e pelo Software R. Um dos motivos para o seu uso é por ser um Software gratuito com código aberto com uma linguagem acessível e totalmente flexível, permitindo desenvolver facilmente funções e pacotes para facilitar o trabalho. O acesso aos dados e as análises

foram feitas completamente a partir do Software R, pois sua linguagem de programação proporciona a manipulação, análise e melhor visualização dos dados.

Após a coleta de dados, com o banco de todo o Brasil, foi realizado a construção de mais dois bancos a fim de filtrar a Região Nordeste do país e o Estado da Paraíba. Em seguida, com os três bancos, foram especificadas as variáveis de interesse. Dessa forma, foram retirados os cursos de Educação a Distância, os cursos sequenciais e os cursos com Área Básica de Ingresso.

Também foram analisados dados sobre oferta de cursos, no tocante à expansão da oferta, considerando as áreas de conhecimento e os graus acadêmicos. Para a organização das áreas de conhecimento foi adotada a classificação da CAPES, que considera: "Agricultura e veterinária", "Ciências sociais, negócios e direito", "Ciências, matemática e computação", "Educação", "Engenharia, produção e construção", "Humanidade e artes", "Saúde e bem-estar social" e "Serviços".

Para grau acadêmico conferido ao aluno pela conclusão dos requisitos exigidos, foram considerados Bacharelado, Licenciatura e Tecnológico do curso. Como base nas pesquisas realizadas em sites do governo federal e sítios acadêmicos (ver relação nas referências), entendemos o Bacharelado, como o Curso superior generalista, de forma-

ção científica ou humanística, que confere ao diplomado competências em determinado campo do saber para o exercício de atividade profissional, acadêmica ou cultural, com o grau de bacharel. O Bacharelado é um curso que permite ao aluno decidir qual profissão seguir durante a formação, ou mesmo depois dela, quando entrar no mercado de trabalho.

A Licenciatura é o curso superior que confere ao diplomado competências para atuar como professor na educação básica, com o grau de licenciado. E Tecnológico é o curso superior de formação especializada em áreas científicas e tecnológicas, que conferem ao diplomado competências para atuar em áreas profissionais específicas, caracterizadas por eixos tecnológicos, com o grau de tecnólogo.

Aqui nos interessou, também, dados sobre a dinâmica da oferta dos cursos, especificamente número de vagas, inscritos, matrículas e concluintes. Por vagas compreende-se a demanda de alunos que a instituição disponibiliza para ingresso. Por inscritos, alunos que acabam de ingressar na instituição. Por matrículas, alunos que renovam por mais de um ano de estudo na instituição e por concluintes, alunos que estão no último semestre do curso de graduação presencial o qual está matriculado.

III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Expansão Institucional

No que se refere ao número de Instituições de Educação Superior no Brasil, no Nordeste e na Paraíba, no período de 2009 a 2017, constata-se um crescimento de 5,8% das IES no País, contrastando com uma taxa de crescimento de 15,4% na Região Nordeste, e 13,5% na Paraíba.

No tocante à Paraíba, em termos quantitativos, em 2009 existiam 37 IES e, em 2017, registram-se 42, identificando-se um aumento de cinco instituições. Entretanto, considerando os dados ano a ano, verifica-se pouca variação no número de IES no Estado, oscilando entre 36 a 38, verificando-se um crescimento mais expressivo em 2016 e 2017, com 40 e 42 instituições, respectivamente.

Entretanto, ao se comparar os dados da Paraíba com os da Região e no País, verifica-se que o número de IES paraibanas representa cerca de 8% das IES do Nordeste, representatividade que pouco se altera, chegando em 2017 com 8,1%, percentual inferior ao identificado em 2009, quando chegou a 8,3%. Já em relação ao número de IES do País, a Paraíba apresentou uma pequena elevação, passando de 1,6% em 2009, para 1,7, em 2017. Merece destaque que os anos de 2013 e 2015 o número de IES do estado foi o

menor na série analisada, chegando a 36, o que se refletiu na menor representatividade do número de IES da Paraíba comparando com os dados da Região e do País, 7,9% e 1,5%, respectivamente.

3.1.1 EXPANSÃO INSTITUCIONAL POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Ao se analisar os percentuais de crescimento do número de IES por categoria administrativa, nos setores públicos e privados no país, verifica-se que no período de 2009 a 2017, o setor público foi mais expressivo, com 16,7%, contrastando com o crescimento no setor privado (4,5%). Em contrapartida, no Nordeste o setor privado apresentou um crescimento de 18,3%, e se constata um decréscimo do número de IES públicas no período, com -3,3%, o que fez com que essas instituições da Região passassem a representar 20,6% do total de IES públicas brasileiras, contrastando com os 24,9% que representava em 2009.

Em relação à Paraíba, observa-se que no setor público o crescimento foi nulo, mantendo-se o quantitativo desde 2009 a 2017: quatro instituições. Entretanto, considerando os dados do Nordeste, o número de IES públicas passou a representar 8,8% do total na Região, superando os 8,5% verificados em 2009. Já o setor privado registrou um crescimento de 15,2%, passando de 33 IES, em 2009, para 38, em 2017. Entretanto, em que pese tal aumento,

o número de instituições privadas paraibanas passou a representar 8,3% do total de instituições dessa categoria da Região, o que significa uma redução, vez que, em 2009, representava, 8,5%.

Para aprofundar tal discussão, retomamos os dados referentes às IES por categoria administrativa, discriminando o Poder Público responsável pela manutenção das instituições (Federal, Estadual ou Municipal). Verifica-se que, no Brasil, o número de instituições estaduais apresentou um crescimento mais elevado (47,6%), seguido pelas IES mantidas pela União (16,0%), havendo um decréscimo na categoria municipal de -20,9%. No Nordeste, houve um maior crescimento do número de instituições federais, com 20,8%, tendo as demais categorias públicas estaduais e municipais apresentado decréscimo, a saber: - 11,8% e -25%, respectivamente.

No tocante à Paraíba, as categorias federal e estadual tiveram um crescimento nulo, do ponto de vista da expansão institucional, o que contrasta com a evolução do número de IES privadas, havendo um crescimento de 15,2%.

3.1.2 POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Avançando nas análises, trazemos os dados relativos à distribuição das IES no Brasil, Nordeste e Paraíba, entre 2009 e 2017, por tipo de organização acadêmica. A partir

dos dados, identificamos que, no período de 2009 a 2017, o crescimento do número de centros universitários foi bem superior ao apresentado pelos demais tipos de organização acadêmica, com destaque para os anos mais recentes, sendo identificado o aumento de 23 centros universitários de 2016 para 2017. No Brasil, tal evolução foi de 48,8%, mas no Nordeste, esse crescimento ultrapassou os três dígitos, atingindo 575%.

Em termos quantitativos, no Brasil, o número de centros universitários passou de 127, em 2009, para 189, em 2017. No Nordeste, o crescimento foi mais expressivo, passando de 4 para 27 e, na Paraíba, só havia um, em 2009, aumentando para 2 em 2017. No Brasil, a segunda organização acadêmica que mais cresceu foram os institutos federais (IFs), criados em 2008, com o aproveitamento da infraestrutura existente, sendo inseridos num programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica a partir de então. Tal categoria apresenta um crescimento de 8,6%, vez que em 2009 contava-se com 35 institutos, ficando com 38, em 2017. Entretanto, há que se destacar que o referido programa não previu apenas a expansão com a criação de novos IFs, mas a sua interiorização, por meio da criação de novos campi, que nos permite inferir que tal expansão tenha sido mais expressiva quando lançarmos o olhar sobre a área de abrangência dos institutos.

Já em relação ao Nordeste, a segunda organização que mais cresceu foram as universidades, com taxa de crescimento de 11,4%, seguidos das Faculdades (10,3%) e dos IFs (10,0%).

No tocante à Paraíba, a segunda organização que mais cresceu foram as faculdades, pois apresentou crescimento de 12,5%, passando, em 2009, de 32 para 36 IES, em 2017. Em relação aos IFs, apesar de o estado permanecer um instituto federal desde 2009, não podemos afirmar que não tenha havido expansão, vez que tais dados não dão conta da ampliação pela via da criação de novos campi, nem identifica em quais desses se oferta da educação superior.

Voltando a atenção para a Região Nordeste, apresentamos os dados referentes ao crescimento das IES, por categoria administrativa, discriminando o Poder Público responsável pela manutenção das instituições (Federal, Estadual ou Municipal), destacando a relação dessa evolução com o total do Nordeste e por categoria pública e privada. No período de 2009 a 2017, constata-se que, no Nordeste, houve um crescimento das IES, de 15,4%. Em termos quantitativos foi de 69 IES, considerando que em 2009 existiam 448 IES e, em 2017, 517 IES. Em relação ao setor público, observa-se que teve um decréscimo de -3,3% das IES.

No entanto, em relação à categoria federal teve um crescimento de 20,8%, na categoria estadual e municipal

teve um decréscimo de -11,8% e -25,0%, respectivamente. No setor privado, nota-se que teve um crescimento de 18,3% das IES, e, na categoria privada, teve um crescimento de 16,5%, considerando que em 2009 tinha 387 IES e, em 2017, 451 IES. Observa-se, nesse período, que as instituições federais prevalecem numericamente frente as demais IES públicas, em todos os anos considerados. Proporcionalmente, comparando os totais de instituições federais com o total de IES da Região, identifica-se que os valores oscilam de 39,0%, em 2009, para 49,2%, em 2017.

Quanto à categoria estadual, diante de seu decréscimo (-11,8%), proporcionalmente, identifica-se uma variação de 27,9%, em 2009, para 25,4%, em 2017.

Quanto às IES mantidas pelo poder público Municipal em que pese verifique uma redução de seu quantitativo em todos os anos em estudo, com crescimento negativo (-25,0%), são valores elevados que, proporcionalmente, refletem uma variação de 32,8%, em 2009, para 25,4%, em 2017.

No tocante à Paraíba, observa-se que no setor público a taxa de crescimento é nula no período. No setor privado, nota-se que teve um crescimento de 15,2% das IES, e, na categoria privada, teve o mesmo percentual de crescimento, considerando que em 2009 tinha 33 IES e, em 2017, 38 IES. Ao analisar o número de instituições de ensino superior paraibanas por categoria administrativa e por me-

sorregião no período de 2009 a 2017, constatamos que, em 2009, são identificadas 6 instituições de ensino superior na mesorregião Sertão Paraibano, número que só se altera em 2013, quando reduz para 5, total este que permanece até 2017. A mesorregião de Borborema não apresenta dados. No Agreste Paraibano, considerando o período 2009-2016, são identificadas 8 instituições, havendo um aumento de duas instituições no ano de 2017, chegando a 10 IES. Em relação à Mata Paraibana, nota-se que apresenta oscilações no quantitativo de instituições, variando entre 23 e 27 IES, quantitativo registrado desde 2016.

Quanto ao número de universidades existentes na Paraíba, por mesorregião, no período 2009-2017, observa-se que não há registro de universidades nas mesorregiões do Sertão Paraibano, nem na de Borborema. No Agreste e na Mata Paraibana, identificam-se três universidades, mantendo-se inalterado tal quantitativo no período (2009-2017), a saber: duas e uma IES, respectivamente.

Considerando a organização administrativa centros universitários, no período de 2009 a 2016, identifica-se apenas uma instituição na Mesorregião da Mata Paraibana. Em 2017, registra-se uma outra instituição no Agreste Paraibano, totalizando dois centros universitários.

Quanto ao número de faculdades paraibanas por mesorregião, no período de 2009 a 2017, observa-se que

há registro de mais de 30 faculdades na Paraíba no período considerando variando de 32, em 2009, a 36, em 2017. Destaca-se como mais expressivo o número de instituições na mesorregião da Mata Paraibana, com oscilações entre 20 e 24 faculdades no período. No Sertão Paraibano permanece, entre 2009 e 2012, verifica-se um número de 6 faculdades, reduzindo para 5 a partir de 2013, mantendo-se esse quantitativo até 2017. Em relação ao Agreste Paraibano, identifica-se um número de 6 faculdades, que permanece constante até o ano de 2016, surgindo uma instituição no ano de 2017. Observa-se que não há registro de faculdades na mesorregião de Borborema.

Quanto ao número de instituições por categoria administrativa e por mesorregião em relação a categoria administrativa Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no período de 2009 a 2017, observa-se que não apresenta dados para as mesorregiões do Sertão Paraibano, Borborema e Agreste Paraibano. Em relação à mesorregião da Mata Paraibana, nota-se que o número de instituições permanece constante no período, apresentando apenas uma instituição.

3.2 Formas de Acesso ao Ensino Superior

Considerando os objetivos do Projeto, passamos a analisar as formas de acesso adotadas pelas IES, na Paraíba,

no período estudado. Quanto às formas de acesso, considerando as variáveis do Censo da Educação Superior, e com base em pesquisas na internet, seja em sítios do governo federal ou de institucionais educacionais (ver relação de webs consultadas nas referências), destacamos as formas de acesso a cursos superiores presenciais de instituições da educação superior públicas e privadas da Paraíba.

Na Paraíba, a forma de acesso que prevalece nas instituições públicas é o ENEM/SISU, sendo a sistemática introduzida nessas instituições em diferentes anos. A primeira IES a introduzir tal formato foi o IFPB (2010), sendo seguido pelas demais: UFCG (2011), UFPB (2014) e UEPB (2015). No âmbito das Universidades Federais, antes do ENEM, prevalecia o vestibular como forma de acesso, a exceção da UFPB, onde registra-se em 2013 a prevalência do sistema de Avaliação Seriada.

Em relação às instituições privadas, identifica-se a prevalência do vestibular como forma de acesso em todos os anos considerados, a exceção de algumas instituições que, em diferentes momentos, definiram o ENEM como forma de acesso que prevalece, quais sejam: UNIPÊ (2012), UNIFACISA (2016) e FCM (2016).

3.3 Dados sobre Oferta de Cursos de Graduação Presencial

3.3.1 EXPANSÃO DA OFERTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

Inicialmente, trata-se de demonstrar o crescimento dos cursos de graduação presenciais no Brasil, tendo sido observado que, entre 2009 e 2017, houve um crescimento de 5.545 cursos de forma que, em 2009, o Brasil tinha 27.827 cursos e em 2017, 33.272 cursos. Somado a isso, pode-se dizer que a taxa média de crescimento dos cursos no Brasil foi de 2,3%. O ritmo de crescimento é ainda mais acelerado no Nordeste, pois no período entre 2009 e 2017 tem uma taxa média de crescimento igual a 9,5%. Foi observado que essa evolução citada do ano de 2017 se deu, principalmente, quanto as instituições do setor privado. No Estado da Paraíba, no geral, ao longo dos anos, o Estado teve uma taxa média de evolução de 4,7%, sendo que se registra uma diminuição de cursos apenas no ano de 2009 para o ano de 2010, mas com uma retomada entre os anos de 2010, com 379 cursos, e 2011, com 412 cursos, tendo sido considerando o maior percentual de evolução (8,71%) Os 379 cursos do Estado representam 7,7% do total de cursos do Nordeste e 1,3% do total de cursos do Brasil.

Com base na distribuição da oferta de cursos entre os setores público e privado, notou-se que há uma pre-

dominância dos cursos de graduação presenciais no setor público do Brasil e do Nordeste. Somado a isso, o setor público do Brasil tem um crescimento médio de 2,36% e o setor privado de 2,25%. No entanto, esse crescimento possui mais alternâncias para o setor público, pois a quantidade de cursos diminuiu em 2013 e 2017, enquanto no setor privado, o número de cursos ofertados cresceu entre os anos de 2009 e 2017. Por fim, observou-se que o crescimento da quantidade de cursos no setor privado da Paraíba é bastante evidente. Essa evolução é nove vezes maior que no setor público, de modo que no ano de 2009, a diferença entre os dois setores é de 122 cursos e em 2017, apenas 12 cursos.

Observando, agora, a distribuição dos cursos por mesorregiões da Paraíba para os setores público e privado, foi possível concluir que a maioria dos cursos está concentrada na Mata Paraibana e no Agreste Paraibano, especificamente no setor público. Somado a isso, verifica-se que a Borborema não apresenta cursos de graduação presenciais no setor privado e trata-se da mesorregião com a menor quantidade de cursos oferecidos.

O Sertão Paraibano apresenta uma taxa média de crescimento de 5% no período entre 2009 e 2017, de modo que o setor privado ultrapassa o setor público no ano de 2016. O Agreste Paraibano, com uma taxa média de crescimento igual a 3%, tem o setor público como destaque,

apesar de ter tido uma diminuição na oferta de cursos no ano de 2010. A Borborema, apesar da baixa quantidade de cursos, apresenta um crescimento médio de 7%, tendo destaque no crescimento de cursos ofertados entre o ano de 2010 e 2011. Por fim, a Mata Paraibana apresenta um crescimento médio de 5% entre os anos e apresenta um comportamento de predominância no setor público, com exceção do ano de 2014, 2016 e 2017.

3.3.2 OFERTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO POR ÁREAS DE CONHECIMENTO

Referente à divisão de áreas de conhecimentos dos cursos de graduação presenciais, constatou-se que no Brasil, a área que mais ofereceu cursos nos anos de 2009 e 2017, foi “Ciências sociais, negócios e direito”. Já no Nordeste, observou-se que a área de conhecimento que ofereceu mais evoluiu em ofertas de cursos foi “Engenharia, produção e construção” de tal forma que cresceu 103,8%, no Brasil, e 272,4%, no Nordeste.

Na Paraíba, verificou-se que há uma predominância nos cursos da área de “Ciências sociais, negócios e direito”, na qual apresentou 97 cursos, em 2009, e com um crescimento de 39,2%, passou a ter 135 cursos no ano de 2017. Além disso, a área que obteve a maior taxa de evolução, na Paraíba, foi “Engenharia, produção e construção”, que

registrou 41 cursos, em 2009, e com um crescimento de 112,2%, em 2017, passou a ter 87 cursos. Por fim, nota-se que a área “Humanidade e artes”, especificamente para os anos de 2009 e 2017, foi a única área que apresentou a mesma quantidade de cursos, possuindo 22 cursos.

Ainda analisando as áreas de conhecimento dos cursos de graduação presenciais da Paraíba, desta feita por organização acadêmica, observou-se que as Universidades têm como predominância cursos na área “Educação”, entre os anos de 2009 e 2017. Esta área teve uma tendência crescente de 2009 a 2013, ano em que os cursos da área “Educação” representaram 39,2% de todos os cursos ofertados nas Universidades, e possuiu tendência decrescente até o ano de 2017, com exceção do ano de 2015, que não houve alteração na quantidade de cursos.

Nos Centros Universitários, predominou-se a área “Saúde e bem-estar social”, durante os anos de 2009 e 2010, se equiparando a quantidade de cursos da área “Ciências sociais, negócios e direito”, nos anos de 2011 e 2012. Esta ultrapassou àquela e foi predominante entre os anos de 2013 e 2017.

Nas Faculdades, “Ciências sociais, negócios e direito” trata-se da área que apresenta maior porcentagem de cursos de graduação presenciais em todos os anos no período de 2009 a 2017. E, por fim, os Institutos Federais, possui maior

porcentagem de cursos na área “Engenharia, produção e construção”. Torna-se claro destacar também que não há organizações acadêmicas do tipo Centro Federais, na Paraíba.

A área de conhecimento dos cursos do setor público da Paraíba que mais se destacou foi “Educação” cujo maior crescimento foi entre os anos de 2009 e 2012. Esse também é um período que apresentou muitas mudanças de comportamento em outras áreas, como, principalmente, “Humanidade e artes” e “Ciências, matemática e computação”, que decrescem entre os anos de 2009 e 2011 e voltam a crescer em 2012.

Somado a isso, foi possível verificar que a área “Agricultura e veterinária”, com um crescimento médio ao longo dos anos igual a 3%, teve uma taxa de evolução maior que a área “Educação” com 2,3%. Em contrapartida, as únicas áreas que apresentaram uma taxa média negativa foi “Serviço”, com -1,3%, e “Humanidade e artes”, com -0,7%.

Quanto às áreas de conhecimento na Paraíba para o setor privado, diferentemente do setor público, verifica-se que “Ciências sociais, negócios e direito” e, em seguida, “Saúde e bem-estar social” foram as áreas que mais ofereceram cursos, entre os anos de 2009 e 2017. Elas possuíram uma taxa média de crescimento igual a 6% e 10,7%, respectivamente, constatando-se que mesmo a segunda área

possuindo menos cursos, o seu crescimento, ao longo dos anos, foi maior que a primeira área.

Ademais, registrou-se que a área “Engenharia, produção e construção” oferecia 4 cursos, no ano de 2009. Com uma taxa média de crescimento, durante todo o período retratado, igual a 43,8%, esta área cresceu para 43 cursos, em 2017, de forma a ser o maior crescimento do setor privado. Por fim, vale destacar, também, que a área “Agricultura e veterinária” só passa a existir nas instituições do setor privado da Paraíba no ano de 2017.

Analisando esse crescimento e percentual das áreas dos cursos de graduação presenciais do ponto de vista das mesorregiões da Paraíba, constatou-se que a maior porcentagem de cursos oferecidos no Sertão Paraibano encontra-se na área “Educação” de forma que chegou a representar 37,9% do total, em 2009. Em contrapartida, entre os anos de 2009 e 2017, essa mesorregião não apresentou nenhum curso na área “Humanidade e artes”.

No Agreste Paraibano, chegou-se a mesma conclusão de que a área “Educação” possui a maioria dos cursos de graduação presenciais da mesorregião. Esta representou 32,5% do total, em 2011. Em seguida, encontra-se “Ciências sociais, negócios e direito” que chega a representar 221,5% do total para os anos de 2009 e 2013.

Na Borborema, constatou-se que no ano de 2009, 72,8% do total de cursos são divididos de forma igual com a área “Educação” e “Engenharia, produção e construção”, com 4 cursos. Nos anos seguintes, as porcentagens de cursos de “Engenharia, produção e construção” diminuem gradativamente, permanecendo a maioria com a área “Educação”, que chega a representar 41,7% do total, em 2010. Somado a isso, vale ressaltar que entre 2009 e 2017, não houve presença das seguintes áreas: “Ciências, matemática e computação”, “Humanidades e artes”, “Saúde e bem-estar social” e “Serviços”.

A Mata Paraibana, diferentemente de todas as demais mesorregiões que predomina a área “Educação”, teve como maior porcentagem de cursos oferecidos a área “Ciências sociais, negócios e direito” de forma que chegou a representar 33,6% do total, em 2013. Já a área “Agricultura e veterinária” não houve presença em nenhum dos anos do período entre 2009 e 2017.

3.3.3 OFERTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO POR GRAU ACADÊMICO

Com relação ao crescimento e taxa de evolução dos cursos de graduação presenciais por grau acadêmico, para os anos de 2009 e 2017, na Paraíba, assim como no Brasil e no Nordeste, o grau acadêmico tecnológico foi o que mais cresceu, com uma taxa média de evolução igual a 97,9%,

de forma que entre o ano de 2009 e 2017, o setor privado cresceu 126,7% e o setor público cresceu 50%. Não muito diferente, o grau acadêmico bacharelado registrou um crescimento no setor privado de 109,9% e no setor público de 21,3%. Assim, no geral, o grau acadêmico bacharelado evoluiu 58,3% do ano de 2009 para o ano de 2017. Além disso, observa-se que os cursos de licenciatura com 98 cursos em 2009, tem um crescimento de 10,2% e resulta em 108 cursos no ano de 2017. No mais, os cursos de licenciatura tiveram um crescimento maior no setor privado, representando uma taxa de evolução igual a 12,5%.

Já observando esse crescimento na Paraíba por tipo de organização acadêmica, constatou-se que nas Universidades a maioria dos cursos são do grau acadêmico bacharelado, de forma que a representação de cursos dessa organização acadêmica em relação aos demais graus acadêmicos, aumenta em todo o período de 2009 a 2017. Já os cursos de licenciatura possuem um crescimento até o ano de 2011, representando 40,9% com 104 cursos, e decresce até o ano de 2017, representando 37,4% com 92 cursos. Somado a isso, verificou-se que os cursos de licenciatura não tinham nenhuma presença no ano de 2009 e chega a 2% com 5 cursos no ano de 2017.

Nos Centros Universitários, notou-se que não há crescimento na quantidade de cursos de licenciatura ao

longo dos anos, registrando apenas um curso. Os cursos de bacharelado e tecnológico apresentam um crescimento gradual. No ano de 2013, destacou-se um crescimento maior para os cursos tecnológicos de forma que apresentou 10 cursos, 6 a mais que o ano anterior. Por fim, o crescimento maior para os cursos de bacharelado deu-se no ano 2017, que com 18 cursos, aumentou em 5 cursos do ano anterior.

A organização acadêmica Faculdade, diferentemente das universidades, apresenta uma maior quantidade de curso de grau acadêmico tecnológico quando comparado aos de licenciatura. Pôde-se observar que, principalmente entre os anos de 2011 e 2013, o crescimento de cursos tecnológicos foi maior que os de bacharelado. No ano de 2013, por exemplo, esses números se aproximam de tal forma que os cursos tecnológicos chegam a representar 41,7% do total e os de bacharelado 52,2%.

Concluindo a análise da distribuição dos cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológico nas organizações acadêmicas da Paraíba, registrou-se que os Institutos Federais possuem maior presença de cursos tecnológicos, representando 85,7% no ano de 2009. No entanto, notou-se um crescimento de cursos dos demais graus acadêmicos de modo a no ano de 2017 a divisão ser distribuída com 22% de cursos tecnológicos, 20,6% de cursos de licenciatura e 14,7% de cursos de bacharelado.

Quanto ao aspecto da distribuição dos cursos por grau acadêmico em cada mesorregião da Paraíba, verificou-se mais uma vez que a maior presença de cursos está na Mata Paraibana. No entanto, pôde-se observar que o crescimento de cursos tecnológicos no Agreste Paraibano dá-se de tal forma que ultrapassa, a partir do ano de 2012, a quantidade de cursos deste mesmo grau acadêmico na Mata Paraibana. Somado a isso, notou-se que, com exceção da Borborema que possui maioria nos cursos de licenciatura, todas as mesorregiões apresentam maioria nos cursos de bacharelado e em seguida, licenciatura, neste caso, com exceção também para a Mata Paraibana.

3.4 Dados sobre a Dinâmica na Oferta de Cursos

Com a intenção de uma melhor análise dos cursos presenciais do Ensino Superior da Paraíba, faz-se necessário, também, o estudo do número de vagas oferecidas, inscritos, matrículas e concluintes. Dessa forma, permitirá conclusões relacionados ao desenvolvimento de tais cursos em relação a todo o Brasil e Nordeste. Mais uma vez, destaca-se que não foram considerados para o presente estudo, os cursos sequenciais e com área básica de ingresso.

3.4.1 NÚMERO DE VAGAS DE GRADUAÇÃO OFERECIDAS

Avaliando o crescimento das vagas dos cursos de graduação presenciais, verificou-se que o Brasil obteve um crescimento de 673.009 vagas entre 2009 e 2017. Já no Nordeste, observou-se que esse número é sempre crescente se destacando ainda mais no ano de 2017, pois com 1.034.403 vagas oferecidas, representa 26,95% de todo o Brasil.

Na Paraíba, constatou-se um crescimento no número de vagas entre os anos de 2009 e 2017, com exceção do último ano que houve uma diminuição. No entanto, pôde-se observar que mesmo sendo oferecido um número maior de vagas a cada ano, em 2015 a porcentagem de representação dessas vagas do Estado no Brasil e no Nordeste houve uma certa diminuição com relação ao ano anterior. Isso pode-se dar a um crescimento mais acelerado em outros estados do país.

O número de vagas que mais cresceu entre o ano de 2009 e o ano de 2017 foi na organização acadêmica Centro Universitário, registrando uma taxa de crescimento igual a 139%. Em segundo lugar, as vagas oferecidas pelas Faculdades obtiveram um crescimento de 133%. Em contrapartida, a organização acadêmica que registrou um menor crescimento nas vagas foi a Universidade, disponibilizando, no ano de 2017, apenas 11% a mais das vagas oferecidas no ano de 2009.

Somado a isso, verificou-se na distribuição das vagas para cursos de graduação presenciais na Paraíba por organização acadêmica, que no ano de 2009 o Estado apresentou 34.006 vagas para as Instituições de Ensino Superior. Esse número é dividido de forma que 43,7% do total pertence as Faculdades, com 14.876 vagas, 42,6% pertencem as Universidades, com 14.500 vagas, 10,2% aos Centros Universitários, com 3.460 vagas, e 3,4% aos Institutos e Centros Federais, com 1.170 vagas. Essas porcentagens apresentam variações ao longo dos anos de modo que a maior taxa de crescimento médio ocorre nos Centros Universitários com 13,1%, principalmente influenciado pela evolução do número de vagas do ano de 2014 para 2015.

Referente à divisão das vagas de cursos de graduação presenciais em cada mesorregião da Paraíba, observou-se uma concentração principalmente na Mata Paraibana, variando entre 53,4% em 2013 e 60,8% em 2015 para o total de cursos no ano em todo o Estado. Em seguida, constatou-se que o Agreste Paraibano varia entre 25,1% em 2015 e 29,5% em 2014. Por fim, o Sertão Paraibano varia entre 12,3% em 2015 e 14,8% em 2011, e a Borborema varia entre 1,6% em 2017 e 2,8% nos anos de 2011 e 2012.

Além disso, verificou-se que o número de vagas foi sempre crescente na Mata Paraibana e no Sertão Paraibano ao longo dos anos entre 2009 e 2017. No entanto, não foi

possível observar esse mesmo comportamento nas demais mesorregiões da Paraíba. Constatou-se que o Agreste Paraibano teve um número crescente de vagas até o ano de 2014, obtendo uma diminuição de 2.120 vagas, voltando a crescer no ano de 2016 e havendo novamente uma diminuição, desta vez em 499 vagas, no ano de 2017. Finalmente, na Borborema observou-se um crescimento até o ano de 2013 de modo que as 1.270 vagas oferecidas são mantidas no ano seguinte e havendo diminuições em 2015 e 2017, com diferenças de 240 e 230 vagas, respectivamente.

3.4.2 INSCRITOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Analisando o crescimento do número de inscritos no Brasil, Nordeste e Paraíba, percebeu-se que o ano de 2012 foi um ano de destaque em que apresentou um grande crescimento nos ingressos. Em contrapartida, do ano de 2014 para o ano de 2016 houve uma certa queda nos ingressos dos cursos de graduação presenciais, como a diminuição de 10,2%, 9,1% e 11,5% no Brasil, Nordeste e Paraíba, respectivamente.

Somado a isso, pôde-se concluir que o crescimento dos ingressos no Nordeste é mais acelerado do que o do Paraíba, que é mais acelerado que o do Brasil. O Nordeste apresenta uma taxa média de crescimento igual a 9,7%, destacando-se principalmente o ano de 2017, com um

crescimento de 39,7%. A Paraíba apresenta taxa média de crescimento igual a 6,2% e o Brasil cresce, em média, 2,8% a cada ano.

Observando o número de ingressantes na Paraíba para os setores público e privado, percebeu-se que o setor público possui a maioria dos ingressos do Estado até o ano 2013, estando até esse mesmo ano sempre crescendo. No entanto, o setor privado com um crescimento acelerado ultrapassa o número de ingressantes após o ano de 2014 e sofre uma redução nos ingressos até o ano de 2016, voltando a crescer no ano de 2017.

Comparando esses resultados com as vagas oferecidas nos cursos de graduação presenciais da Paraíba que já foram citadas, notou-se que os cursos, na maioria dos anos, não tiveram todas as suas vagas preenchidas. Observou-se que em 2016 destaca-se a maior porcentagem de vagas ociosas em todo o período entre 2009 e 2017, registrando que 37,5% das vagas oferecidas neste ano não foram preenchidas.

Somado a isso, constatou-se que em todos os anos as vagas ociosas foram predominantes nas instituições privadas de Ensino Superior da Paraíba, como por exemplo o ano de 2016, que possuiu 52% de vagas ociosas dentre todas as oferecidas no ano citado. Do contrário, o setor público registrou

uma baixa porcentagem de vagas ociosas, verificando que nos anos de 2012, 2013 e 2015 essa porcentagem foi nula.

Observando a distribuição dos inscritos por mesorregiões da Paraíba, verificou-se que se predominam os inscritos, em ordem decrescente, na Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Sertão Paraibano e Borborema. Além disso, notou-se comportamentos semelhantes no crescimento na Mata Paraibana e no Agreste Paraibano, que tiveram baixas nos anos de 2015 e 2016, e no Sertão Paraibano e Borborema, que apresentaram baixas nos anos de 2010, 2015 e 2017.

Ademais, a Mata Paraibana teve como representação de toda a Paraíba a porcentagem entre 52,1% no ano de 2013, e 57,2% no ano de 2017. O Agreste Paraibano variou entre 26,2% dos inscritos no ano de 2009, e 32,2%, em 2013. O Sertão Paraibano representou o Estado entre 12,8%, em 2010, e 15,1% de todos os ingressos, em 2016. Por fim, a Borborema teve porcentagens entre 1,5% no ano de 2010, e 3% em 2012.

3.4.3 MATRÍCULAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Com relação às matrículas, o Brasil tem como maioria as matrículas de cursos de graduação presenciais em instituições privadas de Ensino Superior com uma taxa de crescimento médio igual a 2,8%. Apesar do crescimento das matrículas do setor privado, constata-se, que nos anos de

2016 e 2017, houve uma redução nas matrículas em 125.108 e 90.832 vagas, respectivamente, o mesmo que uma redução de 4,5% de 2015 para 2017. Entretanto, o setor público, mesmo com um menor número de matrículas teve um crescimento médio maior que o setor privado, registrando 3,9%.

No Nordeste, verificou-se um crescimento muito mais acelerado nos dois setores. Diferentemente do Brasil, o setor privado não só possui um número maior de matrículas, como também apresenta um maior crescimento médio, este igual a 10,3%, e o crescimento médio do setor público igual a 7,8%. Por fim, notou-se que no ano de 2017, o Nordeste obteve um acréscimo de matrículas disparado, representando um aumento de 33%, com maior ênfase no setor público.

Na Paraíba, foi possível observar que, diferentemente do Brasil e do Nordeste, o maior número de matrículas está presente no setor público. Apesar disso, do ano de 2015 até 2017, constatou-se uma redução nas matrículas do setor público de 4,2%. Por fim, o crescimento médio é maior no setor privado de tal forma que ultrapassa o número de matrículas do setor público no ano de 2017.

Quanto ao número de matrículas por organização acadêmica, verificou-se que se predominam as matrículas nas Universidades da Paraíba e em seguida, a Faculdade. Notou-se que as matrículas das Universidades crescem até o

ano de 2015 e sua porcentagem de representação em todo o Estado varia de 57%, em 2011, e 43,5%, em 2017. Somado a isso, as Faculdades crescem no número de matrículas até o ano de 2016 e varia entre 30,8%, em 2011, e 38,3%, em 2016. Apesar da maioria das matrículas estarem presentes nas Universidades, registrou-se que as Faculdades tiveram um crescimento mais acelerado com uma taxa de crescimento médio igual a 9,6%, enquanto as Universidades foram de 4,8%.

As demais organizações acadêmicas, como Centro Universitário e Instituto Federal, tiveram um crescimento de matrículas ainda mais acelerado. Os Centros Universitários variaram entre 7,8% das matrículas de todo o Estado, em 2011, e 12,6%, em 2017, com uma taxa de crescimento médio igual a 11,1%. Já as matrículas dos Institutos Federais variaram entre 4% no ano de 2009, e 6,4% no ano de 2016, porém obteve um crescimento maior que todas as organizações acadêmicas com uma taxa média igual a 13,8%.

Observando a distribuição das matrículas nas mesorregiões da Paraíba, constatou-se que o maior número está na Mata Paraibana que varia no percentual de representação de todo o Estado entre 50,8% no ano de 2014 e 56,4% no ano de 2009. No entanto, verificou-se que apesar da Borborema ser a mesorregião que possui um menor número de matrículas, foi a que mais cresceu no período entre 2009 e

2017. Notou-se que a Borborema, que em 2009, apresentou apenas 827 matrículas, passa a ter 2.978 matrículas no ano de 2017. Isso representa uma taxa média de crescimento de todos esses anos igual a 19,8%. Para efeitos de comparação, verificou-se que a taxa média de crescimento para a Mata Paraibana foi de 6,4%, para o Agreste, 9,5%, e para o Sertão, 6,1%.

3.4.4 CONCLUINTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Retratando-se do número de concluintes nas IES do Brasil, notou-se que, entre os anos de 2009 e 2012, esse número só cresceu, e em 2013, houve uma redução do número de concluintes no Brasil de 5,3%, voltando a crescer nos seguintes anos, resultando em todo o período uma taxa média de crescimento de 1,8%.

No Nordeste, observou-se que o crescimento foi aproximadamente cinco vezes maior que o do Brasil, não apresentando nenhuma redução no número de concluintes no período entre 2009 e 2017.

A Paraíba teve um crescimento seis vezes maior em relação ao Brasil e também se sobressaiu ao crescimento do Nordeste, pois o Estado teve uma taxa média de crescimento igual a 11,3%. Excepcionalmente, nos anos de 2012 e 2014, o Estado obteve uma redução no número de concluintes, sendo uma baixa de 2% e 3,5%, respectivamente.

Na relação entre o número de matrículas e concluintes, observou-se que o número de pessoas que se matriculam é extremamente maior que o número de pessoas que concluem um curso de graduação presencial na Paraíba. Em contrapartida, notou-se que nos anos de 2016 e 2017, houve uma redução no número de matrículas, enquanto o número de concluintes continuou a crescer.

Analisando o crescimento do número de concluintes, constatou-se que o número de concluintes é predominante no setor público com uma grande diferença do número de concluintes no setor privado. No setor privado, constatou-se, no período entre 2009 e 2017, uma taxa média de 13,4%.

Observando a relação entre o número de ingressos e concluintes, analisou-se que apenas no ano de 2017, especificamente no setor público, o número de concluintes chegou a representar um pouco mais da metade do número de ingressantes. Todos os demais anos analisados apresentaram taxas de sucesso abaixo de 50%, variando entre 28,5% e 48,3%, para o setor público, e entre 20,4% e 41,8%, para o setor privado. Com isso, conclui-se que apesar da maioria de ingressantes está equilibrada entre os dois setores, percebeu-se que há uma maior quantidade de concluintes no setor público, permitindo assim taxas de sucesso maiores.

Por fim, a distribuição dos concluintes de acordo com as mesorregiões da Paraíba foi vista predominantemente

na Mata Paraibana, onde obteve variação entre 50,3% no ano de 2014, e 67,8% no ano de 2009, em relação a todos os concluintes da Paraíba. No entanto, apesar dessa predominância, a Borborema, que possuiu um número tão baixo entre 2009 e 2017, possui um dos maiores crescimentos médios junto com o Agreste Paraibano.

IV. CONCLUSÕES

Esse estudo trata de compreender o processo de organização institucional da educação superior no Estado da Paraíba, no contexto da expansão, considerando a organização acadêmica e a categoria administrativa, bem como as formas de acesso ao ensino superior, no período relativo ao ano de 2009 e perdura até o ano de 2017, com foco na graduação na modalidade presencial. Considerando, também, a oferta de cursos, por área de conhecimento e por grau acadêmico, buscando compreender a dinâmica dessa oferta, tanto do ponto de vista institucional, no tocante à oferta de vagas, como do ponto de vista da matrícula, inscrição e conclusão de cursos.

O estudo começa no ano de 2009 e perdura até o ano de 2017, com foco na graduação na modalidade presencial.

Como principais achados deste estudo sobre a expansão da educação superior no Estado da Paraíba, destacamos:

- a. Que, em termos quantitativos, foi identificado, no período em estudo, um aumento de cinco instituições de ensino superior na Paraíba, passando de 37 IES para 42.
- b. No setor público o crescimento foi nulo, mantendo-se quatro instituições, enquanto o setor privado registrou um crescimento significativo.
- c. O tipo de organização acadêmica de centros universitários obteve um crescimento superior aos demais tipos de organização acadêmica, enquanto que a segunda que mais cresceu foram as faculdades.
- d. Há concentração de Instituições na região da Mata Paraibana, mas constata-se um processo de interiorização voltado tanto para o Sertão Paraibano como para o Agreste Paraibano.
- e. Destaca-se que a mesorregião de Borborema não apresenta dados sobre Instituições, isso pode se dever ao fato de lá existir apenas campus.

- f.** Quanto às formas de acesso ao ensino superior constata-se prevalência, na atualidade, do ENEM/SISU nas instituições públicas, enquanto que nas instituições privadas, identifica-se a prevalência do vestibular como forma de acesso em todos os anos considerados, com exceção de alguns Centros Universitários, que admitem o ENEM/SISU.
- g.** Dessa forma, constata-se que, enquanto o setor público introduz um grau de complexidade para o ingresso no ensino superior, em contraposição, nas Instituições privadas, prevalece o vestibular como principal forma de acesso, especialmente nas faculdades, como uma forma mais própria e mais facilitada de acesso.
- h.** Que há uma expressiva ampliação de cursos e vagas no Estado da Paraíba,
- i.** Esta ampliação está mais concentrada na zona da mata (área onde se situa a capital) mais que no interior, ainda que há que se considerar um expressivo processo de interiorização, especialmente para o sertão paraibano seguido do agreste. A região da Borborema, apesar de possuir baixa quantidade de curso de graduação, apresenta

crescimento na oferta da educação superior no Estado.

- j.** Considerando a relação público x privado, é notória a expansão do setor privado no Estado, acompanhando o comportamento no Brasil e no Nordeste, isso não impede de considerar, por outro lado, o expressivo crescimento de cursos e de vagas no setor público.
- k.** Quanto a oferta de cursos por área de conhecimento, destaca-se um comportamento variado em função do tipo de instituição: nas Universidades, a área de “educação”; nos Centros Universitários, “saúde e bem estar social” seguido de “ciências sociais, negócios e direito”; nos Institutos Federais, “engenharia, produção e construção”; e nas Faculdades, “ciências sociais, negócios e direito”. Destaca-se que a área “humanidade e artes” somado a “serviço” foram as áreas que menos ofertaram cursos no Estado.
- l.** Quanto ao comportamento desta oferta de cursos no Estado da Paraíba, do ponto de vista institucional, constata-se expressivo aumento do número de vagas.

- m.** No entanto, há uma ociosidade no uso dessa capacidade instalada. Quando analisamos o número de inscritos, verificamos uma queda bastante acentuada.
- n.** Quanto ao número de concluintes, o Estado da Paraíba apresenta índices superiores que o Brasil e a região Nordeste, com destaque para o setor público. No entanto, ainda que seja um dado positivo, quando visto comparativamente, considerando as necessidades formativas em nível superior para o Estado e considerando a capacidade instalada nas IES, necessário se faz reforçar estratégias de permanência e de combate à evasão.

Esses achados estão relacionados ao Mapa da Educação Superior da Paraíba. Além disso, devem subsidiar estratégias de gestão das instituições de educação, bem como, a elaboração e regulação de políticas e projetos educacionais voltadas à educação superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. (em línea): http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso: 02 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

INEP. Educação brasileira superior 1991 2004 - Paraíba. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

PARAIBA. Plano Estadual de Educação. João Pessoa: Secretaria de Educação do Estado, 2006

PARAIBA. Plano Estadual de Educação. 2015 – 2015. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/07/Lei-nº-10.488-Plano-Estadual-de-Educação-ANEXO-DO-PLANO-ESTADUAL-1-3-1.pdf>. Acesso em 15 de fevereiro de 2019.

MOROSINI, M. C. (org.). Enciclopédia de Pedagogia Universitária, v. 1. POA: FAPERGS/RIES, 2003.

RAMOS, Marília Patta. Métodos Quantitativos e Pesquisa em Ciências Sociais: Lógica e utilidade do uso da Quantificação nas Explicações dos Fenômenos Sociais. In: Revista Mediações. Londrina, V. 18 N. 1, P. 55-65, JAN./JUN. 2013.

Sites e Documentos consultados:

<http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>

<https://emec.mec.gov.br/>

<https://blog.faro.edu.br/5-tipos-de-instituicoes-de-ensino-superior-e-suas-diferencas/>

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/questionarios_e_manuais/2013/glossario_modulo_ies_censup_2013.pdf

<https://www.mundovestibular.com.br/cursos/qual-a-diferenca-entre-bacharelado-licenciatura-e-tecnologo>

http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html



CAPÍTULO 5

A CONDIÇÃO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PARAIBANO²⁷

- » Ana Paula Furtado Soares Pontes
- » Damião de Lima

I. INTRODUÇÃO

O fenômeno da expansão da educação superior brasileira e, particularmente, do estado da Paraíba nas últimas décadas tem despertado a atenção de estudiosos, sendo alvo de pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto intitulado “Mapa da Educação Superior da Paraíba: análise do setor público e privado”, vinculado à Chamada Universal MCTI/CNPq Nº 01/2016, aprovado pelo CNPQ, em 2017.

Essa expansão se insere no conjunto de políticas e programas elaborados pelo Governo Federal (1991-2012),

27 O projeto contou com a colaboração da bolsista PIBIC Bianca Ribeiro Lima Marques.



notadamente a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº 9.394/1996). É observado uma expansão em todo o território nacional, de modo a não considerar apenas o âmbito público como também o privado e isso se dá quanto ao número de instituições, cursos, matrículas, concluintes e até mesmo o número de docentes. Tudo isso investido a partir de processos globais de inclusão e de democratização da educação.

Os efeitos da expansão da educação superior, segundo Mancebo (2015), podem ser positivos e negativos. A expansão é positiva por favorecer o acesso da população ao Ensino Superior, entretanto, pode ser considerada negativa,

[...] particularmente no que tange ao perfil dos cursos e das carreiras criadas pelas instituições privadas, cuja expansão se dá sob a influência direta de demandas mercadológicas, valendo-se dos interesses da burguesia desse setor em ampliar a valorização de seu capital com a venda de serviços educacionais. (MANCEBO, 2015, p. 33).

A partir dos anos de 1990, iniciou-se um processo de privatização do Ensino Superior apresentado em uma pesquisa realizada por Ristoff (2013). Em 2011, 88% das IES, 68% dos cursos, 74% das matrículas e 79% dos concluintes pertenciam ao setor privado. É possível que, nas unidades federativas de todo Brasil, a expansão do Ensino Superior seja visível, também com predominância do setor privado. No tocante ao Ensino Superior, na Paraíba, de acordo com

o Plano Estadual de Educação, constata-se que, com base nos dados do Censo do ano 2013, o estado contava com 36 IES, das quais 32 eram privadas e 4 públicas, sendo 21 distribuídas na capital e 15, no interior.

Somado a isso, houve também o crescimento do número de docentes em exercício na Paraíba entre os anos de 2009 e 2018 de acordo com os dados apresentados pelo INEP. Para o estudo da condição docente no estado da Paraíba, foram considerados os dados relativos à titulação (grau de formação), ao sexo, à idade e ao regime de trabalho, considerando a organização administrativa – pública e privada –, as organizações acadêmicas – universidade, centro universitário, faculdade, Instituto Federal (IF) e CEFET – e, por fim, as mesorregiões da Paraíba.

O Plano Estadual de Educação aborda a questão da condição docente na meta 21, que corresponde à meta 13 do Plano Nacional de Educação. Esta meta trata-se do melhoramento da qualidade da educação superior do estado da Paraíba além de ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

Dessa forma, ao reunir informações relativas ao período 2009 a 2018, pudemos verificar se a concentração de aumento das funções docentes se deu no setor público

ou privado, bem como se houve mudanças importantes no regime de trabalho, considerando o cenário atual de diversificação das IES privadas. Além disso, em termos de formação, buscou-se constatar a titulação docente – Especialização, Mestrado e Doutorado – e o regime de trabalho das funções docentes, considerando a organização administrativa e acadêmica públicas e privadas, buscando analisar as tensões e contradições entre esses setores.

A discussão desses dados da Paraíba se articulou com os apresentados no cenário nacional e regional, lançando luzes sobre as especificidades e semelhanças da mudança do perfil dos docentes da Paraíba no contexto da expansão da educação superior no país no período estudado. Entretanto, cabe destacar que os dados aqui trabalhados não se referem aos docentes considerados individualmente, mas às funções docentes, uma vez que o Censo da Educação Superior considera os docentes por vinculação institucional, podendo um mesmo docente ser contabilizado mais de uma vez, a depender da quantidade vínculos que possua com as IES. Assim, neste estudo, quando tratamos dos dados docentes, estamos nos referindo às funções docentes.

II. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Do ponto de vista metodológico, entendendo que a problemática exige uma análise pautada em dados quantitativos, a pesquisa adotou abordagem quantitativa e, também, qualitativa de modo articulado, considerando os propósitos assinalados por Ramos (2013) para a análise de problemas da realidade social relativos ao processo de descrição e comparação, de estabelecimento de nexos causais e de inferência de resultados a partir de amostra.

A pesquisa se desenvolveu a partir da coleta de dados do período de 2009 a 2018, considerando o Ensino Superior presencial, organizado em duas fases. A primeira, relativa aos estudos teóricos, à organização de categorias e à identificação das variáveis a serem trabalhadas. A segunda, relativa ao levantamento e análise de dados no Censo da Educação Superior (MEC/INEP). Ressalta-se que, devido à grande quantidade de dados, decidiu-se apresentar neste artigo, com maior ênfase, os resultados referentes aos anos de 2009, 2012, 2015 e 2018.

Visto que o Censo do Inep é composto por muitas variáveis, neste estudo, da base de dados dos docentes, escolheu-se a organização acadêmica em que o docente trabalha, sendo elas: universidade, centro universitário,

faculdade e IF/CEFET²⁸. Além disso, analisou-se o perfil dos docentes utilizando as variáveis sexo (feminino ou masculino), titulação composta por docentes com níveis de Especialização, Mestrado e Doutorado. Nota-se que todas as titulações abaixo da Especialização foram unidas em uma só categoria devido à quantidade de docentes com as mesmas serem bem menores. Por fim, o regime de trabalho distribuído em tempo integral, parcial ou horista.

Com o levantamento de dados, entendeu-se que a melhor forma de abordagem para esses dados seria com a dimensão país, região e estado, ou seja, Brasil, Nordeste e Paraíba. Com o fim de abordar de forma mais específica o estado da Paraíba, o estudo também tratou a divisão dos dados pelas mesorregiões da Paraíba (Sertão Paraibano, Agreste Paraibano, Mata Paraibana e Borborema). No entanto, observou-se a falta de dados referentes à Borborema. Por isso, a pesquisa continuou apenas nas demais mesorregiões.

28 O Censo da Educação Superior apresenta os dados das IES da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica sem discriminar os dados dos CEFETs e dos Institutos Federais (IFs). Entretanto, cabe ressaltar que existem apenas dois CEFETs no país, ambos na região Sudeste: o CEFET Minas Gerais e o CEFET Celso Suckow da Fonseca, no Rio de Janeiro. Na Paraíba, temos apenas um Instituto Federal.

Quanto às análises dos dados, o tratamento estatístico se desenvolveu por meio do auxílio de *software R*, “uma linguagem orientada a objetos criada em 1996 por Ross Ihaka e Robert Gentleman que aliada a um ambiente integrado permite a manipulação de dados, realização de cálculos e geração de gráficos” (SOUZA; PETERNELLI; MELLO, 2014). Sobre a forma de apresentação dos dados, será analisado primeiramente as quantidades gerais de docentes no Brasil, no Nordeste e na Paraíba de forma a destacar o seu crescimento. Após isso, será identificado o perfil do docente, quanto ao sexo, à titulação e ao regime de trabalho. A apresentação dos dados será feita por meio de gráficos de linhas e barras assim como tabelas que informam a frequência absoluta, valor bruto, e a frequência relativa, valor em porcentagem. Além disso, para alguns casos é também calculada a taxa de crescimento que tem como referencial o crescimento do ano estudado (V_p – *valor posterior*) ao ano anterior (V_a – *valor anterior*) conforme a fórmula a seguir:

$$\text{Taxa de crescimento (\%)} = \frac{V_p}{V_a} \times 100$$

III. ANÁLISE DOS DADOS: RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Expansão do número de docentes de cursos de graduação presenciais

Inicialmente, com o objetivo de relatar a evolução do número de docentes no período entre 2009 e 2018, verifica-se que esta foi majoritariamente crescente. O Brasil possuía 359.089 docentes no ano de 2009 e passou a ter 397.893 docentes no ano de 2018. No entanto, nota-se que esse crescimento foi muito maior no Nordeste e na Paraíba. A tabela abaixo mostra que a taxa de crescimento dos docentes no Brasil do ano 2009 para 2012 foi de 5,5%, enquanto no Nordeste foi de 12,0% e, na Paraíba, de 15,3%. Somado a isso, verifica-se que esse crescimento foi mais lento dos anos de 2015 para o ano de 2018, chegando até mesmo a decrescer em 0,8% o número de docentes no Brasil.

CAPÍTULO 5

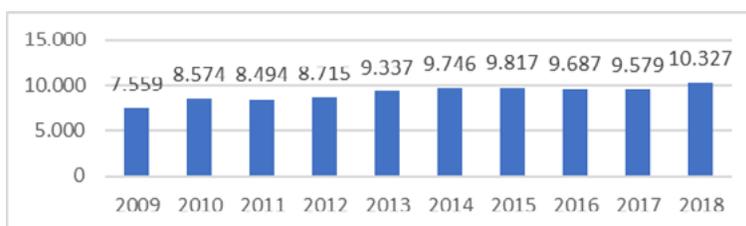
TABELA 1. EVOLUÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO DOS DOCENTES – BRASIL, NORDESTE E PARAÍBA – 2009, 2012, 2015 E 2018

Ano	Brasil	Nordeste	Paraíba	Taxa de crescimento (%)		
				Brasil	Nordeste	Paraíba
2009	359.089	70.089	7.559	-	-	-
2012	378.939	78.507	8.715	5,5	12,0	15,3
2015	401.299	86.601	9.817	5,9	10,3	12,6
2018	397.893	90.499	10.327	-0,8	4,5	5,2

Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

Visto que o crescimento dos docentes na Paraíba foi mais acelerado nos anos apresentados na Tabela 1, foi de grande importância apresentar os dados gerais do estado ano a ano, como é possível ver no gráfico a seguir.

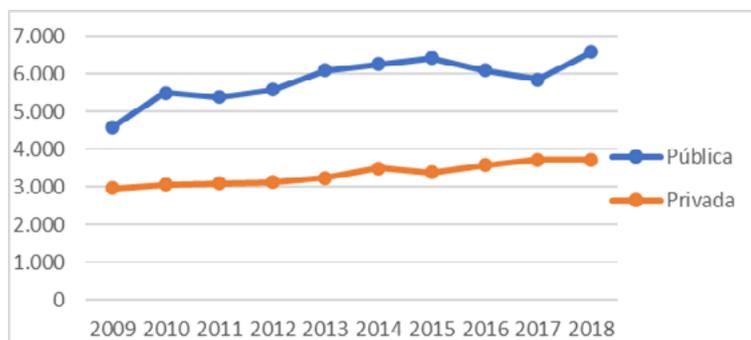
GRÁFICO 1. CRESCIMENTO DO NÚMERO DE DOCENTES – PARAÍBA – 2009 A 2018



Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

Cabe destacar que os únicos anos em que houve uma queda no número de docentes foram 2011, com 8.494 docentes; 2016, com 9.687 docentes; e 2017, com 9.579 docentes. Para compreendermos melhor esse panorama, recorreremos aos dados referentes ao crescimento do número de docentes das IES por organização administrativa (público e privada), que nos permitiu identificar algumas particularidades que precisam ser ressaltadas, conforme verifica-se no gráfico 2, que segue:

GRÁFICO 2. CRESCIMENTO DO NÚMERO DE DOCENTES NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO -PARAÍBA – 2009-2018



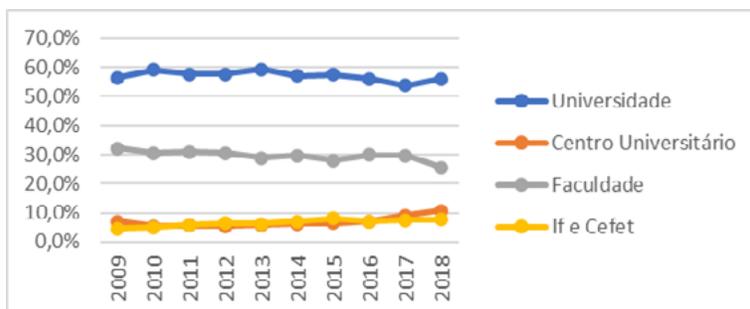
Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

Observa-se pelo gráfico 2 que, entre 2015 e 2017, os valores são decrescentes no setor público, contrastando com o crescimento no setor privado. Já de 2017 para 2018, verifica-se que o número de docentes no setor público apresentou um elevado crescimento, diferentemente do setor privado, que apresenta uma tendência de declínio.

Entre os anos de 2009 e 2018, verifica-se que a predominância do número de docentes da Paraíba esteve sempre no setor público, devido às universidades serem a organização acadêmica que mais apresenta docentes. Embora isso, é válido destacar que, entre os anos de 2015 e 2017, o número de professores reduziu no setor público de forma contrária à expansão que houve no setor privado.

Ao lançarmos o olhar sobre os dados relativos ao crescimento percentual dos docentes por organização acadêmica, alguns aspectos chamam a atenção. Vejamos os dados no Gráfico 3:

GRÁFICO 3. CRESCIMENTO PERCENTUAL DE DOCENTES POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA – PARAÍBA – 2009-2018



Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

Considerando o leve decréscimo no número de docentes de instituições privadas entre 2014 e 2015 verificado no gráfico 1, com esse novo gráfico por organização administrativa, podemos compreender que tal redução é verificada no âmbito das faculdades. Ao consultarmos o quantitativo de instituições nesse período, identificamos a redução de uma IES privada, uma vez que, em 2014, haviam 33 instituições privadas, passando a 32, em 2015. Assim, podemos inferir que tal situação em alguma medida possa ter se refletido na redução do número de docentes em 2015.

Outro aspecto que ainda se destaca é a redução do percentual de docentes de instituições privadas entre 2017 e 2018, contrastando com o aumento no número dessas IES neste período, que passou de 38 em 2017 para 41, em

2018, dado o surgimento de mais um centro universitário e mais duas faculdades no estado.

Outra possibilidade de compreensão da evolução do número de docentes é articularmos com os dados sobre as matrículas e o número de cursos por IES, visto que as funções docentes guardam relação com tais dados. O acesso aos macrodados do Censo da Educação Superior no período 2009-2012 indica que houve um aumento de 44,7% de matrículas na graduação presencial das IES privadas, processo que perdurou no período seguinte (2012-2015), chegando a 49%, decaindo de forma expressiva entre 2015 e 2018, com apenas 4,17% de aumento de matrículas, conforme se verifica no quadro a seguir:

QUADRO 1. TOTAL DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR POR CATEGORIA DE IES -PARAÍBA - 2009-2018

TOTAL DE ESTUDANTES			
Ano	Categoria	Paraíba	Aumento
2009	Pública	56840	-
	Privada	39002	-
2012	Pública	90002	-
	Privada	56453	44,7%

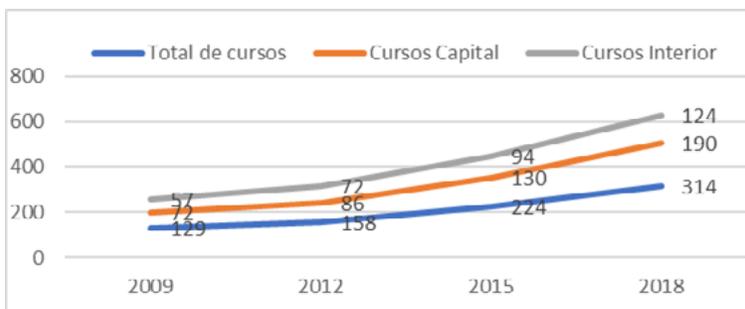
CAPÍTULO 5

2015	Pública	96464	
	Privada	84111	49%
2018	Pública	92238	
	Privada	87619	4,17%

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior do Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP).

Já o número de cursos oferecidos nesse período variou conforme gráfico 4, a seguir:

GRÁFICO 4. CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL DAS IES PRIVADAS, POR LOCALIZAÇÃO (CAPITAL E INTERIOR), 2009-2018



Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

Pela evolução do número de cursos oferecidos, verifica-se um investimento expressivo na oferta de cursos, tanto na capital, quanto no interior, chegando a no período de 2009 a 2018, haver um aumento na oferta total de cursos de 143, 4%, passando de 129 para 314 cursos. Na capital, a

oferta aumentou de 163,9% e, no interior, 117,5%. Em que pese o aumento do número de estudantes não tenha sido tão expressivo como dos cursos, é de supor que para as IES oferecerem tais cursos haveria de se investir na contratação de mais professores, o que se fez refletir no aumento das funções docentes, entretanto, com menor intensidade.

Outra forma de verificar a taxa de crescimento do número de docentes do Ensino Superior no estado é considerar sua distribuição nas mesorregiões da Paraíba. Nota-se que os docentes estão concentrados, principalmente no setor público da Mata Paraibana e, em seguida, no setor público do Agreste paraibano, conforme se observa na tabela 2, a seguir:

TABELA 2. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES – MESORREGIÕES DA PARAÍBA – 2009, 2012, 2015 E 2018

Ano	Sertão Paraibano	Agreste Paraibano		Mata Paraibana	
	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2009	481	2.248	500	3.803	527
2012	594	2.489	545	3.099	1.988
Taxa de aumento					
2009-2012 (%)	23,5	10,7	9	-18,5	227,20
2015	667	2.892	609	3.537	2.112

CAPÍTULO 5

Taxa de aumento					
2012-2015 (%)	12,3	16,2	11,7	14,1	6,2
2018	729	2.953	770	3.624	2.251
Taxa de aumento					
2015-2018 (%)	9,3	2,1	26,4	2,4	6,6

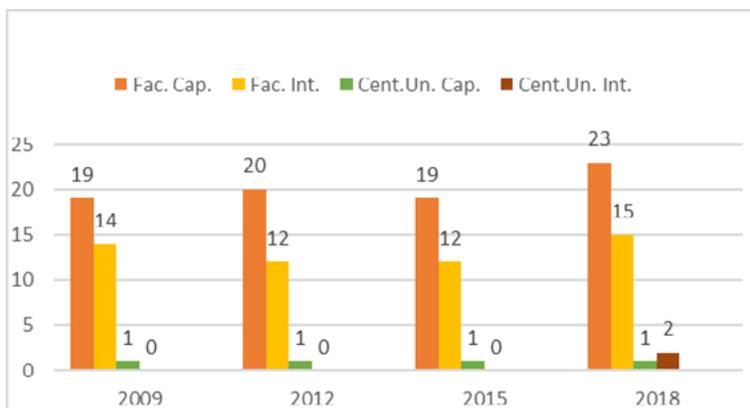
Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

Na tabela, verifica-se que o número de docentes foi crescente nos quatro anos em estudo, com exceção do setor público da Mata Paraibana que apresentava 3.803 docentes no ano de 2009 e decresceu para 3.099 docentes no ano de 2012, voltando a crescer nos anos de 2015 e 2018, com aumento de 6,2 % e 6,6%, respectivamente, reflexo do Reuni, que investiu na democratização e na interiorização das federais.

No setor privado, o crescimento foi mais expressivo entre 2009-2012 (227,20%) na Mata paraibana, seguido por outro aumento de 26,4% no Agreste paraibano, evoluções que estão relacionadas com o surgimento de novas IES privadas na capital e no interior, bem como o aumento na oferta de cursos, conforme verifica-se no gráfico 5, a seguir:

CAPÍTULO 5

GRÁFICO 5. NÚMERO DE IES PRIVADAS DA PARAÍBA, POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E LOCALIZAÇÃO (CAPITAL E INTERIOR), 2009-2018



Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

No gráfico 5, identifica-se um aumento no número de instituições presentes no interior do estado, com destaque para o surgimento de dois centros universitários em 2018²⁹ e o aumento do número de faculdades no interior em 2018. Registre-se, ainda, que a redução do número de faculdades do interior também está associada ao surgimento de dois centros universitários no interior. Tal evolução do número de IES e, conseqüentemente, no número de cursos ofertados se refletiu em aumento do número de funções docentes, em que pese não possamos definir em que termos tenha ocorrido tal impacto pelos dados disponíveis até então.

²⁹ Um desses centros universitários surgiu em 2017, entretanto, como os dados em estudo se referem ao ano de 2018, neste Censo ele é informado junto ao que surgiu nesse ano.

3.1.1. PERFIL DOS DOCENTES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS

Analisando o perfil dos docentes de cursos de graduação presenciais em exercício, nos anos 2009, 2012, 2015 e 2018, observa-se a predominância de docentes do sexo masculino no país, inclusive se considerarmos por setor (público e privado). Entretanto, o número de docentes do sexo feminino tem se expandido cada vez mais, com especial destaque nas IES privadas. Na região Nordeste, diferentemente de 2009, em 2012, 2015 e 2018, o número de docentes do sexo feminino ultrapassou o número de docentes do sexo masculino, entretanto sem interferir no predomínio do sexo masculino no total dos docentes deste setor.

Já na Paraíba, em todos os anos considerados, desde 2009, prevalece o número de docentes do sexo feminino, chegando, em 2018, a haver mais docentes do sexo feminino considerando o total de docentes das IES (públicas e privadas). Tal constatação é possível ao verificarmos que, no setor privado, iniciando em 2009 na Paraíba, havia 1.370 homens e 1.589 mulheres, chegando em 2018 a 1.710 homens e 2.040 mulheres, refletindo-se no total de docentes, com 5.113 do sexo masculino e 5.214, do sexo feminino, conforme se apresentado na Tabela 3:

CAPÍTULO 5

TABELA 3. CRESCIMENTO DE EVOLUÇÃO DOS DOCENTES POR SEXO NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO – BRASIL, NORDESTE, PARAÍBA – 2009, 2012, 2015 E 2018

Sexo	2009			2012			
	BR	NE	PB	BR	NE	PB	
PÚBLICA	Masculino	73.517	19.802	2.521	84.162	22.716	3.026
	Feminino	57.785	16.350	2.079	68.284	19.648	2.562
PRIVADA	Masculino	124.253	17.453	1.370	123.180	17.973	1.434
	Feminino	103.534	16.484	1.589	103.313	18.170	1.693
TOTAL	Masculino	197.770	37.255	3.891	207.342	40.689	4.460
	Feminino	161.319	32.834	3.668	171.597	37.818	4.255
	2015			2018			
	BR	NE	PB	BR	NE	PB	
PÚBLICA	Masculino	93.217	25.179	3.407	99.745	26.440	3.403
	Feminino	76.552	22.223	3.022	81.966	23.580	3.174
PRIVADA	Masculino	125.789	19.277	1.508	114.069	19.580	1.710
	Feminino	105.741	19.922	1.880	102.113	20.899	2.040
TOTAL	Masculino	219.006	44.456	4.915	213.814	46.020	5.113
	Feminino	182.293	42.145	4.902	184.079	44.479	5.214

Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

Para aprofundarmos a discussão apresentamos, na tabela 4, as taxas de evolução do número de docentes por sexo na Paraíba, no Nordeste e no país, no período considerado.

TABELA 4. TAXA DE EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES POR SEXO NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO – BRASIL, NORDESTE, PARAÍBA – 2009, 2012, 2015 E 2018

Sexo	Taxa de evolução 2009-2012 (%)			Taxa de evolução 2012-2015 (%)			Taxa de evolução 2015-2018 (%)			
	BR	NE	PB	BR	NE	PB	BR	NE	PB	
PÚBLICA	Masculino	14,5	14,7	20,0	10,8	10,8	12,6	7,0	5,0	-0,1
	Feminino	18,2	20,2	23,2	12,1	13,1	18,0	7,1	6,1	5,0
PRIVADA	Masculino	-0,9	3,0	4,7	2,1	7,3	5,2	-9,3	1,6	13,4
	Feminino	-0,2	10,2	6,5	2,4	9,6	11,0	-3,4	4,9	8,5
TOTAL	Masculino	4,8	9,2	14,6	5,6	9,3	10,2	-2,4	3,5	4,0
	Feminino	6,4	15,2	16,0	6,2	11,4	15,2	1,0	5,5	6,4

Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

Observando os percentuais, é possível verificar como o número de docentes do sexo feminino tem se expandido cada vez mais. Enquanto a taxa de evolução de 2009 para 2012 dos homens foi de 4,8%, a taxa de evolução das mulheres foi de 6,4% e esse comportamento é semelhante nos demais períodos considerados.

Ao observar o crescimento e percentual dos docentes por sexo nas diferentes organizações acadêmicas (Tabela 5), confirma-se que os homens são maioria no setor público nas IES da Paraíba, tanto nas universidades quanto no IF, assim como as mulheres são maioria no setor privado, tanto nos centros universitários quanto nas faculdades. Destaca-se que os docentes do sexo masculino chegaram a representar 65,7% de todos os docentes do IF e CEFET em 2009 e os docentes de sexo feminino chegaram a representar 55,7% de todos os docentes das faculdades em 2015.

TABELA 5. CRESCIMENTO E PERCENTUAL DOS DOCENTES POR SEXO E POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA – PARAÍBA – 2009, 2012, 2015 E 2018

Ano	Sexo	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		If e Cefet	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
2009	Masculino	2299	53,9	236	44,8	1134	46,6	222	65,7
	Feminino	1963	46,1	291	55,2	1298	53,4	116	34,3
	TOTAL	4262	100,0	527	100,0	2432	100,0	338	100,0
2012	Masculino	2686	53,3	229	48,1	1205	45,5	340	61,6
	Feminino	2350	46,7	247	51,9	1446	54,5	212	38,4
	TOTAL	5036	100,0	476	100,0	2651	100,0	552	100,0

CAPÍTULO 5

2015	Masculino	2900	51,4	285	45,3	1223	44,3	507	64,2
	Feminino	2739	48,6	344	54,7	1536	55,7	283	35,8
	TOTAL	5639	100,0	629	100,0	2759	100,0	790	100,0
2018	Masculino	2934	50,7	517	47,0	1193	45,0	469	59,5
	Feminino	2855	49,3	582	53,0	1458	55,0	319	40,5
	TOTAL	5789	100,0	1099	100,0	2651	100,0	788	100,0

Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

Ainda com relação ao perfil dos docentes, pode-se observar por meio da tabela 6, que a média de idade dos mesmos, para os quatro anos em questão, está entre 42 e 44 anos. Esse intervalo da média é verificado tanto para o Brasil quanto para o Nordeste e Paraíba. No entanto, é possível constatar que os docentes possuem uma média de idade um pouco maior no Brasil e logo depois predomina a Paraíba, com exceção do ano de 2009.

TABELA 6. MÉDIA DA IDADE DOS DOCENTES – BRASIL, NORDESTE, PARAÍBA – 2009, 2012, 2015 E 2018

Ano	2009	2012	2015	2018
BRASIL	43,06	43,53	43,97	44,64
NORDESTE	42,62	42,44	42,62	43,09
PARAÍBA	42,56	42,62	42,81	43,17

Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

CAPÍTULO 5

Analisando a distribuição dos docentes por faixa etária (Tabela 07), constata-se que tanto o setor público quanto o privado possuem como maioria docentes entre 30 e 44 anos em todos os anos considerados, tanto no Brasil, Nordeste, como Paraíba.

TABELA 7. CRESCIMENTO DOS DOCENTES POR IDADE NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO – BRASIL, NORDESTE, PARAÍBA – 2009, 2012, 2015 E 2018

		2009			2012		
	Idade	BR	NE	PB	BR	NE	PB
PÚBLICA	Até 29 anos	13.607	4.318	436	15.122	5.113	594
	30 a 44 anos	56.546	15.932	1.977	67.796	19.482	2.460
	45 a 59 anos	50.089	12.704	1.878	55.622	13.986	2.043
	60 ou mais	11.060	3.198	309	13.906	3.783	491
PRIVADA	Até 29 anos	30.319	5.675	655	24.750	5.308	589
	30 a 44 anos	119.706	18.445	1.590	117.042	20.106	1.763
	45 a 59 anos	63.743	8.001	588	68.670	8.678	580
	60 ou mais	14.019	1.816	126	16.031	2.051	195

CAPÍTULO 5

TOTAL		2015			2018		
		BR	NE	PB	BR	NE	PB
		Até 29 anos	43.926	9.993	1.091	39.872	10.421
30 a 44 anos	176.252	34.377	3.567	184.838	39.588	4.223	
45 a 59 anos	113.832	20.705	2.466	124.292	22.664	2.623	
60 ou mais	25.079	5.014	435	29.937	5.834	686	
PÚBLICA	Até 29 anos	15.247	5.193	620	12.099	4.258	498
	30 a 44 anos	78.863	22.784	2.979	86.817	24.840	3.192
	45 a 59 anos	59.083	14.939	2.207	63.741	15.934	2.203
	60 ou mais	16.576	4.486	623	19.054	4.988	684
	PRIVADA	Até 29 anos	22.728	5.381	575	18.452	4.820
30 a 44 anos		119.133	22.124	2.015	111.412	23.496	2.331
45 a 59 anos		71.106	9.305	595	67.581	9.728	696
60 ou mais		18.563	2.389	203	18.737	2.435	182

CAPÍTULO 5

TOTAL	Até 29 anos	37.975	10.574	1.195	30.551	9.078	1.039
	30 a 44 anos	197.996	44.908	4.994	198.229	48.336	5.523
	45 a 59 anos	130.189	24.244	2.802	131.322	25.662	2.899
	60 ou mais	35.139	6.875	826	37.791	7.423	866

Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

Na tabela 8, observa-se a taxa de evolução dos docentes por idade. Verifica-se que a última faixa de idade (60 ou mais), em que pese tenha sido a de menor expressão na maioria dos anos considerados, é uma faixa que tem apresentado crescimento no Brasil, no Nordeste e na Paraíba ao longo dos anos.

TABELA 8. TAXA DE EVOLUÇÃO DOS DOCENTES POR IDADE NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO – BRASIL, NORDESTE, PARAÍBA – 2009, 2012, 2015 E 2018

Idade	Taxa de evolução			Taxa de evolução			Taxa de evolução		
	2009-2012 (%)			2012-2015 (%)			2015-2018 (%)		
	BR	NE	PB	BR	NE	PB	BR	NE	PB
Até 29 anos	11,1	18,4	36,2	0,8	1,6	4,4	-20,6	-18,0	-19,7
30 a 44 anos	19,9	22,3	24,4	16,3	16,9	21,1	10,1	9,0	7,2
45 a 59 anos	11,0	10,1	8,8	6,2	6,8	8,0	7,9	6,7	-0,2
60 ou mais	25,7	18,3	58,9	19,2	18,6	26,9	14,9	11,2	9,8

CAPÍTULO 5

PRIVADA	Até 29 anos	-18,4	-6,5	-10,1	-8,2	1,4	-2,4	-18,8	-10,4	-5,9
	30 a 44 anos	-2,2	9,0	10,9	1,8	10,0	14,3	-6,5	6,2	15,7
	45 a 59 anos	7,7	8,5	-1,4	3,5	7,2	2,6	-5,0	4,5	17,0
	60 ou mais	14,4	12,9	54,8	15,8	16,5	4,1	0,9	1,9	-10,3
TOTAL	Até 29 anos	-7	12	26	-7	3	2	-39	-28	-26
	30 a 44 anos	18	31	35	18	27	35	4	15	23
	45 a 59 anos	19	19	7	10	14	11	3	11	17
	60 ou mais	40	31	114	35	35	31	16	13	-1

Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

Aliada à tendência de aumento da última faixa de idade dos professores, identifica-se uma queda na quantidade de docentes que possuem até 29 anos. Quanto à distribuição dos docentes por organização acadêmica (Tabela 9), têm-se o mesmo comportamento encontrado anteriormente: predominância de docentes entre 45 a 59 anos.

CAPÍTULO 5

TABELA 9. CRESCIMENTO E PERCENTUAL DOS DOCENTES POR IDADE E POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA – PARÁIBA – 2009, 2012, 2015 E 2018

Ano	Idade	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		If e Cefet	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
2009	Até 29 anos	379	8,9	79	15,0	576	23,7	57	16,9
	30 a 44 anos	1805	42,4	269	51,0	1321	54,3	172	50,9
	45 a 59 anos	1773	41,6	136	25,8	452	18,6	105	31,1
	60 ou mais	305	7,2	43	8,2	83	3,4	4	1,2
	TOTAL	4262	100,0	527	100,0	2432	100,0	338	100,0
2012	Até 29 anos	460	9,1	53	11,1	536	20,2	134	24,3
	30 a 44 anos	2200	43,7	239	50,2	1524	57,5	260	47,1
	45 a 59 anos	1894	37,6	126	26,5	454	17,1	149	27,0
	60 ou mais	482	9,6	58	12,2	137	5,2	9	1,6
	TOTAL	5036	100,0	476	100,0	2651	100,0	552	100,0

CAPÍTULO 5

2015	Até 29 anos	464	8,2	95	15,1	480	17,4	156	19,7
	30 a 44 anos	2568	45,5	335	53,3	1680	60,9	411	52,0
	45 a 59 anos	2004	35,5	141	22,4	454	16,5	203	25,7
	60 ou mais	603	10,7	58	9,2	145	5,3	20	2,5
	TOTAL	5639	100,0	629	100,0	2759	100,0	790	100,0
2018	Até 29 anos	410	7,1	144	13,1	397	15,0	88	11,2
	30 a 44 anos	2731	47,2	667	60,7	1664	62,8	461	58,5
	45 a 59 anos	1984	34,3	226	20,6	470	17,7	219	27,8
	60 ou mais	664	11,5	62	5,6	120	4,5	20	2,5
	TOTAL	5789	100,0	1099	100,0	2651	100,0	788	100,0

Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

No que se refere à titulação dos docentes do Ensino Superior do Brasil, assim como no Nordeste e na Paraíba (Tabela 10), verifica-se que a maioria dos docentes possuem doutorado, com exceção do Nordeste, especificamente o setor privado, onde predominou docentes com até a es-

CAPÍTULO 5

pecialização no ano de 2009, e docentes com mestrado no ano de 2018. É válido salientar também, que em todos os anos estudados, todo o setor privado (Brasil, Nordeste e Paraíba) obteve um déficit maior de docentes doutores, destacando-se docentes com mestrado.

TABELA 10. CRESCIMENTO DE EVOLUÇÃO DOS DOCENTES POR TITULAÇÃO NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO – BRASIL, NORDESTE, PARAÍBA – 2009, 2012, 2015 E 2018

Titulação		2009			2012		
		BR	NE	PB	BR	NE	PB
PÚBLICA	Até a especialização	34.094	11.979	883	28.542	10.428	920
	Mestrado	36.740	12.017	1.799	45.139	14.879	2.046
	Doutorado	60.468	12.156	1.918	78.765	17.057	2.622
PRIVADA	Até a especialização	101.490	17.679	1.430	83.864	15.405	1.056
	Mestrado	93.874	13.368	1.278	102.737	16.387	1.613
	Doutorado	32.423	2.890	251	39.892	4.351	458
TOTAL	Até a especialização	135.584	29.658	2.313	112.406	25.833	1.976
	Mestrado	101.986	21.280	1.635	90.642	18.471	1.425
	Doutorado	112.085	19.717	1.783	121.756	23.625	2.139
		2015			2018		
		BR	NE	PB	BR	NE	PB
PÚBLICA	Até a especialização	22.722	8.412	877	17.979	5.779	503
	Mestrado	49.496	16.351	2.062	48.350	15.745	2.015
	Doutorado	97.551	22.639	3.490	115.382	28.496	4.059

CAPÍTULO 5

PRIVADA	Até a especialização	72.332	13.220	887	52.764	10.883	733
	Mestrado	111.308	19.540	1.799	107.832	21.220	2.034
	Doutorado	47.890	6.439	702	55.586	8.376	983
TOTAL	Até a especialização	95.054	21.632	1.764	70.743	16.662	1.236
	Mestrado	78.062	15.228	1.268	156.182	36.965	4.049
	Doutorado	127.657	25.885	2.289	170.968	36.872	5.042

Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

Por meio da tabela 11, é possível verificar que as taxas de evolução na titulação docente são bem maiores para doutorado, tanto no setor público quanto no setor privado, sendo o crescimento mais acelerado na Paraíba e no Nordeste. Tal crescimento é favorecido pela evolução no sistema de pós-graduação do País, com registro do crescimento de 34% e 49% dos cursos de mestrado e de doutorado, respectivamente, nas diversas áreas, entre 2011 e 2019 (CAPES, 2021).

Outrossim, por mais que a quantidade de doutores não tenha sido maioria no setor privado, essa titulação tem sido a que mais tem crescido ao longo dos anos. Por conseguinte, as taxas de evolução dos docentes com titulação até a especialização foram negativas de forma que o número de docentes com essa titulação decresceu ao longo dos anos.

TABELA 11. TAXA DE EVOLUÇÃO DOS DOCENTES POR TITULAÇÃO NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO – BRASIL, NORDESTE, PARAÍBA – 2009, 2012, 2015 E 2018

	Taxa de evolução			Taxa de evolução			Taxa de evolução			
	2009-2012 (%)			2012-2015 (%)			2015-2018 (%)			
	BR	NE	PB	BR	NE	PB	BR	NE	PB	
PÚBLICA	Até a especialização	-16,3	-12,9	4,2	-20,4	-19,3	-4,7	-20,9	-31,3	-42,6
	Mestrado	22,9	23,8	13,7	9,7	9,9	0,8	-2,3	-3,7	-2,3
	Doutorado	30,3	40,3	36,7	23,9	32,7	33,1	18,3	25,9	16,3
PRIVADA	Até a especialização	-17,4	-12,9	-26,2	-13,8	-14,2	-16,0	-27,1	-17,7	-17,4
	Mestrado	9,4	22,6	26,2	8,3	19,2	11,5	-3,1	8,6	13,1
	Doutorado	23,0	50,6	82,5	20,0	48,0	53,3	16,1	30,1	40,0
TOTAL	Até a especialização	-17,1	-12,9	-14,6	-15,4	-16,3	-10,7	-25,6	-23,0	-29,9
	Mestrado	13,2	23,2	18,9	8,7	14,8	5,5	-2,9	3,0	4,9
	Doutorado	27,7	42,3	42,0	22,6	35,8	36,1	17,6	26,8	20,3

Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

Observando o crescimento e percentual dos docentes exclusivamente na Paraíba, na Tabela 12, verifica-se que as universidades da Paraíba possuíam representação de 43,6% de docentes doutores em 2009 e passam a ter 65,1% em 2018, enquanto que docentes que possuíam titulação até a graduação em 2009 representavam 18,3% dos docentes e passaram a ser apenas 7,3% em 2018.

Nos centros universitários e faculdades da Paraíba, verifica-se uma menor porcentagem de docentes com dou-

torado. Como exemplo, destaca-se os 13,9% dos docentes doutores em 2009 nos centros universitários que cresce para 31,2% em 2018 e 7,3% dos docentes doutores em 2009 nas faculdades que cresce para 24,1% em 2018. Por fim, os institutos federais se destacam por possuir a maior representatividade de docentes mestres.

TABELA 12. CRESCIMENTO E PERCENTUAL DOS DOCENTES POR TITULAÇÃO E POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA – PARAÍBA – 2009, 2012, 2015 E 2018

Titulação	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		Instituto Federal		
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	
2009	Até a especialização	778	18,3	242	45,9	1.188	48,8	105	31,1
	Mestrado	1.626	38,2	212	40,2	1.066	43,8	173	51,2
	Doutorado	1.858	43,6	73	13,9	178	7,3	60	17,8
	TOTAL	4.262	100,0	527	100,0	2.432	100,0	338	100,0
2012	Até a especialização	807	16,0	115	24,2	941	35,5	113	20,5
	Mestrado	1.723	34,2	268	56,3	1.345	50,7	323	58,5
	Doutorado	2.506	49,8	93	19,5	365	13,8	116	21,0
	TOTAL	5.036	100,0	476	100,0	2.651	100,0	552	100,0
2015	Até a especialização	726	12,9	163	25,9	724	26,2	151	19,1
	Mestrado	1.633	29,0	334	53,1	1.465	53,1	429	54,3
	Doutorado	3.280	58,2	132	21,0	570	20,7	210	26,6
	TOTAL	5.639	100,0	629	100,0	2.759	100,0	790	100,0

CAPÍTULO 5

2018	Até a especialização	423	7,3	152	13,8	581	21,9	80	10,2
	Mestrado	1.599	27,6	604	55,0	1.430	53,9	416	52,8
	Doutorado	3.767	65,1	343	31,2	640	24,1	292	37,1
	TOTAL	5.789	100,0	1.099	100,0	2.651	100,0	788	100,0

Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

Em relação ao regime de trabalho dos docentes do Ensino Superior (Tabela 13), verifica-se para o Brasil, Nordeste e Paraíba que a maioria deles trabalham em tempo integral. No entanto, nota-se que esses números são influenciados pelo setor público visto que o mesmo não acontece para o setor privado.

TABELA 13. CRESCIMENTO DOS DOCENTES EM EXERCÍCIO POR REGIME DE TRABALHO NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO – BRASIL, NORDESTE, PARAÍBA – 2009, 2012, 2015 E 2018

	Regime de Trabalho	2009			2012		
		BR	NE	PB	BR	NE	PB
PÚBLICA	Tempo integral	97.069	27.326	3.944	117.989	31.866	4.745
	Tempo parcial	17.485	4.714	285	17.678	5.918	395
	Horista	8.423	1.443	60	7.059	1.163	28
PRIVADA	Tempo integral	46.894	6.733	768	53.826	7.930	802
	Tempo parcial	55.574	10.328	939	74.335	13.557	1.430
	Horista	115.372	15.391	1.149	91.845	13.121	754
TOTAL	Tempo integral	143.963	34.059	4.712	171.815	39.796	5.547
	Tempo parcial	73.059	15.042	1.224	92.013	19.475	1.825
	Horista	123.795	16.834	1.209	98.904	14.284	782

CAPÍTULO 5

		2015			2018		
		BR	NE	PB	BR	NE	PB
PÚBLICA	Tempo integral	137.164	37.965	5.000	149.525	41.583	5.546
	Tempo parcial	18.051	5.366	1.030	18.008	4.686	536
	Horista	5.939	1.334	8	4.529	557	20
PRIVADA	Tempo integral	57.098	9.904	1.027	58.428	11.319	999
	Tempo parcial	86.107	16.629	1.646	90.036	18.321	2.001
	Horista	83.645	11.859	701	63.948	10.079	661
TOTAL	Tempo integral	194.262	47.869	6.027	207.953	52.902	6.545
	Tempo parcial	104.158	21.995	2.676	108.044	23.007	2.537
	Horista	89.584	13.193	709	68.477	10.636	681

Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

Ao analisar a tabela 13, constata-se que o setor privado possui uma quantidade maior de docentes nas duas outras opções. No ano de 2009, predominou docentes com regimes de trabalho horista, ou seja, docentes que são pagos segundo as suas horas trabalhadas. Isso continua apenas para o Brasil nos anos de 2012 e 2015, enquanto que o Nordeste e a Paraíba prevalecem docentes trabalhando em tempo parcial. Eles permanecem com essa maioria no ano de 2018, sendo acompanhado pelo Brasil.

Somado a isso, ainda por meio da tabela 13, observa-se que a presença de docentes com regime de trabalho horista só se destacou no setor privado. No setor público,

a presença desses é bem pequena. Como exemplo disso, constata-se que em 2015, a Paraíba só tinha oito docentes com regime de trabalho horista no setor público.

Ainda assim, na tabela 14, verifica-se que as taxas de evolução para docentes que trabalham como horistas são negativas. Isso implica dizer que mesmo o setor privado tenha apresentado uma predominância desses docentes, esse número vem sendo reduzido ao longo dos anos, tanto para o setor público quanto para o privado. Somado a isso, observa-se que mais tem crescido o número de docentes em exercício que trabalham em tempo parcial do que em tempo integral, ainda que esse regime de trabalho seja predominante.

TABELA 14. TAXA DE EVOLUÇÃO DOS DOCENTES EM EXERCÍCIO POR REGIME DE TRABALHO NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO – BRASIL, NORDESTE, PARAÍBA – 2009, 2012, 2015 E 2018

	Taxa de evolução			Taxa de evolução			Taxa de evolução		
	2009-2012 (%)			2012-2015 (%)			2015-2018 (%)		
	BR	NE	PB	BR	NE	PB	BR	NE	PB
Tempo integral	21,6	16,6	20,3	16,3	19,1	5,4	9,0	9,5	10,9
Tempo parcial	1,1	25,5	38,6	2,1	-9,3	160,8	-0,2	-12,7	-48,0
Horista	-16,2	-19,4	-53,3	-15,9	14,7	-71,4	-23,7	-58,2	150,0

CAPÍTULO 5

PRIVADA	Tempo integral	14,8	17,8	4,4	6,1	24,9	28,1	2,3	14,3	-2,7
	Tempo parcial	33,8	31,3	52,3	15,8	22,7	15,1	4,6	10,2	21,6
	Horista	-20,4	-14,7	-34,4	-8,9	-9,6	-7,0	-23,5	-15,0	-5,7
TOTAL	Tempo integral	19,3	16,8	17,7	13,1	20,3	8,7	7,0	10,5	8,6
	Tempo parcial	25,9	29,5	49,1	13,2	12,9	46,6	3,7	4,6	-5,2
	Horista	-20,1	-15,1	-35,3	-9,4	-7,6	-9,3	-23,6	-19,4	-3,9

Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

Especificando ainda mais as informações sobre o regime de trabalho de docentes em exercício da Paraíba, constata-se que o comportamento analisado anteriormente para o setor privado só acontece nas faculdades, que possuem maioria no regime de trabalho horista (48,4%) no ano de 2009 e tempo parcial nos anos seguintes. Observe na tabela 15, a seguir, que 66,9% dos docentes dos centros universitários em 2009 trabalhavam em tempo integral e não como horistas, que não teve nenhuma representatividade.

CAPÍTULO 5

TABELA 15. CRESCIMENTO E PERCENTUAL DOS DOCENTES EM EXERCÍCIO POR REGIME DE TRABALHO E POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA – PARAÍBA – 2009, 2012, 2015, 2018

Ano	Regime de Trabalho	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		Instituto Federal	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
2009	Tempo integral	3631	91,3	323	66,9	445	18,8	313	72,6
	Tempo parcial	285	7,2	160	33,1	779	32,8	118	27,4
	Horista	60	1,5	0	0,0	1149	48,4	0	0,0
	TOTAL	3976	100,0	483	100,0	2373	100,0	431	100,0
2012	Tempo integral	4249	91,8	211	44,8	591	23,5	496	91,7
	Tempo parcial	378	8,2	237	50,3	1193	47,4	17	3,1
	Horista	0	0,0	23	4,9	731	29,1	28	5,2
	TOTAL	4627	100,0	471	100,0	2515	100,0	541	100,0
2015	Tempo integral	4329	81,0	170	27,0	857	31,2	671	97,1
	Tempo parcial	1018	19,0	458	72,8	1188	43,3	12	1,7
	Horista	0	0,0	1	0,2	700	25,5	8	1,2
	TOTAL	5347	100,0	629	100,0	2745	100,0	691	100,0

CAPÍTULO 5

2018	Tempo integral	4849	90,2	284	26,0	715	27,8	697	96,3
	Tempo parcial	529	9,8	716	65,6	1285	50,0	7	1,0
	Horista	0	0,0	91	8,3	570	22,2	20	2,8
	TOTAL	5378	100,0	1091	100,0	2570	100,0	724	100,0

Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

Quanto à análise antes feita para o setor público, a mesma se adequa tanto para as universidades quanto para os institutos federais. As duas organizações acadêmicas possuem como maioria o regime de trabalho de tempo integral para todos os anos estudados. Além disso, a presença de docentes em regime de trabalho horista só está presente nas universidades no ano de 2009 e para os institutos federais apenas nos anos de 2012, 2015 e 2018.

Por fim, observando o crescimento e percentual dos docentes em exercício por regime de trabalho nas mesorregiões da Paraíba, constata-se que entre os anos apresentados, o Sertão Paraibano possui como maioria docentes que trabalham em tempo parcial, com exceção do ano 2009, com predomínio de docentes trabalhando como horistas, conforme se verifica na Tabela 16, a seguir.

CAPÍTULO 5

TABELA 16. CRESCIMENTO E PERCENTUAL DOS DOCENTES EM EXERCÍCIO POR REGIME DE TRABALHO – MESORREGIÕES DA PARAÍBA – 2009, 2012, 2015, 2018

Ano	Regime de Trabalho	Sertão Paraibano		Agreste Paraibano		Mata Paraibana	
		Total	%	Total	%	Total	%
2009	Tempo integral	109	23,0	2.026	76,2	1.318	30,4
	Tempo parcial	98	20,7	289	10,9	1.686	38,9
	Horista	266	56,2	344	12,9	1.326	30,6
	TOTAL	473	100,0	2.659	100,0	4.330	100,0
2012	Tempo integral	133	22,8	2.332	78,3	2.577	64,2
	Tempo parcial	229	39,3	523	17,6	837	20,9
	Horista	221	37,9	125	4,2	599	14,9
	TOTAL	583	100,0	2.980	100,0	4.013	100,0
2015	Tempo integral	191	28,9	2.207	64,2	3.082	67,1
	Tempo parcial	301	45,5	1.141	33,2	1.073	23,4
	Horista	169	25,6	89	2,6	436	9,5
	TOTAL	661	100,0	3.437	100,0	4.591	100,0

CAPÍTULO 5

Ano	Regime de Trabalho	Sertão Paraibano		Agreste Paraibano		Mata Paraibana	
		Total	%	Total	%	Total	%
2018	Tempo integral	212	29,2	2.637	76,5	3.629	68,3
	Tempo parcial	391	53,9	715	20,7	1.234	23,2
	Horista	123	16,9	95	2,8	451	8,5
	TOTAL	726	100,0	3.447	100,0	5.314	100,0

Fonte: Microdados Inep (2009 a 2018).

Merece destaque ainda o fato de a Mata Paraibana e o Agreste Paraibano possuírem situações semelhantes, visto que a maioria dos docentes trabalham em tempo integral, com exceção do ano de 2009 para a Mata Paraibana, que apresentou maioria com 38,9% dos docentes da mesorregião trabalhando em tempo parcial.

IV. CONCLUSÕES

Esse estudo tratou de compreender a distribuição dos docentes da educação superior no estado da Paraíba a respeito do sexo, idade, regime de trabalho e titulação dos docentes de forma a fazer um comparativo entre Brasil e Nordeste.

O estudo começa no ano de 2009 e perdura até o ano de 2018, com foco nos anos de 2009, 2012, 2015 e 2018. Levando em consideração os dados apresentados e descritos ao longo deste texto, como principais achados do estudo, destacamos:

- a.** Que há uma expressiva ampliação na quantidade de docentes no estado da Paraíba, de modo até a ser um crescimento mais acelerado que no Brasil e no Nordeste.
- b.** A maioria dos docentes está concentrada na Zona da Mata (área onde se situa a capital), ainda que se considere um expressivo processo de interiorização, especialmente para o Agreste seguido do Sertão paraibano.
- c.** Considerando a relação público x privado, é notório o aumento na quantidade de docentes do setor público no estado, entretanto, isso não impede de considerar, por outro lado, que houve um crescimento expressivo no setor privado.
- d.** Quanto ao perfil dos docentes, destaca-se a predominância dos docentes do sexo masculino no setor público do Ensino Superior da Paraíba (tanto na universidade quanto no IF) e docen-

tes do sexo feminino no setor privado (tanto no centro universitário quanto na faculdade), mas ainda sendo possível afirmar que o crescimento das docentes mulheres tem acontecido de forma expressiva nos dois setores.

- e. Quanto à média de idade dos docentes, notou-se um pequeno crescimento na Paraíba, acompanhando o mesmo comportamento do Brasil e do Nordeste. Além disso, um decréscimo acelerado da quantidade de docentes com até 29 anos de modo a ser predominante docentes entre 30 e 44 anos sem distinção para o setor público ou privado.
- f. Quanto à titulação dos docentes, observou-se o expressivo crescimento dos docentes doutores, decrescendo o número de docentes com titulação até a especialização, inicialmente no setor privado e logo depois no setor público.
- g. O regime de trabalho que se mostrou predominante no setor público do estado da Paraíba ao longo dos anos foi o de trabalho em tempo integral. No entanto, com a diversificação das IES privadas, predominou-se o regime de trabalho parcial no setor privado. Além disso, decresceu

de forma acelerada a quantidade de docentes que trabalham como horistas.

Esses achados devem alimentar a construção de um banco de dados. Além disso, devem subsidiar estratégias de gestão das instituições de educação, bem como a elaboração e regulação de políticas e projetos educacionais voltadas aos docentes de educação superior.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Condições de Trabalho Docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancelli; VIEIRA, Livia Maria Fraga. **Dicionário de trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte, Gestrado, FAE, Universidade Federal de Minas Gerais. 2010. Disponível em: <http://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=39>. Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394/96. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: MEC, 1996.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Evolução do SNPG no decênio 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2021. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Educação brasileira superior 1991-2004 - Paraíba**. Brasília: INEP, 2006.

JEZINE, Edineide; BITTAR, Marluce (orgs). **Políticas de Educação Superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

MANCEBO, Deise. Políticas de Educação Superior no Brasil: caminhos da pesquisa. In: JEZINE, Edineide; BITTAR, Marluce (orgs.). **Políticas de Educação Superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Condições de Trabalho Docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancellia; VIEIRA, Livia Maria Fraga. **Dicionário de trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte, Gestrado, FAE, Universidade Federal de Minas Gerais. 2010. Disponível em: <http://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=39>. Acesso em: 25 out. 2023.

PARAIBA. **Plano Estadual de Educação**. João Pessoa: Secretaria de Educação do Estado, 2006.

PARAIBA. **Plano Estadual de Educação**. 2015. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/07/Lei-nº-10.488-PlanoEstadual-de-Educacao-ANEXO-DO-PLANO-ESTADUAL-1-3-1.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

RAMOS, Marília Patta. Métodos Quantitativos e Pesquisa em Ciências Sociais: Lógica e utilidade do uso da Quantificação nas Explicações dos Fenômenos Sociais. In: **Revista Mediações**. Londrina, v. 18, n. 1, p. 55-65, jan./jun. 2013.

RISTOFF, Dilvo. Vinte e um anos de educação superior expansão e democratização. FLASCO/BRASIL. **Cadernos do GEA**, n. 3, jan.-jun. 2013 (en línea). Disponível em: http://flasco.redelivre.org.br/files/2015/03/Caderno_GEA_N3.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

HOUAISS, A. **Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SOUZA, E. F. M. de; PETERNELLI, L. A.; MELLO, M. P. de. **Software livre R: aplicação estatística**. 2014. Disponível em: <http://www.de.ufpb.br/~tarciana/MPIE/ApostilaR.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.



CAPÍTULO 6

A DIMENSÃO DISCENTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DA PARAÍBA

- » Damião de Lima
- » Mariana Lins de Oliveira

I. INTRODUÇÃO

Este texto é resultado do projeto intitulado “Mapa da Educação Superior da Paraíba”, da Chamada Universal MCTI/CNPq, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), posto em prática por pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e instituições parceiras. Nosso objetivo é descrever as mudanças no perfil discente tendo como parâmetro as políticas públicas para a educação superior que foram implementadas no país nas duas primeiras décadas do século XXI e suas repercussões no Estado da Paraíba.



Embora o cerne desse escrito esteja nas mudanças no universo discente no estado da Paraíba, não podemos apresentar essa análise sem relacionar com as políticas públicas mais gerais implementadas pelo estado brasileiro e, obviamente, apresentar dados comparativos entre o estado em destaque, a região onde este está inserido e o quadro mais geral do país. Destarte, o estudo estará sempre trazendo essas dimensões de modo que o leitor possa perceber que não se trata de uma medida isolada ou uma política que trouxe benefícios particularizados. Na verdade, as particularidades são frutos, tão somente, da realidade regional e local que adaptaram-se à política mais geral.

Assim como fizemos em estudos anteriores e já publicados, além da nossa fonte primária que são os macro e os microdados extraídos da Sinopse Estatística da Educação Superior do Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP), utilizamos, ainda, os documentos oficiais do governo acerca das políticas educacionais e a bibliografia acadêmica de autores que vêm analisando essas políticas e suas repercussões, com destaque para Aprile e Barone (2008), Mancebo (2015) e Ristoff (2016).³⁰

30 Os dados foram coletados pelo bolsista de iniciação científica (PIBIC):
Matteus Silvestre Maciel das Neves.

Nesse estudo nosso recorte temporal foi o período compreendido entre 2009 e 2018. Essa opção se deu em razão de dois grandes programas de impacto no ensino superior público brasileiro. A criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). E a Lei nº 11.892, de dezembro de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No ano de 2009, as repercussões dessas medidas começam a aparecer e a escolha de 2018 se deu em razão da disponibilidade de dados do INEP no momento da nossa pesquisa.

Por opção metodológica, nesse intervalo temporal, apresentamos, no primeiro momento, o quantitativo de estudantes entre 2009 e 2018. Esse apanhado mais geral nos surpreendeu pelo aumento massivo do número de pessoas que passaram a acessar a educação superior. Feita essa primeira constatação quantitativa, partimos para a análise qualitativa objetivando captar ou não mudanças no perfil discente.

Desse modo, para termos uma amplitude maior acerca do perfil discente, analisamos as variáveis gênero, faixa etá-

ria, origem escolar e etnia. Cada um desses atributos tem sua razão para ter o seu significado na análise do perfil discente.

A questão de gênero nos ajuda a entender o impacto do acesso no universo masculino e feminino. Em um país ainda eivado de discriminação contra as mulheres e que as oportunidades a estas ainda estão longe da equidade, o acesso ao nível de ensino superior poderá representar uma inserção mais justa e qualificada no mundo do trabalho. Então analisamos se essa política inclusiva atingiu homens e mulheres na mesma proporção.

A análise da faixa etária nos deu subsídios para analisarmos se a oportunidade de formação em um curso de nível superior atingiu pessoas de faixa etária diferenciada, possibilitando oportunidades para jovens e adultos. No caso do Brasil, o acesso ao ensino superior para pessoas de idade mais avançada se constituía em obstáculo, por essa razão, acrescentamos à nossa pesquisa esse elemento, tendo como meta entender se o crescente acesso quantitativo conseguiu atingir o público com idade mais avançada.

A origem escolar foi outro elemento que consideramos importante analisar, em razão da forte exclusão de discentes oriundos de escolas públicas no ensino superior. Desde a reforma do ensino médio, implementada pelos militares no final dos anos 1960, até o início desse milênio a escola pública vinha sofrendo ataques e sendo sucateada

em todos os aspectos que se analisassem. Dessa maneira, os estudantes oriundos da escola pública tinham grandes dificuldades em acessar o ensino superior. Uma mudança nesse quadro, com certeza teria um peso significativo no perfil discente e foi isso que procuramos analisar.

A questão étnica mereceu nossa atenção por razões semelhantes ao item anterior, acrescido de alguns outros ingredientes. Sabemos o quanto a população preta, parda e indígena, por razões históricas, entre elas a colonização, a escravidão e o preconceito, teve acesso restrito à escola. Em sua grande maioria, essa parcela da população quando acessava a escola era através da escola pública. Destarte, o acesso ao ensino superior sempre foi algo muito distante de suas realidades.

Em síntese, para traçar o perfil discente que passa a compor as instituições de educação superior, nesse novo milênio, se tornou imprescindível analisar essas questões que já apresentamos anteriormente, no bojo das políticas públicas. Isso posto, o escrito que ora apresentamos partirá do geral para o particular e fará esse retorno tendo como meta apresentar o perfil discente do estudante do ensino superior nas duas primeiras décadas do século XXI no Brasil, no Nordeste e na Paraíba, tendo esse último elemento, o estado, um destaque maior por ser o objetivo maior do projeto que estamos desenvolvendo e do escrito que estamos expondo.

Entendemos que se faz necessário discutir, em detalhes, o impacto dessas políticas e suas repercussões em toda a sociedade de forma ampliada, mas, também, particularizar a análise para percebermos os impactos na vida das pessoas. Esse é o nosso principal desiderato e o produzimos objetivando contribuir com a discussão na construção de uma sociedade mais democrática, plural e inclusiva.

II. O CONTEXTO HISTÓRICO DAS MUDANÇAS

O fim do regime militar, em 1985, representou um marco no aumento das reivindicações dos movimentos sociais e aumentou a luta por ampliação da educação para uma parcela da população secularmente excluída desse serviço público. Nesse campo, temos, então, dois marcos legais importantes ainda no final do século passado; a Constituição de 1988, no governo de José Sarney (1985-1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação do ano de 1996, no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

Ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, além da LDB, foi elaborado o Plano Nacional de Educação (PNE) (2001-2010). O PNE indicou a necessidade de se aumentar os investimentos na área de educação e fixou metas para todos os níveis de ensino, entre essas metas constava o aumento do quantitativo de estudantes no nível superior de ensino.

A posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, significou o aprofundamento das políticas educacionais iniciadas no governo anterior. Durante o governo Lula (2003-2011), em razão de sua origem mais popular e ter sido eleito pelo Partido dos Trabalhadores, ocorreu uma maior participação nos debates de entidades vinculadas à educação como o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (FASUBRA), União Nacional dos Estudantes (UNE), e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Esta última apresentou ao governo recém-eleito a Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior, proposta esta que foi posteriormente adotada e ampliada pelo governo para atender, também, ao setor privado.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, ampliou as possibilidades de acesso a educação em todos os níveis de ensino e tinha como lema: *“Combater as desigualdades através do direito de aprender”*. Foram feitos investimentos nos diversos níveis de ensino, no entanto, para esse escrito, nos deteremos nos investimentos e políticas destinadas à educação superior. Nesse segmento educacional, os investimentos governamentais passaram a

ser alocados antes mesmo da criação do PDE e vale ressaltar que foram direcionados primeiramente para o setor privado.

Lastreado no discurso de que se fazia necessário a garantia imediata de acesso à educação superior das camadas de baixa renda e que existia uma grande ociosidade de vagas no setor privado, foi criado, no ano de 2004, o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Esse programa garantia o acesso ao ensino superior através de bolsas de estudos parciais ou integrais, financiadas pelo estado através de isenções de impostos, em cursos de graduação de instituições privadas³¹.

Sobre o acesso discente, teria direito às bolsas integrais do PROUNI o candidato que comprovasse renda familiar de até um salário mínimo e meio per capita. Já as bolsas parciais, de 50% do valor da mensalidade, seriam destinadas aos candidatos de renda familiar de até três salários mínimos per capita.

Merece destaque no PROUNI a preocupação não apenas com o acesso e permanência do discente no ensino superior. Assim, o programa visava, também, a garantir a permanência dos discentes através da concessão de bolsas

31 Sobre essa política, suas razões e seus efeitos ver: APRILE, Maria Rita; BARONE, Rosa Elisa Mirra. Políticas Públicas para o acesso ao ensino superior e inclusão no mundo do trabalho - O Programa Universidade para Todos (Prouni) em questão. In: Anais do IV Congresso Português de Sociologia. Lisboa: APS, 2008.

para o custeio de despesas com alimentação, transporte e compra de material escolar. Com isso, tivemos um aumento significativo no número de estudantes que passaram a acessar o ensino superior no Brasil. Só a título de exemplo, no segundo ano de vigência do programa, em 2006, o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) registrou um total de 3,7 milhões de inscritos, sendo que, destes, 1,6 milhão já haviam terminado o ensino médio em anos anteriores. Ou seja, uma parcela considerável de pessoas que haviam tentando ou não o ENEM em anos anteriores, decidiram concorrer a uma vaga na educação superior.

Outro programa, também destinado ao setor privado, foi o Programa de Financiamento Estudantil (FIES). Embora sua origem remonte ao governo de FHC, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o FIES passou por reformulação e foi ampliado. A grande mudança ocorreu em 2010. Até então, os altos juros, em torno de 6,5% ao ano e o início do pagamento logo após o término do curso, afastava as pessoas de baixa renda que temiam não poder arcar com os pagamentos. Com a reformulação empreendida nesse ano, os juros foram reduzidos de 6,5% para 3,4% ano e o prazo de carência foi ampliado para 18 meses após a conclusão do curso. Essa medida deu uma nova conotação ao Programa, como mostra a citação de Ristoff (2016):

O Fies, a partir de 2010, deixou de ser um programa de permanência do estudante no setor privado e passou a ser um amplo programa de expansão do acesso à educação superior, especialmente em função dos baixos juros e de inovações no sistema de fiança. Importante destacar que, de 1999 a 2009, ou seja, em 10 anos, foram firmados 564 mil contratos. Nos últimos anos (2010-2016/1), devido às mudanças introduzidas, 2.334.755 contratos foram firmados. (RISTOFF, 2016, p. 25).

A junção desses dois programas, PROUNI e FIES, um criado e outro reformulado durante o governo do Partido dos Trabalhadores, foi responsável por configurar uma nova dinâmica no ensino superior brasileiro. Vale destacar que com esses programas ocorrem mudanças significativas no ensino superior brasileiro e um forte incremento na economia com o crescimento dos centros universitários, faculdades e universidades já existentes, bem como, com o surgimento de muitas instituições de ensino superior.

Conforme previsto no lema do PDE, o direito de aprender foi expandido para segmentos da sociedade secularmente excluídos. Como já afirmamos anteriormente, os investimentos ocorreram em todos os níveis de ensino. A melhoria das condições de trabalho e salários, os investimentos em construção de escolas e o acesso facilitado e incentivado ao ensino básico possibilitaram que uma parcela importante da população, independente

do gênero, faixa etária ou origem étnica, pudesse alcançar o tão sonhado acesso ao ensino superior.

Visando ampliar ainda mais essas possibilidades e garantias do direito à educação, foram feitos grandes investimentos também na educação superior pública. Com isso, criam-se novas vagas que, aos poucos, vão sendo acessadas por esses setores populares. Essa mudança é bastante significativa em razão da qualidade já reconhecida das instituições públicas de ensino superior, marcadas pelo tripé: Ensino Pesquisa e Extensão e, também, pelo fato de que, na periferia dos grandes centros urbanos ou em estados menos ricos, como a Paraíba, ainda ser pequeno o número de instituições privadas de ensino superior.

No caso do Estado da Paraíba, apenas nas cidades polos existiam instituições privadas de ensino superior, mesmo com os incentivos dos programas FIES e PROUNI esse número não teve grande acréscimo. Desse modo, a dependência das instituições públicas se torna maior se comparada com a média nacional ou mesmo em comparação com outros estados mais desenvolvidos da Região Nordeste.

Assim, os dois próximos programas governamentais que iremos abordar, têm uma importância enorme no cenário nacional e regional e um impacto ainda maior no contexto da educação superior na Paraíba.

2.1. REUNI e Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Dando continuidade à política de expansão da educação superior, o governo Lula implementou duas grandes mudanças no ensino superior público brasileiro. Em 2007, o governo federal criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e, no ano seguinte, 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Com essas medidas teremos uma nova configuração na estrutura da educação pública de nível superior. Elas irão impactar em todos os aspectos da educação superior à medida em que irá expandir o número de instituições já existentes e criar novas instituições que levarão *campi* e cursos para as periferias dos grandes centros urbanos e para os rincões mais distantes do país. Teremos o aumento do número de vagas nas instituições já consolidadas, com o melhor aproveitamento da estrutura e criação de novos cursos em horários em que esses espaços ficavam ociosos.

Os impactos dessa nova política se farão sentir em todos os aspectos, teremos um impacto econômico com a construção de instituições em todo o país, aumento da taxa de emprego para a mão de obra qualificada, de técnicos administrativos e docentes com mestrados e doutorados que

estavam represadas e que com os novos concursos passam a contar com emprego e renda, aumento do número de cursos e vagas nos cursos já existentes para novos estudantes nos grandes centros urbanos, nas periferias destes e em cidades de pequeno porte o que dinamiza a economia dessas localidades através do efeito multiplicador da economia e como demonstraremos a seguir, também terão impactos no perfil discente, como demonstra a citação a seguir:

O REUNI foi formulado pelo Ministério da Educação, apresentado e aceito pelas universidades que passaram a incluir metas relacionadas ao referido programa nos seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs). Nestes, consta a expansão das instituições com melhorias em todas as áreas, da infraestrutura, passando pela construção de novas instalações, aparelhamento das instalações já existentes, contratação de docentes e técnico-administrativos, construção de campi no interior, melhor aproveitamento dos espaços e significativo aumento de vagas para discentes. Para adesão ao REUNI, as universidades deveriam atender a suas diretrizes, dentre elas destacamos:

I – Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno.

II – Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior.

[...]

V – Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil. (BRASIL, 2007c, s/p.).

Nesse contexto de expansão, a proposta original do PDE foi ampliada e acrescida da questão da integração regional e internacional. Para tal desiderato, além da expansão, foram criadas quatro novas universidades: a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) (BRASIL, 2012b, p. 11).

Como fruto do REUNI, em 2012, o cenário era bastante diverso do cenário de 2002. Saímos de 44 para 59 universidades federais. No processo de interiorização, o número de campi no interior saltou de 148 para 274, e o número de municípios atendidos por universidades federais foi de 114 para 272. Percebe-se, portanto, a influência desse programa na democratização e na interiorização do ensino superior público (BRASIL, 2012a).

Temos que reconhecer que toda essa mudança ocorreu, também, em função da pressão dos movimentos sociais e das entidades vinculadas à educação que pressionaram bastante o governo, cobrando o cumprimento das promessas de campanha e denunciando o direcionamento da política de financiamento para o setor privado com os programas FIES e PROUNI. Em razão desse contexto, o governo resolveu investir pesado no setor público.

Os dados não deixam dúvidas, em 2002, no final do governo de FHC, tínhamos em todo o país apenas 45 universidades federais e 148 *campi* universitários. O Reuni foi criado em 2007 e, já em 2012, alcançamos a marca de 59 universidades, e saímos de 148 *campi* no interior para 274. Merece registro, nesse processo de interiorização destacar o número de municípios atendidos por essas universidades e seus *campi*, saímos de 114 municípios para 272. Sem dúvida está aqui demonstrado o papel da interiorização e consequente democratização do ensino superior público brasileiro (BRASIL, 2012a).

Outro passo tão importante quanto os investimentos nas universidades, através do Reuni, foi a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

É imenso o impacto dessa medida na configuração do ensino superior público. Assim como ocorreu nas universidades, só que em maior escala, ampliou-se o número de instituições, de cursos e de vagas. Segundo dados do MEC, até 2002, existiam 140 escolas técnicas no país. Em 2016, existiam 644. Isto representou a construção de mais de 500 novas unidades, quantitativo maior do que o previsto nas três fases, que preconizavam 400 novas unidades (BRASIL, 2016).

Outro elemento que não pode ser esquecido é a questão da interiorização e consequente democratização do acesso ao ensino representado por essa política. Os dados são realmente impactantes. Além do número significativo da construção de mais de 500 novas unidades, a forma como se deu o processo merece destaque, como mostra a citação que segue:

A prioridade inicial foi a construção de escolas em unidades da federação ainda desprovidas dessas instituições, como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Visando à diversidade espacial e ao desenvolvimento regional e local, priorizou-se também a construção de unidades nas periferias de grandes centros urbanos e em municípios do interior. Essa política de interiorização foi seguida e tem apresentado resultados significativos. Segundo dados do Tribunal de Contas da União, “apenas 15% dos *campi* estão nas capitais dos estados e 187 *campi* localizam em municípios com menos de 50.000 habitantes e destes, 52 unidades estão instaladas em municípios com população inferior a 20.000 habitantes” (BRASIL, 2011, p. 11).

Merece registro que essa política de expansão não se deu sem embates e resistências. As disputas foram intensas, inclusive com vozes dissonantes em todos os setores da sociedade, inclusive na educação superior pública. Felizmente, o cenário era favorável à democratização e aos movimentos sociais. As entidades ligadas à educação não arrefeceram e buscaram garantir, além da expansão das vagas, o acesso

destas pelas populações secularmente excluídas desse nível de ensino.

Terminada essa fase em que analisamos as políticas públicas destinadas ao setor privado e público e suas repercussões mais gerais na sociedade, cabe-nos, agora apresentar os impactos dessas políticas na configuração discente no país, na região Nordeste e particularizar, quando possível, a análise para o estado da Paraíba.

III. ANÁLISE DO PERFIL DISCENTE

Em menos de uma década, vivenciamos um processo de ampliação significativa do acesso ao ensino superior no cenário nacional, regional e local, em razão das políticas públicas já citadas e os números apresentados, no quadro que segue, reforçam nossa afirmativa:

QUADRO 01. TOTAL DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR - BRASIL 2009 A 2018

Ano	TOTAL DE ESTUDANTES			TAXA DE AUMENTO (%)		
	Brasil	Nordeste	Paraíba	Brasil	Nordeste	Paraíba
2009	6.982.018	1.174.028	9.5842	-	-	-
2012	9.565.483	1.654.144	14.6455	37,0	40,9	52,8
2015	11.187.296	1.959.723	18.0575	16,9	18,5	23,3
2018	12.043.993	2.057.868	17.9857	7,7	5,0	-0,4

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior do Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP).

No cenário nacional, saltamos de pouco menos de 7 milhões para mais de 12 milhões de estudantes nesse nível de ensino. Esse mesmo cenário se repetiu na região Nordeste que viu seus números acrescidos em patamares semelhantes, saindo de aproximadamente 1,2 milhões de estudantes para mais de 2 milhões de discentes. No tocante ao cenário local, ou seja, o estado da Paraíba, os dados são ainda mais impressionantes, em 2009 o estado contava com 95.842 discentes e, em 2018, alcançou a cifra de 179.857 estudantes com acesso ao nível superior. Em todos os cenários analisados, percebe-se um acréscimo significativo nos números de estudantes que passam a acessar um nível de ensino, antes inacessível para vários deles pelas razões mais diversas e já tratadas nesse escrito.

Esses dados, por si, já impressionam, no entanto, é preciso entendermos os seus detalhes. Ou seja, colocarmos a questão de gênero para entendermos se essa política inclusiva atingiu homens e mulheres na mesma proporção. A faixa etária para analisarmos se a oportunidade de acesso a um curso de nível superior atingiu pessoas de faixa etária diferenciada, possibilitando oportunidades para jovens e adultos. A origem desses discentes, se vieram de escola privada ou pública, essa questão é importante para vincularmos o acesso com a origem social, à medida que os discentes oriundos de escola pública, em sua imensa maioria, são de origem mais

humilde. Outro aspecto interessante que iremos expor é a questão étnica, sabemos o quanto a população preta, parda e indígena, por razões históricas, entre elas a colonização, a escravidão e o preconceito impossibilitaram o acesso desses segmentos aos bancos escolares, tornando o acesso ao ensino superior algo muito distante de suas realidades.

GÊNERO

A questão de gênero tem ganho muito destaque e a luta por oportunidades iguais, para ambos os sexos, é uma das bandeiras dos movimentos progressistas. Nesse sentido, podemos afirmar que o novo perfil discente demonstra que as políticas públicas de inclusão e acesso ao ensino superior tem respondido, de maneira satisfatória, a essa importante reivindicação, como demonstra o quadro 02:

QUADRO 02. TOTAL DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR POR SEXO - BRASIL - 2009 A 2018

Ano	Sexo	Total de estudantes			Taxa de aumento (%)		
		Paraíba	Nordeste	Brasil	Paraíba	Nordeste	Brasil
2009	Feminino	52.257	661.921	3.938.457	-	-	-
	Masculino	43.585	512.107	3.043.561	-	-	-
2012	Feminino	80.678	942.980	5.342.343	8,1	8,6	6,9
	Masculino	65.777	711.164	4.223.140	6,9	6,4	6,5
2015	Feminino	98.652	1.109.945	6.251.157	3,5	2,8	3,3
	Masculino	81.923	849.778	4.936.139	4,7	5,0	4,1

CAPÍTULO 6

2018	Feminino	96.117	1.150.107	6.712.803	-2,0	0,2	4,1
	Masculino	83.740	907.761	5.331.190	-1,0	0,5	3,7

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior do Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP).

Percebe-se, pelos dados expostos no quadro 02, que o acesso do público feminino ao nível superior de ensino manteve-se acima do masculino tanto no cenário nacional, como regional e local. Destarte, podemos afirmar que a política de inclusão atingiu outro importante pilar de sustentação da discriminação e manutenção do *status quo*, ao possibilitar às mulheres a oportunidade de se qualificarem para melhor disputar espaços no mundo do trabalho.

No entanto, mesmo mantendo a tendência nacional e regional de contar com mais mulheres que homens acessando o nível superior de ensino, o Estado da Paraíba passou a apresentar uma diminuição na proporção numérica entre homens e mulheres nas instituições de ensino superior. Essa redução no crescimento pode ser compreendida em razão de diversos fatores, entre eles podemos citar a disparidade existente entre o número de homens e mulheres com acesso ao mundo do trabalho e a dupla jornada, assumida pelas mulheres trabalhadoras. Ou seja, por razões econômicas muitas mulheres não se arriscam a fazer um financiamento para custear os estudos e quando acessam o mundo do trabalho elas têm que fazer a escolha entre trabalhar ou estudar.

Nota-se que o crescimento do número de mulheres que acessam esse nível de ensino teve um forte crescimento quando ocorreu a expansão das vagas no setor público. Com a estabilização dessa expansão, ocorreu, também, a estabilização e até o decréscimo proporcional no número de matrículas de pessoas do gênero feminino. Essa relação pode ser facilmente percebida no quadro 02.

ENSINO PÚBLICO E ENSINO PRIVADO

Dando continuidade à nossa análise para entender o novo perfil discente e a influência das políticas Públicas nessa nova configuração, passamos a observar outro fenômeno, o crescimento do setor privado no ensino superior brasileiro. Embora o crescimento desse setor estivesse presente em vários momentos da história da educação brasileira, é a partir do final do século passado e início desse século que ele tem maior evolução. Grandes corporações nacionais e internacionais do ramo educacional passaram a se estabelecer nos grandes e médios centros urbanos em busca dos investimentos públicos que começam a ser direcionados para esse setor, seguindo um processo de expansão de caráter estritamente mercantil, tendo como principal estratégia de lucro a entrada nas bolsas de valores.

Com isso, o que vemos é que quanto maior e mais desenvolvido é o centro urbano, maior é o número de es-

tabelecimentos educacionais ofertando vagas no ensino superior e, conseqüentemente, atendendo a uma parcela da população que, por razões econômicas, temporais ou mesmo pelo pouco capital cultural, não consegue acessar o ensino superior público e optam por financiar os próprios estudos, utilizando para isso, os financiamentos oficiais, oriundos das políticas públicas.

Resultante desse novo cenário, temos um quadro mais complexo a ser analisado. Ou seja, quanto mais carente é o estado ou região mais dependente, diretamente, do ensino superior público, como já afirmamos anteriormente e poderá ser comprovado no Quadro 03 que segue:

QUADRO 03. TOTAL DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR POR CATEGORIA DE IES - BRASIL - 2009 A 2018

Ano	Categoria	TOTAL DE ESTUDANTES			TAXA DE AUMENTO (%)		
		Paraíba	Nordeste	Brasil	Paraíba	Nordeste	Brasil
2009	Pública	56840	488113	1685860	-	-	-
	Privada	39002	685915	5296158	-	-	-
2012	Pública	90002	665672	2174236	5,9	8,2	2,0
	Privada	56453	988472	7391247	10,4	7,3	8,2
2015	Pública	96464	718775	2346783	0,4	1,0	1,6
	Privada	84111	1240948	8840513	8,5	5,4	4,2
2018	Pública	92238	730194	2583839	-2,7	-2,6	1,5
	Privada	87619	1327674	9460154	-0,2	2,0	4,6

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior do Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP).

Nesse quadro, temos que atentar para as diferenças existentes entre o cenário nacional, regional e local. Em razão das diferentes realidades, os números apresentam algumas discrepâncias que necessitam de maior detalhamento. No caso do cenário nacional, fica explícito o maior número de matrículas no setor privado. Em todos os anos analisados, a diferença em prol do setor privado é bastante significativa.

Esses números diminuem em relação à realidade da região Nordeste, entretanto, ainda prevalece a vantagem do setor privado sobre o setor público. Esse fenômeno pode ser explicado por diversas razões, entre elas, o fato da concentração da população nos grandes centros urbanos, em especial nas capitais dos estados, e os investimentos que o setor privado da educação tem feito para atrair estudantes e, conseqüentemente, verbas públicas através de programas como FIES e REUNI. Destarte, quanto mais desenvolvido economicamente é o estado e a região mais empreendimentos educacionais privados se fazem presentes.

No caso da Paraíba, em razão da sua frágil economia, em comparação com outros estados da federação e mesmo com alguns estados da região Nordeste, como o Ceará, Pernambuco e Bahia, percebe-se que a presença de estabelecimentos privados de ensino superior, embora venha aumentando nos últimos anos, ainda não alcançou

o mesmo patamar de outros estados. Essa razão, aliada a já citada fragilidade econômica, contribuem para que o cenário seja discrepante da região e mais ainda em relação ao quadro nacional.

Assim temos, na Paraíba, um número maior de estudantes cursando o ensino superior em instituições públicas. No entanto, se acompanharmos os números, ano a ano, dá para se apontar uma tendência de crescimento do setor privado. Esse cenário é fruto de novas instituições de ensino superior que passaram a atuar, principalmente, nas cidades considerados polos econômicos com destaque para as duas maiores cidades do Estado: Campina Grande e a capital João Pessoa.

Conclui-se dessa análise que o setor público ainda é o mais presente na formação e qualificação de pessoas nesse nível de ensino. Mas, se mantida essa tendência de crescimento, em pouco tempo, o setor privado irá ultrapassar o setor público como já acontece no cenário regional e nacional.

ESCOLAS DE ORIGEM DOS DISCENTES

Dando prosseguimento a nossa análise, temos a questão da origem dos discentes que, no período em destaque, passaram a acessar o ensino superior, a questão fulcral nesse tópico é a origem escolar desses discentes, se provêm da escola pública ou privada.

Em razão dos dados disponíveis, tivemos que realizar algumas adaptações para fazermos a apresentação desses dados. A nossa fonte de pesquisa não apresenta os dados de 2009, como nos itens anteriores, em razão da questão de a origem escolar só ter sido acrescida ao questionário no ano de 2012. Em virtude dessa problemática na coleta de dados, trabalhamos com dados de 2012, o primeiro ano do questionário e, na sequência, com 2015 e 2018.

Outro destaque, que se faz necessário o registro, é que essa resposta não era obrigatória. Com isso, muitos estudantes optaram por não responder à questão. É interessante destacar que essa recusa foi diminuindo a cada amostragem pesquisada e atribuímos essa mudança ao destaque que a escola pública e, principalmente as políticas afirmativas foram tendo no decorrer do período pesquisado. Desse modo, o quadro vai ficando mais completo a cada ano exposto, como segue:

QUADRO 04. TOTAL DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR POR ESCOLA DE ORIGEM - BRASIL - 2009-2018

ANO	ESCOLA	BRASIL	NORDESTE	PARAÍBA
2012	Pública	2.801.286	483.911	49.023
	Privada	1.725.461	376.450	33.484
	Não resposta	5.038.736	793.783	63.948

CAPÍTULO 6

2015	Pública	7.194.841	1.030.770	109.212
	Privada	3.243.557	771.739	63.433
	Não resposta	748.898	157.214	7.930
2018	Pública	8.417.348	1.239.273	109.295
	Privada	3.512.508	777.470	68.269
	Não resposta	114.137	41.125	2.293

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior do Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP).

Fica evidente o papel cada vez mais forte da escola pública no direcionamento de estudantes ao ensino superior. Esse é fenômeno muito comemorado pelos defensores da educação pública em todos os níveis. No Brasil, vivenciamos uma particularidade a partir da década de 1970, que precisa ser exposta para entendermos o contendo acima citado.

A partir de meados da década de 1970, tem início o processo de migração das camadas médias e mais abastadas que saem das escolas públicas em direção às escolas privadas. A proposta da reforma do ensino médio dos governos militares (1964-1985), objetivando transformar todo o ensino médio em ensino técnico, não foi bem aceita pelos setores médios e economicamente mais abastados. Desde o princípio, esses segmentos perceberam o fracasso que seria tal política e apostaram no ensino privado para garantir, aos seus, o acesso ao ensino superior.

Por outro lado, os setores menos favorecidos sem a opção migratória por falta de recursos, aceitou permanecer na escola pública que, sem a presença dos setores médios, a cada ano foi sendo sucateada. Destarte, o acesso ao ensino superior foi se tornando uma quase exclusividade dos discentes que frequentavam escolas privadas.

Esse cenário perdurou até o final do século passado. As modificações no ensino básico com a implantação do FUNDEF³² e, posteriormente, do FUNDEB³³, aliado a programas como Bolsa Escola³⁴ deram nova configuração à educação básica no país. Esse novo cenário das escolas públicas, que passaram por significativas melhoras em to-

32 Surgido de uma emenda constitucional em 1996, passa a vigorar em 1998, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Trata-se de um conjunto de fundos contábeis formado por recursos dos três níveis da administração pública do Brasil para promover o financiamento da educação básica pública. Com previsão de validade por dez anos, o FUNDEF se destina ao ensino fundamental I e II, ou seja, não se destinava ao Ensino médio.

33 O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), criado em 2007, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva substituiu o FUNDEF, ampliando a atuação do antecessor. Ou seja, o FUNDEB continuou destinando verbas para o ensino fundamental e passou a atender também a educação infantil, o ensino médio e a educação de jovens e adultos. No ano de 2019, cerca de 40% dos recursos utilizados pelas redes públicas na educação básica vinham desse fundo.

34 Criado em 2001 ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso, O programa Bolsa-Escola tinha como principal objetivo o pagamento mensal em dinheiro de uma bolsa para as famílias de jovens e crianças de baixa renda como estímulo para que essas frequentassem a escola regularmente.

dos os aspectos analisados, aliados à política de cotas para alunos de escolas públicas são os pilares para as mudanças no perfil discente no ensino superior.

Desse modo, a escola pública passa, novamente, a ser protagonista na garantia do acesso ao ensino superior, seja ele público ou privado. Os números apresentados reforçam esse protagonismo. E, como a maioria dos estudantes de escola pública continua sendo oriunda das camadas mais humildes da população, esses dados demonstram que, assim como ocorre com a questão de gênero, está havendo uma inclusão, pela via educacional, de setores menos privilegiados que passam a ter acesso ao nível superior de ensino.

FAIXA ETÁRIA DOS DISCENTES

Objetivando ampliar essa análise acerca das oportunidades ofertadas de forma ampliada, iremos analisar a faixa etária dos estudantes que estão acessando o ensino superior. Assim como no quadro anterior, adotamos o mesmo critério de exposição dos dados de forma trianual e como dispúnhamos dos dados de 2009, esses também foram incluídos, como demonstra o quadro 05:

CAPÍTULO 6

QUADRO 05. TOTAL DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR POR FAIXA ETÁRIA - BRASIL - 2009 A 2018

Ano	Categoria	Brasil	Nordeste	Paraíba
2009	Até 24 anos	3551386	617726	57580
	25 a 34 anos	2298341	386084	28588
	35 anos ou mais	1132291	170218	9674
2012	Até 24 anos	4639149	814077	80309
	25 a 34 anos	3307495	580668	48952
	35 anos ou mais	1618839	259399	17194
2015	Até 24 anos	5355040	988848	97327
	25 a 34 anos	3832024	669012	59851
	35 anos ou mais	2000232	301863	23397
2018	Até 24 anos	5768238	1070279	98535
	25 a 34 anos	3930230	663941	56286
	35 anos ou mais	2345525	323648	25036

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior do Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP).

Os dados demonstram que o acesso ao mais alto nível de ensino atingiu, também, uma parcela da população que estava à margem do processo, ou seja, pessoas que não haviam acessado o ensino superior na denominada “idade certa”, que seria entre 18 e 24 anos de idade. É importante

perceber que a cada período analisado e nos três cenários, nacional, regional e local, está ocorrendo um crescimento no número de pessoas entre 24 e 35 anos e, também acima dos 35 anos que passam a ocupar os bancos escolares na educação superior.

Os cenários nacional e regional estão muito próximos nos números, como demonstra o quadro 05. Já no cenário local, a Paraíba, esse crescimento se deu de forma mais lenta. Atribuímos isso à dependência da entrada via vestibular e, posteriormente, ENEM e, principalmente, à chegada tardia ou à centralização de instituições privadas apenas nas cidades polos do estado.

Observamos que a média nacional e regional oscilava em torno dos 30% para estudantes entre 24 e 35 anos e em torno dos 15% para os estudantes acima dos 35 anos. Já na Paraíba, pelas razões expostas, o acesso para pessoas acima dos 35 anos foi crescendo paulatinamente; em 2009, esse segmento de idade mais avançada ficou abaixo dos 10%, ultrapassou a barreira dos 11% em 2012, chegou a quase 13% em 2015 e, em 2018, aproximou-se da média nacional e regional, ficando em torno dos 14%. Ou seja, confirma-se mais um fator de inclusão, acertada, das políticas públicas.

A ORIGEM ÉTNICA DOS DISCENTES

Por fim, o último item analisado é a questão étnica. No Brasil, desde a colonização construiu-se um arcabouço de exploração, preconceito e exclusão em torno de indígenas e negros, assim como de seus descendentes. Esse cenário, sofreu algumas “camuflagens” ao longo do tempo sem, no entanto, haver uma abertura de oportunidades para a inclusão desses dois segmentos.

No mundo do trabalho, desde a colonização, passando pela independência, fim do sistema escravista no final do império e nas diversas fases da república, esses segmentos sempre ocuparam papéis subalternos e, consequentemente, as possibilidades de ascensão econômica e social lhes foram praticamente negadas, exceto algumas honrosas e raras exceções.

No campo educacional, o cenário não se alterou muito. Aos negros, pardos e indígenas, quando muito eram ofertadas as possibilidades de acesso aos primeiros níveis de ensino, suficientes para que se inserissem no mundo do trabalho em espaços que requeriam menor qualificação profissional e onde, naturalmente, os salários eram mais baixos.

Destarte, analisar o impacto das políticas públicas de acesso ao ensino superior para esses segmentos torna-se importante no processo de avaliação das políticas

inclusivas, assim como, na redefinição ou não do perfil discente, no tocante a esse quesito.

Na apresentação dos dados, em razão do volume deles, optamos por expor de forma particularizada entre os dados gerais, da região e do estado e acrescentar a questão da proporcionalidade para facilitar o entendimento do leitor.

QUADRO 06. TOTAL DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL POR ETNIA - 2009 A 2018

	2009	2012	2015	2018
Não quis declarar	2463019	2750022	3631678	2588415
Branca	1216666	2102632	3916312	4924915
Preta	127936	242246	580422	827864
Parda	453403	960333	2338101	3376642
Amarela	44806	80006	154459	197536
Indígena	8862	13560	43857	82624
Não resposta	2667326	3416684	522467	45997

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior do Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP).

QUADRO 07. TOTAL DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NO NORDESTE POR ETNIA - 2009 A 2018

	2009	2012	2015	2018
Não quis declarar	301648	387305	665191	474658
Branca	116882	248863	373661	471009
Preta	50768	85933	140978	199289
Parda	149912	313428	594979	828448

CAPÍTULO 6

Amarela	6666	20165	27823	35206
Indígena	1836	3424	11469	28299
Não resposta	546316	595026	145622	20959

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior do Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP).

QUADRO 08. TOTAL DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NA PARAÍBA POR ETNIA - 2009 A 2018

	2009	2012	2015	2018
Não quis declarar	14114	32086	53488	44806
Branca	21184	40910	46037	49816
Preta	2356	6906	7458	8760
Parda	19134	40240	59474	67999
Amarela	1609	2595	3889	4583
Indígena	377	594	837	3061
Não resposta	36068	23124	6392	832

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior do Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP).

Ao analisar os dados acerca dessa temática, nos deparamos com um grande número de não declaração de raça, o que pode ser considerado como algo *sui generis*, mas, compreensível em se tratando da realidade brasileira.

Na verdade, o preconceito de cor não é algo unilateral, ele tem vários prismas e ao não assumir o auto pertencimento pode ser visto como mais uma forma de disfarçar o preconceito ou tentar fugir dele. Por outro lado, a análise

dos dados de quem se autodeclarou são bastantes significativos e é sobre esses dados que faremos nossa exposição.

O primeiro dado relevante e que nos chamou a atenção foi o crescimento em números brutos tanto de negros, como de pardos e indígenas no ensino superior. Mas, esse crescimento tem uma particularidade que merece destaque; trata-se do aumento do número dessas três etnias a partir de 2012, com reflexo em 2015.

Percebe-se que entre 2009 e 2012 ocorreu o aumento de pardos, pretos e indígenas com acesso ao ensino superior. No entanto, a partir de 2015 a participação desses segmentos tem um salto significativo e nas três realidades analisadas, nacional, regional e local. Esse fenômeno está vinculado, diretamente à política cotas sociais e raciais que passa a vigorar nas instituições públicas a partir de 2012.

Outra particularidade que merece destaque é que, na Paraíba, esse salto ocorre já em 2012 e não a partir dos dados de 2015 como vimos no cenário nacional e regional. A explicação para essa discrepância pode ser encontrada no fato de, no estado, diferente do da região e do país, o acesso ao ensino superior ser mais significativo nas instituições públicas que nas instituições privadas e duas grandes instituições públicas de ensino superior, no caso a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Universidade Federal da Paraíba

ba (UFPB), terem garantido o acesso por cotas antes mesmo da lei se tornar vigente em todas as instituições nacionais.

Na UEPB, a partir de 2007 foi garantida uma reserva de vagas de 10% para estudantes tivesse cursado os três anos do ensino médio em escolas públicas e essa cota foi sendo acrescida em 10% a cada ano até atingir os 50% em 2011. Já na UFPB, maior instituição pública de ensino superior do estado, no ano 2010, foi criada a Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas (MIRV), através da Resolução 09/2010 que reservou 25% das vagas em 2011; 30% em 2012, 35% em 2013 e 40% em 2014 para estudantes que tivesse cursado todo o ensino médio e pelos menos 03 anos do ensino fundamental em escolas públicas. Nessa resolução, foi garantida, também, a reserva de vagas para negros e indígenas na proporção dos números desses dois segmentos apresentados pelo IBGE.

Como já demonstramos anteriormente, a população mais carente coincide, também com a questão étnica, desse modo, o acesso a indígenas, pardos e pretos foi sendo assegurado antes mesmo de 2012 e isso explica a discrepância nos dados locais em relação aos regionais e nacionais, tendo o estado da Paraíba, um salto no número de pretos, pardos e indígenas uma distribuição mais equitativa entre 2012 e 2018.

De toda forma, os dados gerais apresentados reforçam a participação crescentes de pretos, pardos e indígenas no ensino superior nos três cenários analisados.

IV. CONCLUSÃO

Concluimos, então, que as políticas afirmativas tiveram um impacto significativo na mudança do perfil discente, nos três níveis analisados e em todas as questões que envolvem a inclusão e a mudança de *status quo*.

Os dados expostos e a discussão que apresentamos apontam no sentido do acerto das políticas públicas de educação que objetivavam atender, também, a um público que secularmente foi excluído desse nível de ensino.

Na questão de gênero, concluimos que a participação feminina manteve uma tendência de crescimento sempre superior ao público masculino. Na distribuição dos investimentos entre o setor público e o privado constatamos que embora o setor privado tenha tido um crescimento maior, o setor público também cresceu, especialmente, onde ele se faz mais necessário, ou seja a periferia dos grandes centros urbanos e principalmente nas cidades e estados com menor poder aquisitivo.

Outro elemento importante da nossa análise é o fato de que a escola pública de ensino fundamental, que viveu

no segundo quartel do século passado a sua maior crise, conseguiu manter-se e tem aumentado a sua importância na destinação dos seus egressos para o ensino superior e com larga vantagem sobre a escola privada. Não é descartável também a oportunidade que vem sendo ofertada para pessoas fora da faixa etária convencional de acesso ao ensino superior. Abrir novas possibilidades para pessoas entre 24 e 35 anos, assim como, acima de 35 anos significa que a democratização do ensino superior chegou até segmentos que haviam tirado essa possibilidade dos seus horizontes e que agora podem repensar suas carreiras e suas relações com o mundo do trabalho de forma mais plena e segura. Entretanto, mostra ainda o quanto tem que se investir para cumprir a meta 12 do PNE (2014-2024), que estabelece a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento).

Por fim, ao abordar a questão étnica, pode-se afirmar que segmentos historicamente excluídos dos bancos escolares passaram a ter acesso aos mais diversos níveis de ensino, inclusive, a partir de 2009, com a possibilidade ampliada de chegar ao nível superior de ensino tendo sua formação em escolas públicas, sejam da periferia dos grandes centros, seja dos rincões mais distantes do nosso país.

Esse cenário apresentado, com pequenas distorções já explicadas, se repete nos três cenários analisados.

Destarte, podemos afirmar que entre 2009 e 2018 o Brasil, o Nordeste e a Paraíba passaram por profundas mudanças no ensino superior que alteraram, sobremaneira, o perfil discente e essas mudanças apontam no sentido da construção de uma educação e, conseqüentemente, de um país mais inclusivo, diverso e democrático.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. **Proposta de expansão e modernização do sistema público federal de ensino superior**. Brasília: 2003.

APRILE, Maria Rita; BARONE, Rosa Elisa Mirra. Políticas Públicas para o acesso ao ensino superior e inclusão no mundo do trabalho - O Programa Universidade para Todos (Prouni) em questão. In: **Anais do IV Congresso Português de Sociologia**. Lisboa: APS, 2008.

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira; LEMOS, Jandernaide. Reforma da educação superior a partir dos anos 1990 e suas repercussões na região Centro-Oeste. In: **Teoria e prática da educação**, v. 14, n. 2, 2012. p. 123-137.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Brasília: 2007c.

BRASIL. **Relatório de auditoria operacional sobre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – MEC**. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** [Lei das cotas]. Brasília: 2012a.

BRASIL. **Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012.** Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012, Brasília: Ministério da Educação, 2012b.

BRASIL. **Expansão da rede federal.** Brasília: Ministério da Educação, 2016.

MANCEBO, Deise. **Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995- 2014).** ANPED: 2015.

RISTOFF, Dilvo. **Democratização do campus: impacto dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação.** Rio de Janeiro: FLACSO, GEA, UERJ, LPP, 2016. (Cadernos do GEA – n. 9)

SAMPAIO, Helena. **Ensino superior no Brasil: o setor privado.** São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2000.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. In: **Ensino Superior Unicamp**, v. 4, 2011. p. 28-43.



SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Mini-Currículo dos Organizadores

» UYGUACIARA VELOSO CASTELO BRANCO

Possui graduação em Psicologia Licenciatura e Formação pela Universidade Federal da Paraíba (1991), mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (1995), doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2004) e Pós-Doutorado na Universitat de València - Espanha. É Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba, atuando como docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação (PPGAES), nível Mestrado Profissional. É pesquisadora na área de História da Educação, com ênfase em Educação Superior no Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: Avaliação, Ensino Superior-Brasil-Nordeste-Paraíba, Acesso, Permanência e Inclusão na Educação Superior. É coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Sociedade (NEPES) e é membro da Rede Universitas/BR (Eixo 5).

» ADRIANA VALÉRIA SANTOS DINIZ

Atualmente é Diretora do Centro de Educação da UFPB, Professora Associado II. Ingressou na Universidade Federal da Paraíba, no ano de janeiro de 2012, na área de Gestão Educacional, com atuação nos Mestrados Profissionais do PPGOA - Programa de Pós-Graduação em Gestão das Organizações Aprendentes e Políticas, Gestão e Ava-



liação da Educação Superior - PPGAV. É Coordenadora Geral do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais - CECAMPE - Região Nordeste -, vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, desde 2020. Doutora pela Universidade de Valência/ Espanha (2010), com menção de Doutorado Europeu, reconhecido no Brasil pelo Doutorado em Educação da UFC (2011). Graduação em Pedagogia (UFPB, 1994) e em Ciências Contábeis (UNIPE, 1990). Especialização em Pesquisa Educacional (UFPB, 1994) e Aperfeiçoamento em Direitos da Criança (UV / UNESCO, 2007).

Mini-Currículo dos autores

» ANA PAULA FURTADO SOARES PONTES

Possui Doutorado e Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco, com graduação em Pedagogia (UFPE) e Comunicação em Mídias Digitais (UFPB). Atualmente é professora Associada da Universidade Federal da Paraíba, Campus I - João Pessoa/ Departamento de Habilitações Pedagógicas. É atual coordenadora do Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES) e líder do Grupo Trabalho, Formação e Educação Superior. Desenvolve pesquisa na área de Trabalho e Educação, trabalho docente e formação de professores, educação superior e condição discente. Foi diretora da Associação Nacional de Política e Administração da Educação ANPAE- seção estadual Paraíba (2011-2015), atuou como vice-coordenadora do curso de Pedagogia da UFPB (2014-2016) e como Vice-Chefe do Departamento de Habilitações Pedagógicas (2017-2019) do Centro de Educação da UFPB.

» **DAMIÃO DE LIMA**

Graduado em História pela UFPB. Mestre em Economia pela UFPB e Doutor em História Econômica pela USP. Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba. Atua na área de Ensino de História, História Contemporânea e História e Educação. Líder do Grupo de Pesquisa: A Condição Discente. Coordenador do Projeto de Ensino / PROLICEN. Vice Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Ensino de História. Membro do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFPB e do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA).

» **EDER DA SILVA DANTAS**

Professor do Departamento de Psicopedagogia da UFPB, pesquisador do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Superior - MPPGAV. Licenciado em História (UFPB), Especialista em Psicopedagogia (CINTEP/PB), Mestre em Ciências Sociais (UFPB), Doutor em Educação pela mesma universidade. Membro dos grupos de pesquisa “Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior/UFPB”, “Grupo de Estudos em Psicopedagogia Institucional e Social - GEPIS” e “Grupo de Estudos em Processos de Aprendizagem e Diversidade - GEPAD/UFPB”. Atualmente é Coordenador do Curso de Graduação em Psicopedagogia da UFPB. Desenvolve pesquisas e atividades de extensão nas áreas de política educacional, gestão da educação superior e controle social, bem como em psicopedagogia institucional escolar. Ex-Secretário de Transparência Pública de João Pessoa.

» **EDINEIDE JEZINE**

Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (1988), Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (1997), Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e Pós-doutoramento na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Lisboa/PT (CAPES/FCT - 2010/2011), com instância acadêmica na Universidade de Valência (Espanha, 2011). Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba e bolsista produtividade CNPQ PQ/2. Atuou como coordenadora do Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação em Educação da Região Nordeste (ANPED/FORPRED/NORDESTE) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES/UFPB - 2017-2020). É membro da Rede Nacional de Pesquisa Universitárias/Br, coordenadora do EIXO 5 Acesso, Permanência e evasão (2021/2023). Coordena o GT 11/ ANPED - Política de Educação Superior (2021/2023) e o projeto de pesquisa Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N 18/2021 - Faixa B "Acesso, Permanência e Evasão na Educação Superior: políticas e práticas nas instituições e trajetórias".

» **MARIA DA SALETE BARBOZA DE FARIAS**

Possui graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (1978), graduação em Licenciatura Plena em Psicologia pela UFPB (1982), Formação de Psicólogo pela UFPB (1983); especialização em Pesquisa Educacional -UFPB (1987), mestrado em Educação pela UFPB (1994) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2006). Pós doutorado (estágio senior) com instância na Universidade Federal de Goiás -UFG e Universidad de Valência (2018). Atualmente é Professora Titular da UFPB com atuação na graduação e na pós-graduação (MPGOA e

MPPGAV)). Implantou e exerceu o cargo de coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV/UFPB, no período de março/2014 a dezembro/2016. Integra o Grupo de Estudos em Educação Superior e Sociedade (GEES), o Programa Observatório da Educação - OBEDUC/CAPES e a Rede Universitas/BR.

» **MARIANA LINS DE OLIVEIRA**

Professora do Departamento de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba e do Mestrado Profissional em Políticas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - MPPGAV - da UFPB. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Possui graduação em Pedagogia pela mesma universidade. Faz parte do Grupo de Pesquisa “A Condição Discente” e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES). Desenvolve pesquisa e extensão na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: juventudes, condição discente, políticas públicas da educação superior, processos educativos de in/exclusão.

» **PAULO HIDEO NAKAMURA**

Possui graduação em Estatística pela Universidade Estadual de Campinas (1979), Mestrado em Estatística pela Universidade Estadual de Campinas (1986) e Doutorado em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción (2014). Atualmente é professor aposentado da Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência na área de Probabilidade e Estatística, com ênfase em Estatística, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino superior, inclusão, estudos comparados, educação superior e acesso. É membro do Grupo de Estudos em Educação Superior e Sociedade (GEES), que integrou o

Projeto de Pesquisa Inclusão, equidade social e acadêmica nas Políticas de Educação: o acesso ao Ensino Superior no contexto da globalização , sob a coordenação da Profa. Dra. Edineide Jezine Mesquita Araújo. É membro da Rede Universitas/BR.

» **ROBSON LIMA PALMEIRA**

Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV/ UFPB), tecnólogo com graduação em Sistemas para Internet, pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPE). Técnico em Eletrônica pela Escola Técnica Redentorista (ETER). Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Arquitetura de Sistemas de Computação, Engenharia de software, gerenciamento e manutenção em equipamentos de Informática, equipamentos de laboratório e hospitalares. Atualmente é servidor público Federal trabalhando na área de Tecnologia da Informação como Coordenador de TI na Escola Técnica de Saúde da UFPB (ETS). Foi pesquisador no Grupo de Pesquisa “ MAPA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PARAÍBA: ANÁLISE DO SETOR PÚBLICO E PRIVADO e GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A CONDIÇÃO DISCENTE.

Editora filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



Este livro foi diagramado pela
Editora da UFPB em setembro de
2024, utilizando a fonte Myriad Pro
em seu corpo de texto.

EU